

inclusão digital

**VIVÊNCIAS
BRASILEIRAS**

Maurício Falavigna



inclusão digital

VIVÊNCIAS
BRASILEIRAS



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Índices para catálogo sistemático:

1. Inclusão digital e sociedade : Sociologia 303.4833

Falavigna Inclusão digital : vivências brasileiras /

Falavigna, Maurício Serrano. -- São Paulo : IPSO - Instituto de Projetos e Pesquisas Sociais e Tecnológicas, 2011.

1. Cidadania 2. Computadores e civilização 3. Cultura digital 4. Inclusão digital 5. Inclusão digital - Brasil 6. Políticas públicas 7. Tecnologia da informação I. Serrano, Maurício. II. Título.

11-00933

CDD-303.4833

Índices para catálogo sistemático:

1. Inclusão digital e sociedade : Sociologia 303.4833

Impresso no Brasil
Verão de 2011

Maurício Falavigna é formado em História, trabalhou como jornalista e como redator. Trabalhou no Instituto Florestan Fernandes, no projeto Sampa.Org. Em seguida foi diretor do Sampa.Org entre 2003 e 2010. É consultor do IPSO desde 2008. Atualmente trabalha na Província Marista do Rio Grande do Sul, onde é coordenador pedagógico do Polo Regional Sul do Telecentros.BR.

COLABORADORES:

Entrevistas: Silvana Lemos é jornalista, Pós-graduada em Mídia, Tecnologia da Informação e Novas Práticas Educacionais – PUC/RJ 2009. É coordenadora pedagógica da Rede de Formação do Polo Centro-Oeste do Programa Telecentros.BR e atuou como coordenadora do Projeto Cyberela de Inclusão Digital de 2002 à 2007.

Produção: Carolina Santos é formada em Letras/Português pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – Puc/SP e atua na área de inclusão digital e comunicação comunitária desde o ano de 1999. Foi repórter free-lancer da revista Criativa da Rede Globo, atuou nos projetos Criança Esperança, Jovens Urbanos do Cenpec, nas ONG's Instituto Arte e Sustento e Sampa.Org. Atualmente trabalha no IPSO.

Design, Capa e Diagramação:



BrainBox
graphicDesign

contato - brainbox_gd@yahoo.com.br

Realização: IPSO - Instituto de Pesquisas e Projetos Sociais e Tecnológicos

Presidente: Levi Bucalem Ferrari

Vice-presidente: Elza Chaim Rezk

Diretora Financeira: Mariane Ottati Nogueira

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO pág. 9

MUITOS AGRADECIMENTOS, ALGUNS LAMENTOS, DUAS NOTAS pág. 12

UMA BREVE INTRODUÇÃO pág. 14

I. AMBIENTES E CONTEXTOS, IDÉIAS ... pág. 18

II. OS PROGRAMAS PÚBLICOS: UMA CORRIDA POLÍTICA pág. 25

O panorama em 2000
Iniciativas internacionais
Em São Paulo, a corrida pela primazia
A implantação do Sampa.Org
A inserção na comunidade
Doze meses de projeto-piloto Lembranças do
Sampa.Org
Do outro lado do rio
Porto Alegre: um programa público pioneiro
Os telecentros de Porto Alegre
O Governo Eletrônico paulistano e a Inclusão
Digital:

III. FORMAÇÃO DE CONCEITOS pág. 54

O Governo Federal
e a Inclusão Digital em 2001
O parto da 1ª Oficina
Os trabalhos e a relatoria
A plenária e o documento final

Um balanço de ideias
Outros pontos de destaque

IV. OS TELECENTRISTAS: pág. 73

2002, um ano perdido para a Oficina
O apoio da SLTI e de Rogério Santana
A continuidade de um
modelo que não parecia certo
O formato do evento
Multiplicando as vozes
Projeto Cyberela – as rádios - telecentros
A Oficina de São Paulo:
em cena, o telecentrista
Conexões internacionais e outros saldos
O software livre entra em cena na Oficina
Software livre e participação popular
Aprendi a sempre aprender
Telecentros gratuitos e desenvolvimento local
2005, a 4ª. Oficina para Inclusão Digital

V. CARTAS DA SOCIEDADE CIVIL pág. 110

Cultura Digital
Projetos que vingam, projetos que sofrem
Os infocentros de São Paulo
Salvador e Belém: subindo a ladeira
O Tabuleiro Digital
As relações entre a Educação e as TIC
O lançamento do ONID
A Oficina chega à região Norte

Da sociedade civil ao Governo, de Norte a Sul
A organização local
Entrevista com Jader Gama
Um Balanço do Navegaparã
Entre Belém-BH
Entremundos, entretempos, entreatos, elegia

VI. DAS GERAIS A BRASÍLIA: pág. 160

O passo à frente iniciou-se um ano antes...
O lançamento do Telecentros.BR
um primeiro anúncio público
De volta a Brasília
Plano Nacional de Banda Larga
e Telecentros.BR
Expectativas
O encerramento da 9ª Oficina

VII. OS CENTROS DE RECONDICIONAMENTO DE COMPUTADORES – CRC's pág. 189

A experiência de Porto Alegre
O impacto do CRC-CESMAR na comunidade
Outros centros e números atualizados

VIII. O OBSERVATÓRIO NACIONAL DE INCLUSÃO DIGITAL – ONID pág. 200

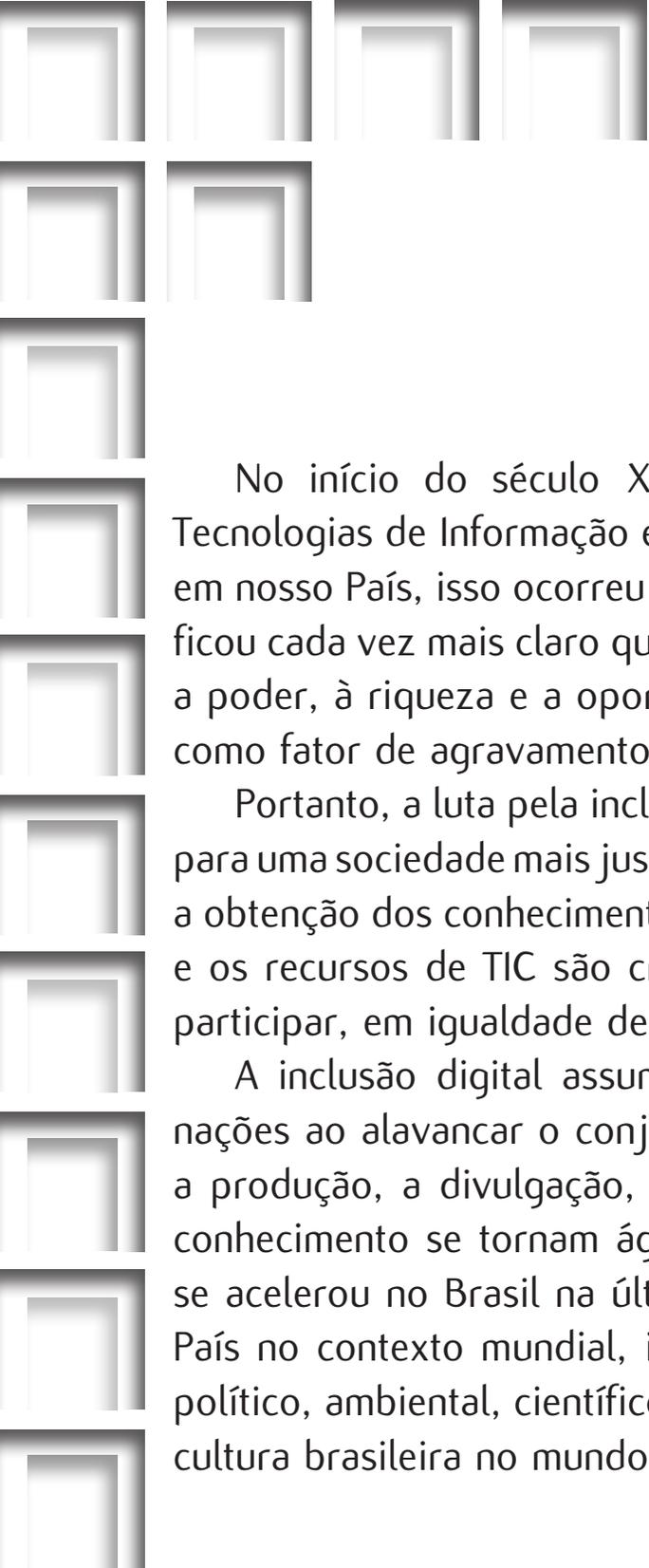
A evolução do ONID

CONCLUSÃO pág. 210

CRÉDITO DAS IMAGENS pág. 213

NOTAS pág. 214

ANEXOS pág. 216

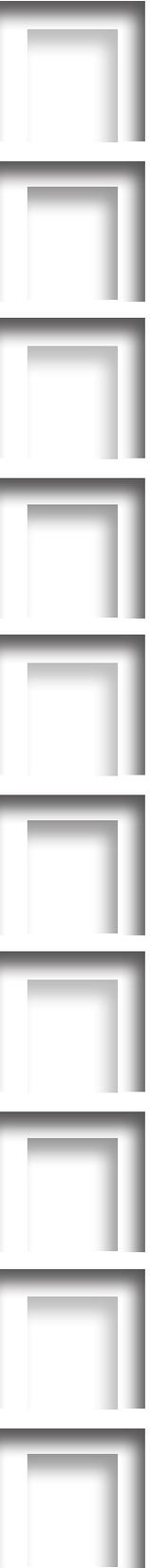


APRESENTAÇÃO

No início do século XXI, a sociedade brasileira intensificou o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). Como tantos outros fenômenos em nosso País, isso ocorreu de forma profundamente desigual. De maneira geral, ficou cada vez mais claro que o acesso às TIC influenciam intensamente ao acesso a poder, à riqueza e a oportunidades. Desta forma, a exclusão digital impõe-se como fator de agravamento da própria exclusão social.

Portanto, a luta pela inclusão digital impõe-se, acima de tudo, como condição para uma sociedade mais justa e igualitária. Iniciativas e processos que possibilitem a obtenção dos conhecimentos e vivências necessárias para utilizar as linguagens e os recursos de TIC são cruciais para que os cidadãos possam, efetivamente, participar, em igualdade de condições, da Sociedade da Informação.

A inclusão digital assume hoje papel central para o desenvolvimento das nações ao alavancar o conjunto da sociedade para um patamar onde o acesso, a produção, a divulgação, a organização e o processamento de informação e conhecimento se tornam ágeis, corriqueiros e abrangentes. Este processo, que se acelerou no Brasil na última década, impacta fortemente na participação do País no contexto mundial, influenciando o desenvolvimento social, econômico, político, ambiental, científico e tecnológico bem como a própria consolidação da cultura brasileira no mundo moderno.



Um aspecto disso tudo, que toca de maneira especial esta Empresa, é o potencial de ampliação do alcance das políticas sociais que advém com a inclusão digital. Afinal, a Dataprev é responsável por processar informações que permitem a mais de 27 milhões de pessoas receber benefícios previdenciários e a acessar outros serviços desta modalidade, de forma ágil e precisa. Desta forma, é natural a Dataprev ter como foco de suas ações de responsabilidade social o apoio à inclusão digital.

Ao longo de dez anos, educadores, ativistas, agentes comunitários, gestores públicos, profissionais de tecnologia e tantos outros alteraram a realidade da inclusão digital no Brasil, com a montagem de telecentros comunitários. Esta efervescente comunidade está criando o que promete ser uma das mais importantes políticas públicas a partir de soluções e experiências intensamente brasileiras.

Patrocinar um livro cujo objetivo é contar esta história e relatar as melhores práticas nesse campo é mais do que uma obrigação: é, também, uma satisfação.

Boa leitura!

Rodrigo Assumpção
Presidente da Dataprev

*Para Mari, pelo amor e dedicação
ao IPSO e aos seus, e por
criar o ambiente de trabalho mais
criativo e prazeroso que
alguém (saudável) pode desejar.*

Muitos agradecimentos, alguns lamentos, duas notas

É imprescindível agradecer a colaboração de muitos que escreveram esse livro, contando suas histórias a nossa equipe, escrevendo textos especialmente para este trabalho, respondendo perguntas muitas vezes feitas de sopetão em meio a eventos ou durante bates-papos eletrônicos pela madrugada. Este livro nasceu com a pretensão de, embora manter uma visão autoral e um tanto particular de um processo vivido com intensidade, ser escrito a muitas mãos. Mesmo sem os textos colaborativos, assim seria: afinal, não se caminha nem se constrói uma vivência sozinho, nem mesmo quando a sós com uma folha em branco. Aliás, é provável que não existam folhas em branco.

Pelas entrevistas alentadas e pelos favores repetidos, muitas vezes em cima da hora, destaco especialmente algumas pessoas como Beá, Alexandre, Paulo Lima, Kiki, Carina, Hernani, Fabi, Rodrigo, Adriana, Nelson Pretto, Maria Bonilha, Silvana, Carol e todos os que semeiam e entremeiam estas páginas ou se fizeram folhas inteiras.

Saudações a Robert Janssen e a Fred, pelo trabalho de anos e pela cessão de arquivos da Via Fórum que nos fizeram recuperar imagens esquecidas.

Lembro ainda que nem toda ausência é um recorte – inevitável na obtusidade da visão pessoal, ou na malícia natural da palavra e do autor. Muitas vezes (graças aos céus, e também às caixas postais de celulares e correios eletrônicos, há olhos e ouvidos que atestam o teor sincero desta declaração) *os tempos nosso e o de algumas ausências não encontraram confluência, por mais esforçadas as tentativas*. Portanto, é certo que há lacunas sentidas, mas nem sempre cavoucadas com maldoso afinco.

Duas observações. Cartas e documentos finais das Oficinas encontram-se no sítio www.inclusaodigital.gov.br. Três deles foram aqui reproduzidos (de novo, o recorte...). Finalizando, as declarações sem notas referenciais foram dadas ao vivo ou por escrito à equipe IPSO, que elabora um filme para o ONID. As notas referem-se a declarações retiradas de outros textos, nestes casos a fonte é esclarecida.

Ao final, para agora e para depois e por tudo, reitero meus agradecimentos e minhas escusas.

UMA BREVE INTRODUÇÃO

Na última década do século XX, as percepções sobre o que hoje governos, intelectuais, mídia e sociedade nomeiam como *Inclusão Digital* eram, no mínimo, nubladas intuições. Muitas vezes, visões límpidas de lugares a serem alcançados, mas sem traçados ou caminhos prontos para trilhar.

Filósofos, cientistas políticos e sociais, historiadores, muitos analisavam as mudanças em curso, os impactos das novas tecnologias como um futuro já iniciado, mas sem discutir quantos alcançariam o domínio dessas novas tecnologias. Teóricos da comunicação já analisavam a velocidade da informação, o excesso de informações, vaticinavam ou não o apocalipse da mídia impressa, mas não imaginavam a universalidade do acesso ou a complexidade proveniente da multiplicação de produtores de informação.

Especialistas em telecomunicações, tecnólogos e administradores mais

íntimos das temáticas tecnológicas alertavam para a urgência da implantação de infraestrutura, vias, troncos, acessos...

Educadores formais miravam as máquinas e o futuro com desconfiança, educadores populares olhavam mais as redes do que as máquinas, aquelas desconhecidas... Planejadores e administradores de políticas públicas, entre outros, imaginavam a governança eletrônica, a democracia eletrônica, ouvidorias on-line, desburocratização e serviços mais ágeis, enquanto a sociedade civil verificava formas de ampliar a transparência administrativa. Mas a pergunta inevitavelmente surgia: para quem? Tudo era urgente e necessário, os movimentos sociais mais tradicionais pareciam necessitar de auto-reflexão, modernização, readaptação.

Descendo aos estratos mais terrenos e pessoais das convivências, muitos dos atores sociais acima descritos tinham dificuldade de explicar em que estavam trabalhando para seus amigos e familiares – “ah, inclusão digital, Internet para todos etc.” E as respostas não tardavam, pareciam engatilhadas: “mas lá no Capão Redondo, lá no Santa Marta, lá na Restinga? Se faltam escolas, postos de saúde, lazer, saneamento, transporte e tudo o mais?”

É, era sempre por lá mesmo. Onde faltava tudo.

E para quem ia trilhando desde cedo aqueles caminhos de barro, era impressionante perceber como todas as demandas e debates iam confluindo naturalmente: cidadania e tecnologia, moradia e Internet, lazer e conhecimento, espaços de aprendizagem e espaços políticos. Percebíamos que as mudanças trazidas pelas novas tecnologias traziam em seu cerne discussões fundamentais sobre a inserção do cidadão brasileiro na Sociedade do Conhecimento. E o debate iniciado não tinha perspectivas de um término: discutia-se o impacto das

tecnologias sobre a economia, padrões de consumo, processos educacionais e de produção material, religiões, filosofia, processos comunicacionais, organização social, organização política... Enfim, todas as esferas da atividade humana hoje não prescindem de consideração sob esta óptica da mudança, do impacto das novas tecnologias.

No entanto, não é ambição deste livro escrever a história da inclusão digital no Brasil. Inclusive pelo foco (não exclusivo, mas constante) nos telecentros, que certamente não são o único espaço de inclusão digital e, ao mesmo tempo, são mais do que isso, configurando-se para além da inclusão digital. Nossa intenção é rememorar-la por meio de três iniciativas marcantes, que englobam momentos que espelham os esforços conjuntos que reuniram a sociedade civil organizada, governos locais, empresas privadas, estatais e diversas iniciativas do governo federal.

Os primeiros esforços nesse sentido acabaram gerando as **Oficinas para Inclusão Digital**, espaços primordiais para o diálogo entre esses atores sociais, a elaboração de conceitos e a estruturação de políticas públicas de alcance nacional. A solução de espaços coletivos de acesso gratuito, com formação e uso livre, hoje chamada *telecentro ou infocentro*, foi em grande parte definida conceitualmente nas **Oficinas**, e os telecentros foram a ponta-de-lança de uma série de iniciativas da sociedade civil e de governos que visavam combater a exclusão digital.

Mas do que isso, as **Oficinas**, em suas nove edições, reuniram todos os atores sociais, pessoas e instituições que tiveram relevância nesse processo. Projetos públicos, ONG's e suas iniciativas de inclusão, empresas públicas e privadas apresentando vivências, projetos e soluções... E, com o tempo, uma

crescente participação das bases desse movimento: monitores e educadores de Pontos de Cultura, Casas Brasil, Telecentros da Pesca, Rádios-telecentros, Telecentros Rurais, Estações Digitais, telecentros e infocentros de todos os programas representativos espalhados pelo País.

Espaços de diálogo geram ações governamentais: aqui iremos destacar a dos **Centro de Recondicionamento de Computadores (CRC's)**, projeto no âmbito do Programa Computadores para Inclusão, do Governo Federal, com unidades responsáveis pelo recebimento, recuperação e distribuição de máquinas para telecentros, bibliotecas, escolas públicas e ONG's, ampliando e garantindo a idéia de acesso coletivo idealizada pelos telecentros.

Telecentros que, por sinal, só justificariam políticas públicas se pudessem ser vislumbrados por um mapeamento e uma base de dados confiáveis. Assim, desde 2006 está em atividade o **Observatório Nacional de Inclusão Digital (ONID)**, que recolhe, disponibiliza e racionaliza informações acerca dos telecentros, servindo de apoio a novas diretrizes e programas de inclusão digital. Até junho de 2010 foi possível visualizar 8295 telecentros espalhados pelo País no ONID, números que embasaram, motivaram e definiram parâmetros para o atual *Telecentros.BR*, a mais consistente e complexa política pública para o setor, que está em seu início.

Acreditamos que esses capítulos da inclusão digital nesta década podem, se não contar uma história completa, resgatar vozes e lutas cidadãos de homens, mulheres e instituições espalhados por todo o Brasil. Instituições que, por meio da participação e do diálogo, conseguiram construir novas realidades. Pessoas que, a partir das ferramentas que exigiram e alcançaram, continuam a transformar o lugar que ocupam no mundo.

I. AMBIENTES E CONTEXTOS, IDÉIAS E AÇÕES

(...) O ferro fundido é sem luta,
É só derramá-lo na fôrma.
Não há nele a queda-de-braço
E o cara-a-cara de uma forja

Existe grande diferença
Do ferro forjado ao fundido;
É uma distância tão enorme
Que não pode medir-se a gritos. (...)

(João Cabral de Melo Neto, O Ferrageiro de Carmona)

Podemos considerar que o debate sobre inclusão digital *aliado à elaboração das primeiras políticas públicas* para o setor tem seu início entre julho de 2000 e julho de 2001. Hoje é comum ouvirmos relatos que se iniciam com “o primeiro telecentro”... No entanto, esse discurso é como derramar o ferro fundido na fôrma. Volta-se os olhos para trás como se houvesse uma estrada pronta para ser tomada desde o início e, talvez ainda mais falsa do que essa idéia, como se houvesse a certeza de onde aquele caminho iria dar. Essa visão – do ferro fundido – apaga as pegadas anteriores, picadas abertas com esforços voltados para diversos focos e direções, que ainda fazem parte de toda a trajetória. Fazem parte da forja.

A atuação do Ibase, por exemplo, mais do que entranhada no próprio desenvolvimento da Internet no País, também vislumbrou as relações da sociedade civil com as novas tecnologias. Como narra Carlos Afonso, “no final de 1980, quando um dos fundadores (do Ibase) trouxe do Canadá um microcomputador em sua volta do exílio, foi considerado tecnologia ‘alienígena’ e ‘inadequada’ por alguns dirigentes de entidades civis daquela época em que o país começava a emergir do escuro da ditadura militar” (1).

Nós éramos os únicos entre as entidades civis no Brasil a ter um microcomputador. Era esquisito. Na época, várias ONG's nacionais olhavam a gente com desconfiança. Era como se fôssemos pegar um trator em vez de uma enxada. Achavam que estávamos caindo de pára-quedas com tecnologias do hemisfério Norte que nada tinham a ver com a nossa realidade. Demorou algum tempo para perceberem a importância disso (2).

Carlos Afonso, RITS

Porém, apesar das desconfianças de militantes, já em 1984 o Ibase participava do Interdoc, uma iniciativa de correio eletrônico que reuniu entidades da sociedade civil de todos os continentes, visando a democratização das informações. E enquanto a Internet brasileira esteve restrita a iniciativas acadêmicas até 1994, via um consórcio financiado pelo Governo Federal (a RNP – Rede Nacional de Pesquisas), o Ibase lançava em 1989 o Alternex, a única exceção à regra: um serviço de troca de emails e conferências eletrônicas voltado para a sociedade civil. O material de divulgação do Alternex assim apresentava os objetivos de seus serviços: "Orientados a indivíduos e organizações da sociedade civil, com objetivo de servir os que trabalham por metas que incluem a paz, a prevenção da guerra, a eliminação do militarismo, a proteção do meio ambiente, apoiar a causa dos direitos humanos e dos direitos dos povos, realização da justiça social e econômica, eliminação da pobreza, promoção do desenvolvimento auto-sustentado e equitativo, avanço da democracia participativa e resolução não-violenta de conflitos" (3).

Embora ainda “exótica”, a rede ganhou solidez com a Eco-92. Como recorda Carlos Afonso, ali nascia no Brasil a Internet como uma rede permanentemente conectada, com colaboração da ONU. “Foi um projeto grande para o que nós éramos (...). Conseguimos apoios internacionais para viabilizar o projeto e que a ONU o incluísse num acordo de sede com o Brasil. Sem isso, não poderíamos ter importado equipamentos, por exemplo. Nem as telefônicas conheciam equipamento de Internet. Nem a Embratel. O Ibase é que trouxe isso para o Brasil. Instalamos redes de computadores conectadas à Internet em todos os espaços da Eco-92, tudo interconectado. Foi a primeira vez que se fez isso no Brasil” (4).

Em 1994, sendo o AlterNex o único servidor *www* brasileiro fora da comunidade acadêmica, o Ibase ampliou seu papel de interlocutor com o governo brasileiro, requerendo a construção de uma espinha dorsal da Internet de uso geral para os cidadãos. Sua proposta de garantir a capilarização dos serviços e oferecer serviços de valor agregado desvinculados do monopólio estatal de comunicações foi a que prevaleceu, com apoio do Ministério da Ciência e Tecnologia. E no ano seguinte, em 31 de maio de 1995, nascia o Comitê Gestor da Internet Brasil. A Portaria Interministerial 147 definiu que o Comitê teria como função coordenar e integrar todas as iniciativas de “serviços Internet” no País. O Ibase esteve presente como membro-fundador e representante dos provedores de serviços em um foro multissetorial. Foro que, segundo Augusto Cesar Gadelha Vieira, coordenador do CGI.br desde 2005, seria um modelo para outros países, um marco na história da Internet mundial: “O fato de 21 representantes de distintos segmentos se reunirem mensalmente para discutir a Internet no Brasil é notável. Dessas reuniões

resultaram ações e iniciativas de extrema importância, como a constituição do NIC.br, nosso braço executivo, o estabelecimento de princípios gerais para governança que orientam políticas públicas e procedimentos jurídicos, além de uma avaliação do uso de TIC* no País” (5).

A importância da rede, muito lentamente, foi sendo incorporada por aqueles atores sociais pioneiros. O Ibase e o Institute for Global Communications (IGC), ONG americana dedicada à democratização do acesso às TIC, idealizaram a Associação para o Progresso das Comunicações (APC), consórcio internacional de organizações que procuram potencializar o uso das TIC junto às entidades civis. Como se vê, tratamos aqui de organizações e indivíduos de importante papel político na luta pela redemocratização, acesso ao conhecimento e justiça social. Assim sendo, era natural que outra preocupação se engendrasse: como expandir as benesses da rede mundial para a base da pirâmide. Essa era uma questão que começava a ganhar corpo com o correr do tempo.

*a partir daqui, Tecnologias de Informação e Comunicação muitas vezes será uma expressão abreviada: TIC. Além dessa, a única expressão que por vezes aparecerá neste livro transformada em sigla é Inclusão Digital, grafada por vezes como ID.

Sob toda uma influência do Carlos Afonso nesta trajetória, começamos a trabalhar com a Associação para o Progresso das Comunicações. Recebíamos muitas informações e buscávamos tratá-las para que mais pessoas pudessem ter acesso. Mas aí havia uma grande questão: já estávamos dominando de uma certa maneira a tecnologia, já dominávamos de uma certa maneira a forma de tratar aquele conteúdo... Mas pouca gente tinha acesso, em especial as camadas populares...

Paulo Lima, ex-diretor da RITS, agora no Saúde e Alegria

Outras iniciativas da sociedade civil, embora distantes em sua forma e em seus pressupostos daquilo que hoje nos habituamos a nomear como inclusão digital, também implantaram ações que envolveram a sociedade civil e a iniciativa privada na expansão do uso das TIC.

A maior iniciativa neste sentido, naquele momento, foi a do CDI – Comitê de Democratização da Informática –, nascido em 1995. Embora sem se interessar pela web, nascia imbuído da urgência de prover as camadas populares com a iniciação ao conhecimento tecnológico. Dessa forma instaurou, com apoio financeiro do setor privado e apoio logístico do próprio Ibase, uma série de espaços comunitários que uniam o ensino da informática com uma abordagem socioeducativa voltada para o aprofundamento da cidadania. Sempre localizado em regiões de baixa renda, a estrutura do CDI uniu iniciativa privada (doação de computadores e financiamento), educação popular, associações comunitárias e informática em um mesmo projeto, antecipando algumas das características dos futuros telecentros.

Pode-se lembrar que alguns dos princípios que hoje conformam os telecentros e os principais programas públicos de Inclusão Digital estão, conceitualmente e na prática, distantes do modelo CDI, que vivia a cobrança do acesso, a secundarização da Internet, a ausência do poder público, o privilégio dado ao software proprietário... No entanto, isso seria julgar com olhos do presente toda a iniciativa do CDI, por sinal mais do que bem-sucedida em suas intenções originais. O que é preciso recordar é o importante papel que essa familiarização de setores excluídos da sociedade com as novas tecnologias desempenhou. O espaço em que as discussões geraram novos conceitos, comparação de práticas, diálogos e debates políticos ainda estava por ser construído.

II. OS PROGRAMAS PÚBLICOS: UMA CORRIDA POLÍTICA

O panorama em 2000

As mudanças trazidas pelas novas tecnologias de informação e comunicação foram provocando discussões sobre o conceito de “Sociedade do Conhecimento” que ultrapassaram as fronteiras da comunicação. O Livro Verde da Sociedade da Informação no Brasil (6), publicado pelo Governo Federal em 2000, explicitava que o debate sobre a chamada “Sociedade do Conhecimento” não se tratava de um modismo, mas era decorrente de profundas transformações na sociedade, na economia e na cultura. Se o conhecimento sempre esteve associado ao poder em qualquer última análise, agora ele era percebido crescentemente como um fator determinante para o estabelecimento ou superação de desigualdades, de agregação ou dissolução de valor, de criação ou eliminação de empregos, de propagação ou concentração de bem-estar social.

A inserção no processo global denominado Sociedade do Conhecimento, portanto, acaba sendo determinante para o local a ser ocupado no mercado de trabalho e para oportunidades de geração de renda; para a educação e os desafios lançados pela educação formal e à distância, para a capacitação dos envolvidos e a autonomia da aprendizagem; para a produção de conteúdos na *web* e a consolidação de identidades culturais locais e nacionais; para a pesquisa e produção científicas e tecnológicas; para as definições de uma infraestrutura necessária, sobretudo de telecomunicações; para a reestruturação do Estado e de suas relações com a cidadania; enfim, para a possibilidade de um processo de reconstrução democrática da sociedade.

Porém, se a capacidade de uma sociedade desenvolver-se cultural, social e economicamente passa, necessariamente, pelo grau de informação e conhecimento nela disseminados, chegamos à conclusão que quanto maior a situação de exclusão social de uma sociedade, mais premente é lidar com a exclusão informacional. Para falar da situação brasileira de então, machucada pela brutalidade do processo de exclusão e desigualdade social, voltamos a Carlos Afonso, que na introdução de um texto publicado em 2000, afirmava:

“Dos mais de cinco mil municípios brasileiros, menos de 300 (ou menos de 6%) contam com a infraestrutura mínima necessária para que possam ser instalados serviços locais de acesso à Internet. Os cerca de cinco milhões de usuários da Internet no Brasil são menos de 3% de nossa população. O Brasil é de longe o pior colocado em números per capita de usuários, computadores pessoais, linhas telefônicas e servidores

Internet (*hosts*) entre as nove maiores economias do mundo. Os circuitos que conectam os provedores de serviços à Internet estão entre os mais caros do mundo, inviabilizando o pequeno provedor de serviços em áreas menos ricas.

“Não há no País nenhum plano em escala nacional para implantar mecanismos efetivos e abrangentes de democratização de acesso, como telecentros em áreas, cidades ou bairros de menos recursos, conexão maciça de escolas públicas, programas de treinamento básico, pesquisa em alternativas de conexão a baixo custo etc. Um amplo programa poderia ser realizado em menos de dois anos gastando menos de 0,2% do PIB, mas não há sequer estudos de viabilidade planejados para isso no programa oficial da ‘sociedade da informação’ até agora proposto” (7).

Iniciativas internacionais

A preocupação com a Inclusão Digital, ou, ao menos, com o combate à “brecha digital”, como preferiu tratar do tema a comunidade internacional, já estava presente no debate global, muitas vezes partindo de pensadores, ONG’s, instituições de ensino ou culturais, setores acadêmicos e também de setores governamentais.

Apesar de diferenças nas iniciativas promovidas para romper as fronteiras da desigualdade de acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação, todos os discursos e iniciativas pareciam concordar que a Inclusão Digital era efetivamente uma maneira de promover a inclusão social. Ou seja, o acesso às TIC era uma maneira de combater a desigualdade, seja por meio

da ampliação das possibilidades de desenvolvimento econômico, seja por meio da inserção de novas classes na Sociedade do Conhecimento. Relações crescentemente desiguais não somente entre classes, mas ainda entre países e economias, com todos os seus efeitos excludentes, só poderiam ser enfrentadas por meio de processos organizativos e ações articuladas, local e globalmente, a fim de se alterar gradualmente as relações de força e poder.

Assim, as TIC foram sendo encaradas como os principais mecanismos de aceleração da vida globalizada e frenética na qual estamos imersos, e também uma das grandes esperanças de liberar energias e processos criativos, de criar e compartilhar conhecimentos, de enfrentar carências educacionais, informacionais e culturais. Afinal, a Internet, entre outras vicissitudes, é o meio tecnológico que conseguiu, pela primeira vez na história da humanidade, reunir em um só local todo o conhecimento já produzido, em produção e que irá ser elaborado pelo homem, acessado com facilidade e pouco custo por qualquer cidadão – se esse acesso for uma possibilidade real.

Essa preocupação com a expansão do acesso a Internet também é ressaltada por Rodrigo Assumpção, então responsável pela área de comunicação do Instituto Cajamar. Foi pelo Cajamar que em 1995 ele visitou os EUA e conheceu um telecentro no Harlem: “Chamava-se ‘Jogando para Ganhar’, *‘Playing to Win’*, e tinha sido o primeiro telecentro comunitário dos EUA. Eu visitei este telecentro em Nova York e depois uma filial em Boston. Vi o que era um telecentro pela primeira vez e fiquei encantado, absolutamente fascinado. Jovens do Harlem com meia dúzia de tipos de

computadores antigos, desde Apple até Pc's. Todos os tipos de estrutura, todo tipo de processo. Estes computadores visivelmente estavam servindo à estruturação comunitária, estavam servindo para o avanço daqueles jovens, e eu fiquei fascinado com aquilo". (8)

Começaram a surgir Telecentros, Infocentros, *Cabines Públicas*, *Telecasitas*, *Telestugen*, *Espace Numérisés*, *Telecottages*, *Community Technology Centres*, *Digital Clubhouse*, esses e outros nomes dados a locais onde é possível ter acesso às TIC, a serviços presentes na rede e às possibilidades de uso comunitário. Consta que em meados dos anos 80 em Velmdalen, Suécia, foi inaugurado o primeiro telecentro (9). Espaços abertos ao público, administrados por pessoas ou instituições variadas, nos quais são oferecidos serviços de informática e comunicação de forma individual ou coletiva. Ao redor do mundo, começaram a pulular algumas formas de atender a essa descrição.

Algumas iniciativas internacionais atentavam para a formação de comunidades virtuais. Essa pareceu ser uma preocupação predominantemente européia e latino-americana. Os projetos de "cidades digitais" foram política oficial da União Européia, como a rede *Iperbole* (10) da cidade de Bolonha. Um exemplo de formação de comunidades virtuais na América Latina é a Rede *Somos@telecentros*, com representantes presentes no evento, atuante até os dias de hoje.

Já nos Estados Unidos, a partir de 1998, o Departamento de Comércio foi o órgão público responsável pelo empreendimento de uma política de universalização do acesso às TIC. Um de seus programas, chamado *Falling Through the Net:Toward Digital Inclusion*, "...previa convênios, parcerias e aplicação de verbas para a conexão de minorias, áreas rurais, população de baixa renda, pequenas empresas, incentivo à criação de telecentros denominados

Community Technology Centers (CTCs), reciclagem de professores para aprenderem a utilizar a Internet e assistência tecnológica para deficientes. Não se trata, simplesmente, de um programa de inclusão, mas de incentivo aos diversos programas de inclusão existentes no país, de divulgação da importância da Internet para a nova economia e, principalmente, já serviu para avaliar a extensão da brecha digital em pesquisas que se empenhem em criar mecanismos para superá-la” (11).

Como outro exemplo de ações internacionais iniciadas à época, temos a Força Tarefa Digital *Opportunity* (DOT - *Digital Opportunity Task Force*), criada pelo grupo das sete nações mais ricas do mundo, reunindo interesses governamentais, empresariais, de ONG's e de instituições internacionais. Apresentava como objetivos: “...identificar formas pelas quais a revolução digital pode beneficiar toda a população mundial, especialmente os grupos mais pobres e marginalizados. A ‘brecha digital’ ameaça exacerbar as desigualdades sociais e econômicas existentes entre países e comunidades, sendo que os custos potenciais da inação estão maiores do que nunca.”(12)

A mesma preocupação surgia em organismos como o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, em relatório sobre as relações entre o uso de telecentros e o desenvolvimento sócio-econômico da América Latina, alertando os riscos para o continente: “Neste novo ambiente, o perigo da brecha entre pobres e ricos aumentar na região é mais grave do que nunca e ameaça a prosperidade econômica, a estabilidade social e a própria sobrevivência da democracia. Medidas são necessárias para possibilitar a todos os cidadãos a oportunidade de adquirir conhecimento e tornarem-se membros incluídos da comunidade” (13).

Em São Paulo, a corrida pela primazia

É vivendo esse contexto de preocupações que surgem dois projetos importantes de acesso coletivo e popular a *web* na cidade de São Paulo. Os nascedouros em questão eram representantes de duas posturas político-partidárias opostas, mas é relevante observar que ambas propostas nascem imbricadas a discussões sobre modernização administrativa e governo eletrônico – embora também nesse aspecto as posturas se diferenciasssem.

O Governo do Estado focava suas propostas na utilização das TIC para a modernização administrativa e para agilização de serviços prestados à população. Os chamados Poupatempo e Praças de Atendimento similares demonstravam bem esse espírito. Já no Instituto Florestan Fernandes (IFF), um espaço de elaboração de políticas públicas para São Paulo que foi presidido pela futura prefeita da cidade, Marta Suplicy, procurou-se chegar a uma concepção de governo eletrônico que evitasse o aprofundamento da divisão entre os que tinham e os que não tinham acesso às TIC, evitando o favorecimento dos segmentos sociais que já gozavam de acesso desproporcional ao governo e à participação política.

O IFF, especialmente nas figuras de Maria Teresa Augusti e Jorge Thadeu Sampaio, diretores da instituição, sonhavam com a construção do que intitulavam de uma *Rede Pública de Comunicação e Informação*. Partia-se do princípio de que “um governo eletrônico pressupõe uma nova cultura de gestão: *aberta, transparente, preocupada constantemente com a didática e a fidedignidade de suas informações* (...) Atenta e respeitosa à manifestação de quem ela representa. Tratando as pessoas como *usuárias*, e não como clientes” (14), afirmava então Maria Teresa Augusti. A idéia era a de promover

o *e-gov* não para aprofundar e manter privilégios, mas como indutor da cidadania, aproveitando a vocação da Internet para a formação de redes que permitam aos seus membros a possibilidade de expressão, e não apenas a recepção de informações, conteúdos e serviços.

Como ainda explicava Maria Teresa Augusti, “não falamos aqui de redes físicas, mas de um conjunto de atores, instâncias e processos, comunicando e processando informação e conhecimento, articulados em um espaço virtual comum, utilizando ferramentas e instrumentos com semiótica didática, acessível e interativa, controlados e geridos pela sociedade civil de uma determinada região ou localidade” (15).

Para o IFF estava claro que, paralelamente a uma proposta detalhada, coerente e progressista de política de Governo Eletrônico para a Prefeitura de São Paulo, caberia propor também uma política pública de Inclusão Digital que permitisse ao governo da cidade enfrentar os graves números da exclusão digital, e que permitisse a todos os cidadãos as mesmas possibilidades e capacidades de incorporação dos benefícios das TIC, de acesso à informação e de participação na sociedade do conhecimento – um conjunto de benefícios que não poderia ser limitado às camadas privilegiadas da sociedade, sob pena das TIC servirem ao aprofundamento das diferenças, e não às promessas de democratização que a Internet trazia em seu bojo.

Rodrigo Assumpção, que atuava no Governo Eletrônico de Santo André e perseguia a possibilidade de implantação de telecentros naquele município, acabou sendo chamado para a tarefa de coordenar a iniciativa de Inclusão Digital do Instituto Florestan Fernandes. Rodrigo relembra: “Eu estava no Governo Eletrônico de Santo André, onde já conversávamos

sobre inclusão digital e telecentros. Foi quando Maria Teresa Augusta e Jorge Sampaio, dois diretores do Instituto Florestan Fernandes que refletiam sobre esses temas na instituição, convidaram-me para montar um projeto que eles já haviam desenhado, chamado Sampa.Org. Eles precisavam de alguém para coordenar o projeto. Aceitei. Peguei o projeto que estava desenhado de uma maneira macroestruturada, detalhamos seus parâmetros e implementamos em poucos meses... Sim, porque a tarefa formulada pelo Instituto era implementar dez telecentros no Capão Redondo em três meses!”.

Vale notar que já havia o embate político de propostas governamentais e uma competição entre dois grupos políticos para implantar o quanto antes suas iniciativas de Inclusão Digital. Enquanto o Instituto Florestan Fernandes preparava o lançamento do projeto Sampa.Org na zona Sul de São Paulo, o Governo do Estado se apressava para lançar o quanto antes um espaço similar na mesma região.

Assim, em 11 julho de 2000, surge o primeiro espaço público de inclusão digital, chamado de Infocentro, inaugurado pelo decreto 45.057 do então governador Mário Covas, na Casa de Cultura do Jardim São Luís, na periferia da zona Sul da Capital paulista. Era o embrião do Acessa São Paulo, que hoje é o programa de inclusão digital governamental. Neste primeiro Infocentro, deu-se a primeira ocasião em que a população pôde acessar a Internet gratuitamente em um centro comunitário, parceiro do governo em um programa que se classificava desde então como política inclusiva. No entanto, o primeiro Infocentro permaneceria como filho único por um bom tempo.

No mesmo mês de julho, três dias depois e na mesma zona Sul, mas nos distritos vizinhos de Capão Redondo e Jardim Ângela, um programa de ampla articulação da sociedade civil, reunindo movimentos sociais, sindicatos,

universidades e empresas da área tecnológica criava o Sampa.Org, um projeto-piloto do Instituto Florestan Fernandes. Ele já nascia com seis Telecentros e esperou mais dois meses para a inauguração de mais quatro unidades na mesma região, servindo de base para uma política pública da futura prefeita de São Paulo, então presidente do referido Instituto.



Marta Suplicy na inauguração do telecentro Jardim Comercial, julho de 2000

A implantação do Sampa.Org

Com ideias ainda genéricas, a coordenação do projeto realizou vários contatos com empresas e instituições, e conseguiu aglutinar parceiros importantes formando um núcleo básico que atestava a viabilidade da proposta e se dispunha a reunir, juntamente com um significativo investimento por parte do Instituto Florestan Fernandes, os recursos humanos, materiais e financeiros necessários para a implantação de dez telecentros. A partir desta etapa, as adesões se ampliaram e diversificaram-se. Com um núcleo de empresas e entidades da sociedade civil e tendo suas ações disciplinadas por um conjunto de documentos estabelecidos de comum acordo, formou-se oficialmente o Comitê Técnico do Sampa.Org.

Deste grupo de debate, elaboração, reflexão e de viabilização das ações, participaram empresas (Microsoft, Brisa, Lexmark, entre outras), instituições educacionais (USP/Escola do Futuro, Instituto Adventista de Ensino), ONGs e outras entidades da sociedade civil (CUT/Integrar, Fundação Friedrich Eibert/ILDES).

Paralelamente à constituição desse Comitê Técnico, era necessária a articulação com lideranças comunitárias do distrito de Capão Redondo, então apresentado pela mídia como o lugar mais violento e abandonado pelo poder público na cidade de São Paulo. Era uma região que apresentava o segundo pior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da cidade. Apesar da violência e da exclusão social ser um fato incontestado, a região possuía uma intensa e enraizada produção cultural: foi o berço do movimento *Hip Hop* na cidade, começava a empreender um movimento de literatura marginal que deu origem a Ferrez e os saraus poéticos da região, hoje famosos; possuía

ainda uma significativa rede de entidades comunitárias com uma história de organização intensa de mais de trinta anos de ocupações de áreas contestadas e conflitos vinculados ao movimento de luta pela moradia.

Além desses fatores de escolha, outro ponto foi decisivo para fincar o pé na zona Sul: a presença, entre os parceiros, do Instituto Adventista de Ensino, instalado há décadas na região. A instituição ofereceu-se para participar dos serviços de formação dos futuros monitores em sua Faculdade de Tecnologia, além de garantir suporte e manutenção das redes de computadores instaladas nas associações. Importante frisar que, desde o primeiro momento, foram os representantes do Instituto Adventista (professores e alunos) que defenderam a utilização do software livre no projeto, o que só aconteceria mais tarde.

Rodrigo Assumpção rememora aquele momento: “No Instituto havia uma pessoa de muita experiência como articulador comunitário, Ademir Castellari, que visitou um número extraordinário de entidades sociais do bairro de Capão Redondo e depois nos ajudou a selecionar e a fechar as parcerias com as lideanças locais. E os dez telecentros foram assim escolhidos, seis ficaram prontos e estruturados para iniciar neste momento. Mauricio Falavigna se juntou a nós logo em seguida para trabalhar no conteúdo do portal e em oficinas de comunicação.

E a partir daí começou um processo que contribuiu para o programa de governo de uma candidata à Prefeitura de São Paulo, trazendo a idéia de que era necessário na cidade de São Paulo uma política pública de Inclusão Digital. Em seguida houve o compromisso da candidata em implementá-lo quando prefeita, o que foi feito tendo como modelo o projeto Sampa.Org”.

A inserção na comunidade

Garantir o envolvimento das entidades comunitárias foi um processo que se iniciou logo que a coordenação assegurou o compromisso de doação dos primeiros equipamentos para a implantação. Iniciou-se, então, uma série de reuniões com lideranças locais para explicar a proposta.

Esse momento foi inédito: já havia a construção de toda uma argumentação sobre a necessidade de inserção do País na Sociedade do Conhecimento. Um discurso acadêmico, político-tecnológico, governamental e empresarial. Alguns atores percebiam também a necessidade de expansão dessa inclusão, entendendo cada vez mais o combate à exclusão digital como parte do combate à exclusão social como um todo. E esse discurso precisava ser elaborado no campo, *durante* a implantação de projetos de inclusão digital, em uma atividade de convencimento cultural, político e intelectual.

Foram visitadas cerca de trinta entidades da região, com o objetivo de conhecer as lideranças, o trabalho realizado no cotidiano, as instalações, explicar os objetivos e examinar condições e necessidades para que as comunidades sediassem um telecentro. Também se realizavam reuniões com os frequentadores de cada espaço, numa tentativa de averiguar a inserção das entidades em sua comunidade. Outro critério para a escolha das entidades foi a infraestrutura oferecida. Eram necessários a disponibilidade de uma linha telefônica e um ambiente com espaço e segurança adequados para a instalação do telecentro. A junção destes fatores é que determinou a escolha inicial de seis entidades, depois acrescentadas de outras quatro, para sediarem os telecentros.

O movimento de moradia era a origem de boa parte dessas associações

comunitárias, movimentos sociais que estavam presentes na zona Sul da cidade há cerca de três décadas.

A luta para ocupar terrenos e construir moradias desemboca naturalmente na luta por melhorias nos bairros recém-criados. As associações de moradores passam com o tempo a organizar suas creches, seus centros de juventude, quadras esportivas, enfim, serviços necessários que compensam a ausência do Estado na região. Os elementos que servem como focos de aglutinação e luta são vários: iluminação pública, saneamento básico, postos de saúde, centros de juventude, e até mesmo coisas simples como receber e redistribuir as contas de luz dos moradores do bairro. A essas atividades soma-se a preocupação de realizar atividades com jovens, oferecendo não apenas esporte e lazer, mas educação e trabalho. Tentam, desesperadamente, vencer uma batalha contra o tráfico de drogas, a violência e a pouca perspectiva de futuro. A maioria das entidades trabalham com esportes, atividades culturais, cursos de línguas e cursos profissionalizantes, enfim, todos elementos cotidianos nestes focos de cidadania que são esses espaços comunitários.

As reuniões com a comunidade confirmaram o interesse e os mitos existentes sobre a informática e os computadores. Duas ideias opostas dominavam o imaginário das comunidades. Uma delas positiva: o telecentro representaria uma oportunidade dos jovens aprenderem informática básica, o que automaticamente garantiria uma vaga no mercado de trabalho. A outra imagem coletiva predominante negava o valor da iniciativa, e pode ser explicitada pela seguinte indagação, expressa constantemente em suas algumas variantes desse discurso: “se em nosso bairro falta posto de saúde, vagas na escola, emprego, segurança, saneamento e tudo o mais, o que ganharemos com tecnologia e Internet”?

Responder prontamente às perguntas era possível, mas para isso foi preciso definir – com o projeto já em implantação – o que se queria com aquelas instalações. Informática básica (a experiência do CDI) não era o foco do Sampa.Org, definitivamente. Se os objetivos principais, embora vagos, eram o de inserção das tecnologias no dia-a-dia daquelas comunidades excluídas e de inclusão de novos grupos de cidadãos na Sociedade do Conhecimento, a informática básica ou a alfabetização digital seria apenas uma necessária ambientação a esse novo mundo. E certamente não garantiria vagas imediatas no mercado de trabalho, apenas pequenos ganhos e pouca autonomia.

Por outro lado, inserir as TIC no cotidiano desses movimentos organizados da periferia do mundo e, mais do que isso, conquistar corações e mentes dos beneficiários desses movimentos populares, não era uma tarefa que se resolveria de cima para baixo, com um plano discutido somente pelo Comitê Técnico, uma proposta pronta de uso daqueles equipamentos inéditos na localidade. “Construa e eles virão”, a famosa frase sussurrada no filme “O Campo dos Sonhos”, foi uma alternativa imaginada, mas logo se viu descartada: era preciso construir conjuntamente o uso daqueles equipamentos. Demonstrar que a Inclusão Digital era um tema que se mantinha lado a lado com as outras necessidades prementes daquela população marginalizada: saneamento, educação, saúde, moradia, participação política, comunicação, reconhecimento público...

As reuniões com as comunidades escolhidas foram fundamentais para a construção dessas respostas e do futuro do projeto. Só pela intermediação desses parceiros locais foi possível trabalhar com a comunidade de forma efetiva, já que o Sampa.Org não se propunha a criar entidades novas na região, mas sim estabelecer parceria com pessoas que já tinham a organização

e a articulação comunitária como meta, como eixo de sua vida. Uma diretriz básica do projeto foi a de se considerar herdeiro da rica tradição da educação popular e ter como princípio o respeito pela comunidade. Assim, o Sampa.Org atuou fornecendo instrumentos para a continuidade da organização da comunidade, para que esta fosse verdadeiramente o sujeito de sua história.

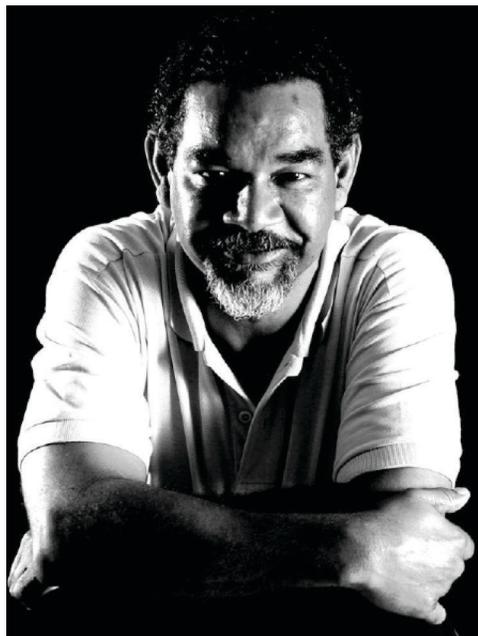
Das reuniões nasceram projetos comunitários diversos que dominaram o cotidiano dos telecentros. Uma agência comunitária de notícias (*Capão Online*); uma cooperativa de montagem, suporte e manutenção de redes existente até os dias atuais (*Alpha*); uma atividade de mapeamento de serviços sociais de todo um distrito; uma rádio *web* (*Biboca*); oficinas de comunicação comunitária; cursos profissionalizantes de design e programação; produção de conteúdos diversos que mantinham o vínculo com a luta diária dos indivíduos e das organizações que construíam aquele projeto-piloto de Inclusão Digital para a cidade de São Paulo.



Equipe Rádio Biboca-Sampa.Org no telecentro do Jd Rosana, sede da rádio

Doze meses de projeto-piloto: números para um futuro programa municipal

Os telecentros funcionavam, em média, 12 horas por dia, seis a sete dias por semana, e ofereciam cursos de informática e atividades de desenvolvimento cultural, social e econômico baseados em TIC, além de livre acesso à Internet e correio eletrônico para a comunidade. Após um ano de funcionamento, os monitores dos telecentros realizaram uma pesquisa de uso com os frequentadores dos centros e apresentaram-na a todos, para compartilhar informações. Em média, havia 14.000 horas de uso por mês, ou seja, 3.500 horas semanais de sessões de acessos no telecentros. Como não se utilizava qualquer sistema de monitoramento para controle de usuários individuais nas entidades, a contagem se dava por sessão de uso, sendo provável uma quantidade expressiva de usuários frequentes que retornavam mais de uma vez por dia ou semana. Os monitores estimaram cerca de 1000 a 1500 usuários por mês, em média. Quanto ao perfil, pôde-se dizer que o usuário, na sua maioria, era do sexo feminino (70%), na faixa etária de 13 a 17 anos de idade (60%). Mas havia usuários acima de 60 anos de idade e abaixo dos 12 anos de idade, uma minoria que frequentava os pontos (3%). Importante ressaltar que mais da metade desses usuários nunca havia tido contato com um computador.



Lembranças do Sampa.Org

por José Aparecido de Souza,
diretor da Associação de Moradores do Conjunto abitacional Chico Mendes

Sou liderança popular desde a década de 80, quando passei a militar na área da moradia. Uma vez conquistada minha própria casa (independente da continuidade da luta para outros), uma outra luta se travava ali onde fomos morar.

Era o bem viver social em nosso conjunto habitacional no Capão Redondo, que havia sido entregue com deficiência na infraestrutura urbanística, ou seja: sem asfalto, iluminação pública, sem áreas de lazer, creches, escolas para atendimento da demanda; havia muitas crianças e adolescentes sem espaço para recreação e alternativa educacional. No conjunto havia um espaço que a empreiteira usava como canteiro de obras. Basicamente ocupamos este espaço fazendo dele nosso local comunitário.

Na época, viabilizamos junto a Cáritas Diocesana cursos profissionalizantes, tais como corte e costura, pintura e datilografia. Em 1998, através do Instituto Lidas, conseguimos o primeiro computador na comunidade, e passamos a desenvolver o chamado conhecimento tecnológico. Mais tarde, em 1999, com a doação de mais dez máquinas, começamos um curso de computação: eram mais de trinta jovens e adultos, inclusive eu participando.

Para mim, habituado a máquina de escrever, tratava o teclado como se estivesse datilografando. A experiência mais marcante para mim foi o processo do e-mail, que podia ser muito mais rápido e eficiente que o fax – foi fenomenal. Hoje, eu não consigo sair sem antes consultar meus recados.

Em 2000, com o Instituto Florestan Fernandes, começamos um projeto denominado Sampa.Org. Em reuniões com técnicos, intelectuais e lideranças populares dialogávamos como transformar esta e outras experiências de inclusão digital em política pública a ser aplicada numa gestão de governo. Esse foi o princípio dos Telecentros de São Paulo, que teve sua implantação na gestão da Prefeita Marta Suplicy. A partir dos 10 telecentros (chamados inicialmente de Pontos de Presença) instalados e funcionando nas comunidades do Capão Redondo e do Jardim Ângela, subsidiados por doações privadas, vimos a possibilidades de ter a partir daí o compromisso e o comprometimento público na manutenção dos mesmos. Para as comunidades sem recursos era impossível sua continuidade sem dotação para o funcionamento. Mas foi uma das experiências do fazer-fazendo que transformou milhares de vidas em nosso País. E creio que se houvesse menos ingerência (burocracia) pública e mais parceria com as comunidades, nestes 10 anos passados teríamos pelo menos em cada bairro dos grandes centros urbanos um local público de livre acesso a Internet.

Hoje percebo o tempo que gastávamos nas nossas comunicações, e vejo que podemos ter todo o mundo em contato permanente. Meu foco de luta atual é pelo livre acesso a Internet e pela liberdade da comunicação, que está nas mãos de poucos

proprietários. E luto ainda para que as comunidades sociais possam ser um braço formador com os mesmos direitos que o dado ao mercado através das *lan-houses* e outros projetos criados e mantidos com interesses puramente de mercado ou eleitorais.

Espero ainda ver transformado em realidades não o simples sonho, mas a realidade concreta que nos nortearam ao se deixar fazer, se deixar florescer a criatividade de cada local conectado; pois cada local destacado ou implantado tem suas próprias características sociais, culturais e econômicas, que se adaptam às TIC de acordo com suas necessidades. A padronização daquele fazer-fazendo pode ser um engessamento da livre iniciativa e da cultura local, pode gerar uma total burocratização de um processo que deve ser mantido livre de fórmulas e regras que desestimulam e travam a criatividade, seja da liderança ou da própria comunidade social que utiliza aquele espaço.

Do outro lado do rio: aparando arestas na comunidade

por Ademir Castellari, diretor do Sampa.Org

A primeira reunião realizada com entidades para o início das discussões para a implantação do projeto Sampa.Org no Capão Redondo foi realizada no CDHEP – Centro de Direitos Humanos e Educação Popular de Campo Limpo, no próprio Capão Redondo, e foram convidadas entidades que apresentadas por lideranças políticas da região. Além dos integrantes do IFF, compareceram representantes de doze entidades, desde Associação de Moradores (cinco), passando por entidades religiosas (duas), uma de direitos humanos, uma associação comunitária, uma escola estadual, uma assessoria de vereador, até um representante de uma indústria alimentícia.

Como podemos perceber, o “público” era diverso, como foi diverso o entendimento, a receptividade e os discursos em torno do projeto. Podemos dividir esta parte em: a) os que não entenderam a proposta e a dimensão da iniciativa; b) os que entenderam mas colocaram diversos empecilhos; c) os que vislumbraram ganhos políticos para suas comunidades; e, d) os que se interessaram porque as entidades poderiam incorporar-se a ele de outras maneiras.

É compreensível que os representantes de algumas entidades não tenham entendido uma iniciativa do porte do Sampa.Org. Afinal, o uso das tecnologias de informação não são uma demanda presente no dia-a-dia das comunidades. Estas há muito lutam pela resolução de problemas como moradia, atendimento médico, cestas básicas, asfalto etc.

Fez-se necessário uma explicação detalhada do projeto, sua concepção, seu alcance, como iria funcionar, e superar a cultura arraigada de “cursos de informática” – notadamente os voltados para a mais baixa escala de oportunidades e salários desse almejado “mercado de trabalho” (pacote Office, digitação etc.).

Essa demanda por cursos – legítima, diga-se de passagem – foi sendo resolvida com rápidos treinamentos ministrados pelos próprios monitores. Outro problema, de menor importância, foram os “discursos prontos” contra as novas tecnologias: “a tecnologia é sempre usada contra o trabalhador e o pobre”, “estas tecnologias são sempre para nos dominar” e outras afins. Percebe-se, pelo caráter dos discursos, que não foi difícil desmontá-los, reconstruí-los e trazer essas pessoas para o projeto: só foi preciso lembrá-los que a tecnologia não domina ninguém, e sim os usos que dela fazemos que caracterizam seu caráter “opressor” ou “libertário”.

Um fator positivo que se apresentou desde o início foi a disposição das comunidades – mesmo as que não compreenderam totalmente a iniciativa – em sediarem um telecentro, porque “seria interessante para os moradores”. Esse interesse foi incentivado também pelo apoio de lideranças que, por seu caráter de comprometimento com a educação popular e

com a construção de “sujeitos históricos”, foram fundamentais em remover barreiras e resistências.

Um problema de grande monta foi que algumas lideranças, entendendo melhor o projeto, colocaram empecilhos para sua realização. As razões foram as mais diversas, mas a mais importante era a do aumento do trabalho, já que às tarefas do dia-a-dia iria se incorporar uma nova, que não garantiria ganhos políticos às lideranças locais. Pelo contrário. Não é de se estranhar que a palavra mais ouvida nas reuniões tenha sido controle.

Essas lideranças – antes acostumadas a práticas centralizadoras e ao paternalismo – foram percebendo, aos poucos, que o caráter “anárquico” do projeto está beneficiando as comunidades, já que provoca uma maior oxigenação das relações. O paternalismo lentamente vai sendo substituído pela participação da comunidade nas soluções dos problemas. E, como o número de usuários foi muito maior que o esperado, o perfil dos mesmos cada vez mais diverso (idade, filiação ou preferências partidárias, sexo) e muitos deles nem mesmo eram frequentadores das associações, os problemas foram se resolvendo pela base.



equipe Sampa.Org: Ademir Catellari, Marco Polo Silva, Ligia Ortiz e Maurício Falavigna

Porto Alegre: um programa público pioneiro

Ainda no segundo semestre deste mesmo ano, é a Prefeitura Municipal de Porto Alegre que inaugurou uma série de espaços similares, com equipamentos conectados a *web* servindo gratuitamente a população da cidade. Segundo Ílton Freitas, então na Procempa (Companhia de Processamento de Dados de Porto Alegre), que participou ativamente deste processo desde o seu início, “no final dos anos 90 ocorreram alguns projetos pilotos junto a duas associações de moradores. Nesses projetos foram implantados laboratórios de informática com acesso a Internet. A partir do ano de 2001, portanto assumimos o conceito de Telecentro Comunitário como a alternativa mais efetiva para democratizar o acesso a Internet. Foi então que se concebeu um plano de inclusão digital com o objetivo de implantar telecentros em todas as regiões do orçamento participativo”.

Os telecentros de Porto Alegre

Por Rogério Santanna, presidente da Telebrás, ex-presidente da Procempa e ex-Secretário de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento

A experiência da Procempa na instalação de telecentros nasceu até de forma enviesada porque o prefeito à época, o Tarso Genro, foi procurado por uma representação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) que estava propondo a criação de telecentros. Começamos então a discutir com a equipe do MDIC como viabilizar a iniciativa na cidade, o que incluía o financiamento para alguns desses centros, só que os recursos do Governo Federal não chegaram. Não abandonamos a ideia e, neste processo, acabamos evoluindo da proposta dos

telecentros originais que tinham um enfoque mais empresarial para desenvolver um conceito de telecentro comunitário.

Aproveitamos o potencial da cidade de Porto Alegre, que era uma forte tradição comunitária, e começamos a ser procurados por líderes comunitários interessados na implantação de telecentros em seus bairros. Um deles inclusive reivindicava a implantação do telecentro na central de reciclagem de lixo onde ele trabalhava. Outro líder comunitário estava buscando desenvolver um cultura de paz na região onde vivia, que era muito conflagrada, e também achava que o telecentro poderia contribuir para minimizar esses problemas.

Em virtude destas solicitações, me propus a verificar se podíamos recuperar os computadores que deixavam de ser utilizados pela Companhia de Processamento de Dados de Porto Alegre (Procempa), mas que podiam ainda ser aproveitados nos telecentros. Começamos assim e a partir disto o Conselho de Orçamento Participativo de Porto Alegre assumiu a coordenação do processo. Assim, as comunidades que queriam um telecentro procuravam os conselhos do Orçamento Participativo e em geral, ofereciam como contrapartida um lugar físico para abrigar a sede e também recrutavam monitores da própria comunidade para atuar no local. A Secretaria Municipal de Administração conseguiu fornecer algumas bolsas para os monitores e assim iniciamos o processo de implantação de telecentros em Porto Alegre. Foi um trabalho muito interessante porque pudemos levar os telecentros às populações que jamais teriam renda para acessar à internet. Iniciativa que ocorreu em paralelo com o surgimento dos telecentros em São Paulo, na gestão da prefeita Marta Suplicy.

A Procempa, dirigida por Rogério Santana, manteve-se na coordenação do programa, organizando a demanda dos bairros populares, a maior parte delas surgida nos debates do Conselho do Orçamento Participativo que mobilizava os cidadãos de Porto Alegre. “Foi importante a participação de lideranças comunitárias como Irma e Maria Deloi, da zona Norte, e César Ramos e Lindomar, da zona Sul da capital porto-alegrense”, relembra Ílton. Os primeiros telecentros instalados foram o Chico Mendes, no bairro Mário Quintana, e os telecentros de Vila Pedreira e do Beco do Adelar.

Nos três primeiros anos, entre 2001 e 2004, a maior parte da demanda continuou nascendo dos Conselhos de Orçamento Participativo. Ao final deste ano e da gestão do Partido dos Trabalhadores na cidade, já haviam sido instalados 36 telecentros em Porto Alegre, talvez a cidade com o maior número de telecentros *per capita* do Brasil naquele momento.

O modelo de apropriação comunitária dos espaços tecnológicos e políticos ali oferecidos também foi a marca da iniciativa, como recorda logo abaixo Alexandre Siqueira Mesquita, que participou da implantação e coordenação dos telecentros locais.

Os telecentros de Porto Alegre

por Alexandre Mesquita, ex-PROCEMPA, ex-Cidadania Digital,
atualmente na Província Marista do Estado do Rio Grande do Sul

A partir da criação dos telecentros no Capão Redondo, em São Paulo, a partir da experiência inovadora do Instituto Florestan Fernandes e do Sampa.Org em 2000, em 2001 a Prefeitura de Porto Alegre criou o seu primeiro telecentro, chamado Chico Mendes, no bairro Mário Quintana, região nordeste de Porto Alegre. Este telecentro deu início a uma política pública exitosa em termos de Inclusão Digital, juntamente com os telecentros de São Paulo. As duas políticas públicas nas duas capitais se transformaram em marcos referenciais nas políticas públicas de ID no Brasil, creio que a partir da forma de como se relacionaram com as suas comunidades. Os telecentros de Porto Alegre tiveram diversas peculiaridades. Viveram um processo de construção baseado na relação com a comunidade.

O projeto todo ele era baseado, desde a sua fase de implantação, no Orçamento Participativo, os fóruns decidiam onde o telecentro seria implantado. A Prefeitura era responsável pelos equipamentos, manutenção, e custeio de um monitor. A entidade onde o telecentro era implantado era responsável pela sustentabilidade do espaço, custeio de água, luz e manutenções diversas, isso era amplamente anunciado à comunidade no momento em que se implantava o telecentro. Havia toda uma discussão nos fóruns regionais e todo um engajamento desses fóruns no processo. Hoje, olhando como se dá o processo de implantação dos Telecentros.BR*, ele utiliza algumas premissas dos telecentros de Porto Alegre, isto é muito interessante. Foi um programa que deu muito certo. Conseguimos nos espalhar por toda cidade entre 2001 a 2008, conseguimos chegar a uma rede de 36 telecentros, dois telecentros por região do Orçamento Participativo, tivemos amplo apoio da cidade, dos sindicatos, das empresas de informática.

Para sua implantação, o programa contou com o apoio do Banco do Brasil, do Sindicato das Empresas de Informática, da Caixa Econômica, do orçamento municipal, da SLTI local, mas basicamente ele tinha a coordenação da empresa de informática do município de Porto Alegre, a Procempa, e a liderança de Rogério Santanna. Ainda contava com interfaces da Secretaria Municipal de Educação, da Secretaria Municipal de Direitos Humanos, então possuía toda uma sinergia, articulava diversos atores do município de Porto Alegre. Esta era a grande virtude do programa, além do grande apoio da comunidade local. O conceito de Conselho Gestor, que dependendo do local poderia ser consultivo ou deliberativo, deixávamos esta construção de acordo com as peculiaridades locais. Não havia uma imposição da coordenação para que isso acontecesse. Cada telecentro tinha uma construção diferente. Era exatamente isso, uma construção, um programa bem aberto, essa era a grande virtude, a grande vantagem competitiva do nosso programa. Por isso ele cresceu e tomou conta dos corações e mentes da cidade de Porto Alegre.

* *Ver capítulo 8*

O Governo Eletrônico paulistano e a Inclusão Digital: a herança incômoda para a gestão seguinte

A Coordenadoria do Governo Eletrônico surgiu em 2001, vinculada à Secretaria Municipal de Comunicação e Informação Social da Prefeitura do Município de São Paulo. Primeiramente comandada por Sérgio Amadeu e em seguida por Beá Tibiriçá, logo de início o Governo Eletrônico paulistano adotou um conceito inédito: aliar Internet cidadã, software livre e Inclusão Digital. Foi assim que surgiu o projeto Telecentros e, sem seguida, a migração deste conjunto para o *software* livre.

Na área de Inclusão Digital, o Projeto Telecentros foi certamente o maior plano de alfabetização e Inclusão Digital do País, e um dos mais bem sucedidos do mundo. Desde junho de 2001, mês em que a primeira unidade de Telecentro da Prefeitura foi criada, mais de meio milhão de cidadãos das periferias da Capital passaram a ter acesso às TIC e à Internet. Em 2004, a iniciativa contava com mais de 120 telecentros espalhados pelas áreas de menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH, indicador do Mapa da Exclusão/Inclusão Social, elaborado em 2000 pela PUC/SP, Instituto Pólis e Inpe). Contando com a parceria de diversas instituições da sociedade civil, mas principalmente com a RITS de Carlos Afonso, Paulo Lima, Luiz Antônio de Carvalho (Luizão) e outros mais, que assumiu juntamente com o Governo Eletrônico a execução do projeto, os Telecentros de São Paulo foram aos poucos pondo em prática todos os conceitos e ações defendidos pelo movimento de Inclusão Digital desde os primeiros anos.

Conforme as palavras de Beá Tibiriçá, muito além da alfabetização digital e de cursos básicos, “o espaço público dos telecentros também é palco para

a articulação popular que se manifesta por meio de oficinas sobre diversos temas, como educação ambiental, capacitação e inserção para o mundo do trabalho, pesquisa na web, serviços públicos oferecidos pela Internet, criação de sites, comunicação comunitária, processamento de imagens, entre outros. O Plano de Inclusão Digital foi concebido com base em três pressupostos: tratar essa ação inclusiva como política pública, disseminar *software* livre e envolver a comunidade”.

Ainda segundo Beá, “a participação da comunidade local no Projeto Telecentros é a garantia de que o Plano de Inclusão Digital serve e continuará servindo à ampliação da cidadania, à abertura de uma nova perspectiva aos usuários diante da violência da exclusão e ao fortalecimento da organização social. Assim a comunidade, a partir do uso intensivo das TIC, pode alcançar mais autonomia em busca de uma nova condição humana em um contexto de globalização, mas sem perder sua identidade. Foi por isso que a rede de telecentros priorizou a formação de Conselhos Gestores e a articulação da comunidade com sua história, sua cultura, suas necessidades e expectativas, usando os recursos dos telecentros para organizá-las e potencializá-las.

Outra contribuição que merece destaque é a requalificação das áreas onde o telecentro chega. O volume de circulação que ele atrai incentivava novos comércios e pressiona o Poder Público a atender a demanda por serviços públicos e revitalização das áreas de uso comum”.

III. FORMAÇÃO DE CONCEITOS ou A 1ª OFICINA PARA INCLUSÃO DIGITAL (mas o que seria inclusão digital?)

Um galo sozinho não tece uma manhã:
ele precisará sempre de outros galos.
De um que apanhe esse grito que ele
e o lance a outro; de um outro galo
que apanhe o grito de um galo antes
e o lance a outro; e de outros galos
que com muitos outros galos se cruzem
os fios de sol de seus gritos de galo,
para que a manhã, desde uma teia tênue,
se vá tecendo, entre todos os galos.

(João Cabral de Melo Neto, Tecendo a Manhã)

Foi em meio ao ambiente resumido nas páginas anteriores que, em maio de 2001, o Governo Federal, por meio da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão), organizou em Brasília um Seminário sobre Inclusão Digital. Além dos cerca de 500 participantes, reuniram-se mais de uma centena de especialistas para discutir o tema e elaborar um documento que servisse como referência para a discussão e implantação de ações de Inclusão Digital no País. O projeto Sampa. Org, a RITS (Rede de Informações para o Terceiro Setor) e o CDI (Comitê pela Democratização da Informática) foram as três instituições da sociedade civil que participaram ativamente da organização do evento. No entanto, mais de trinta instituições da sociedade civil marcaram presença. O resultado do trabalho dos especialistas foi minuciosamente examinado, comentado e aprovado pela plenária dos participantes, resultando num documento amplo, fruto da participação cidadã, um documento que ficou por meses sendo divulgado e exposto ao debate para todos os interessados.

Portanto, entre 14 e 17 de maio de 2001, instaurou-se um fórum de debates entre sociedade civil e governo federal que acabaria se transformando no principal canal de demandas sociais, afinamento de ideias e conceitos, troca de experiências locais e laboratório de políticas públicas para o setor: o nome definitivo ficou sendo Oficina para Inclusão Digital, e a primeira edição se deu no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, em Brasília. Mas vamos nos debruçar um pouco mais sobre a riqueza dos debates desses quatro primeiros dias de um evento que já vai para sua décima edição.

O Governo Federal e a Inclusão Digital em 2001

Em relação às políticas de governo para a disseminação das TIC, durante a gestão de Fernando Henrique Cardoso houve duas ações principais: o ProInfo, criado em 1997 com intuito de instalar equipamentos de informática nas escolas (o acesso a Internet não era então cogitado) e o programa Sociedade da Informação, o Socinfo, criado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia em conjunto com o Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento (PNUD) – que lançou o estudo já aqui citado, o “Livro Verde da Sociedade da Informação” no ano de 2000.

Em relação às classes sociais mais excluídas, não houve a formulação de uma política governamental que as abrangesse em qualquer ação inclusiva. Também não houve qualquer política que relacionasse movimentos sociais e Inclusão Digital, ou algum programa que imaginasse centros gratuitos de acesso coletivo às TIC. Para não reduzir ao zero esse tipo de iniciativa, ao final dessa gestão, em 2002, havia dois Pontos de Acesso no Estado do Mato Grosso, implantados pelo programa Comunidade Solidária, em Cuiabá e Santo Antônio do Leverger (com apoio de uma consultoria do Sampa.Org). Neles o acesso a web era cobrado, mantendo-se uma política de “preços populares”, uma prática que seria defendida por algum tempo por setores do governo e da própria sociedade civil. No mais, como frisa Cristina Mori, se tomarmos a gestão como um todo, as “...ações possuíam como foco o uso de TIC pelo Estado para gestão, baseado num conceito de cidadão-cliente, usuário de serviços de governo eletrônico. Davam prioridade ao mercado e à formação de mão-de-obra na capacitação

da população para o uso dessas tecnologias. Também consideravam que o voluntariado e as ONG's deveriam ser a estratégia de oferta de serviços para a população pobre. Os movimentos sociais eram desconsiderados na formulação das políticas”.

O parto da 1ª Oficina

Jorge Sampaio, diretor do Instituto Florestan Fernandes, estava em Brasília em 2001 quando teve um encontro com o então Secretário de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI) do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, Sólton Lemos Pinto. Sólton havia estruturado o Comitê Executivo do Governo Eletrônico, em grande medida para o enfrentamento daquele grande fantasma do final do século, o “bug do milênio”. O Comitê foi estruturado e, com o passar do tempo e de suas atividades, sentiu a necessidade de expansão do acesso: se por um lado se aumentava a disponibilidade de serviços, era ao mesmo tempo necessário que houvesse do outro lado mais pessoas acessando esses serviços. Como essa discussão sobre a expansão do acesso às TIC já estava presente em algumas administrações públicas de Estados e capitais e, principalmente, já estava se tornando tema de projetos nas ONG’s, Jorge Sampaio sugeriu ao Secretário da SLTI uma discussão aberta à sociedade civil, o que foi aceito pelo governo.

Jorge Sampaio articulou então a presença do Sampa.Org – à época um projeto atrelado ao Instituto Florestan Fernandes, já em funcionamento na zona Sul de São Paulo; a presença da Rede de Informação para o Terceiro Setor (RITS), onde atuavam os já citados Carlos Afonso e Paulo Lima, e que possuía uma parceria com o próprio Sampa.Org, acompanhando de perto o início das atividades dos telecentros em São Paulo, além de uma estreita articulação com a Somos@Telecentros, uma ativa e bem-sucedida rede latino-americana de Inclusão Digital. Somou-se a essas ONG’s o Comitê para Democratização da Informática, o CDI, sem o qual à época seria impossível falar de Inclusão Digital.



Seguiu-se uma reunião entre as três ONG's e o governo para discutir uma forma de se apropriar do conhecimento que essas iniciativas da sociedade civil estavam construindo. Aí a gente viu que a melhor maneira de levar isso adiante seria fazer um seminário. O que ONG de esquerda sabia fazer? Sabíamos fazer seminários. Assim, resolvemos chamar outras ONG's, outros representantes da sociedade civil, experiências de projetos sociais e setores do governo para realizar o evento.

**Rodrigo Assumpção, ex-diretor do Sampa.Org,
ex-Secretário-adjunto da SLTI, presidente da Dataprev**

A organização do evento ficou a cargo da Secretaria de Comunicação da Presidência (SECOM), somada às pessoas que articulavam o projeto de Centros de Acesso no Mato Grosso (que estavam na SLTI) e as que cuidavam do Governo Eletrônico. O afluxo de convidados do governo e da sociedade foi surpreendente para a organização que, para controlar a logística do evento, cada vez mais caótica, logo no primeiro dia abriu mão da coordenação do coração do evento, a sua programação, deixando-a a cargo de Rodrigo Assumpção. Este assumiu a parte de conteúdo, debates e relatoria com os parceiros da sociedade civil. Ele relembra o momento: “Era um mar de expectativas desencontradas. O Governo Federal se vendo obrigado a prestar contas de algo que ainda não havia feito, as ONG’s exigindo discutir políticas públicas, o Governo Federal ansioso para saber o que elas estavam fazendo na prática... Em meio a isso, tínhamos assumido uma loucura: montamos 17 debates paralelos, quatro a seis deles simultâneos em uma Oficina de quatro dias. Pela manhã, plenárias, e pelas tardes debates sobre 17 diferentes temas. Tudo isso com moderadores de planejamento que tentavam estruturar as ideias com metodologia de moderação de grupos. O resultado final foi um calhamaço com mais de 400 pontos que deveria ser sistematizado pela relatoria em um documento final, a ser aprovado por uma plenária com cerca de 400 participantes que resistiram até o final da Oficina.”

Nesse momento havia um certo risco de se queimar uma proposta que se iniciava no final de um Governo, mas preferimos levar adiante assim mesmo. Eu acho que foi acertado. Conseguimos reunir algumas organizações fortes. Nem todas compraram a bandeira da Inclusão Digital. Naquela situação a nossa grande questão era fortalecer a idéia de um movimento de Inclusão Digital, ainda que quiséssemos que o Governo conhecesse a potência desta estratégia de inclusão social. Mas a nossa idéia é que viesse mais gente conosco, que viessem a CUT, o Fórum Social Mundial... Daí o esforço de se chegar a um documento que fosse sólido, que integrasse várias visões dos direitos sociais. Como os movimentos sociais poderiam de fato incorporar estas ferramentas para o seu fortalecimento, para o seu desenvolvimento... E foi muito difícil fazer tudo isso...

Paulo Lima, Saúde e Alegria

Os trabalhos e a relatoria

Identidade Cultural; Redes Públicas; Diretrizes para a Elaboração de Páginas Governamentais; Inclusão Digital, Educação Formal e Formação de Educadores; Inclusão Digital e Autonomia do Aprendizado; Capacitação da Comunidade e Formação de Monitores e Multiplicadores; Capacitação Profissional; Inclusão Digital, Pessoa Portadora de Deficiência, Equipamentos Especiais e Acessibilidade; Equipamentos de Baixo Custo; Manutenção e Suporte; Modelos de Telecentros; Programas e Aplicativos para as Ações de Inclusão Digital. Esses foi o painel de temas debatidos com os especialistas presentes, governo e sociedade civil durante a 1ª Oficina.

Além disso, premissas e diretrizes para a Inclusão Digital brasileira

também foram saindo de todas as reuniões moderadas. Ou imoderadas, muitas vezes, já que nem todos os moderadores profissionais envolvidos conseguiam conter uma participação por vezes organizada, por vezes caótica e sempre voluntariosa de todos os presentes. Educadores do Governo Federal e de municípios, movimentos sociais, sindicatos, Ministério das Relações Exteriores, fundações e institutos sociais, Funai e líderes de aldeias indígenas, representantes das principais universidades do País e também das grandes estatais, de empresas de telefonia e de Secretarias de Ciência e Tecnologia de diversos Estados, consultores do terceiro setor e de empresas nacionais e multinacionais ligadas a tecnologias... Um conjunto de interesses diversos e posições de muitas maneiras divergentes, opostas em vários momentos. Logo se organizavam grupos de interesse, colocações à parte dos documentos de cada temática discutida, registros de divergências, cobranças firmes a um governo que começava a compreender o assunto como um todo.

Paralelamente a isso, uma relatoria se organizava: dois membros da sociedade civil, Rodrigo Assumpção e Carlos Afonso, do Sampa.Org e da RITS, respectivamente, e dois membros do governo, Sérgio Barcellos e André Martins. Ao longo dos trabalhos, as discussões eram digitalizadas. Ao final dos dias, disquetes eram recolhidos e levados a essa relatoria, que passou muitas horas em um trabalho insano de reunir todos os dados, conclusões e opiniões similares, contrapor divergências e construir um documento sensato para ser levado em plenária, uma síntese dos dias de debates. Rodrigo Assumpção recorda: “... a gente pegava o material às seis horas da tarde e ficávamos até meia-noite estruturando o documento.

Era infernal, um trabalho insano, e os dois membros do Governo Federal começaram a se encantar pelo tema, conheciam muitas coisas de governo mas não conheciam aquele ambiente, e começaram a colaborar de maneira muito ativa. Além do mais, com o Carlos Afonso é difícil alguma coisa dar errado: ele é uma pessoa de enorme bom senso, com muita experiência. Aí começou a sistematização de um documento que tentava sintetizar estes dias de intensa discussão, um caos completo”.

Outros participantes foram chamados para ajudar a compilar e sistematizar os relatórios no último dia, véspera da plenária. Paulo Lima relata: “recebemos uma quantidade de contribuições muito acima da equipe que se propôs a realizar aquela Oficina. Então me recorro de ficar até às cinco da manhã com os demais companheiros tentando compilar e chegar a um determinado documento. Documento que tivesse uma linha lógica que pudesse ser compreendida, para dar base a uma discussão de política pública. E depois fomos apresentar este documento numa plenária com mais de 300 pessoas”.

A plenária e o documento final

No último dia do evento deu-se finalmente a plenária. Foram cerca de cinco horas de apresentação do texto, leitura, debates e votações sobre a redação final com cerca de 400 participantes que resistiram até o fim dos trabalhos. Um modelo democrático com regras de plenária muito familiares para sindicatos, para o Partido dos Trabalhadores e para os movimentos populares, onde se discutiu parágrafo por parágrafo do documento. Mas certamente inédito, ou, ao menos, já distante da maior parte dos membros do Governo que estavam presentes

na Oficina. Se alguns deles já haviam vivenciado momentos semelhantes, pareciam no mínimo desacostumados. O Governo abriu mão de boa parte da organização, e agora submetia-se às regras participativas pouco habituais aos seus parâmetros.

Isso não eliminou disputas sobre princípios, ideias e modelos de políticas públicas que deveriam nortear a atuação futura dos atores sociais presentes a partir daquele momento. Foi visível uma certa indignação de setores educacionais (tanto as Universidades como o próprio Ministério da Educação) por não comandar, liderar ou serem considerados a ponta-de-lança de todo o processo de Inclusão Digital. Setores empresariais e o próprio Ministério da Indústria e Comércio, que já possuía um incipiente projeto de telecentro de negócios, embora apenas com um telecentro, frisavam a necessidade de vincular telecentros diretamente ao desenvolvimento local, visando principalmente capacitações profissionais ou impulsionar pequenas empresas. Outras desvinculações de projetos comunitários gratuitos foram apresentadas, seja por proprietários de redes de escolas de informática, cibercafés e mesmo por alguns projetos nascidos na sociedade civil, mais preocupados com o que chamavam de “sustentabilidade” desses telecentros.

O resultados dos embates foram fielmente refletidos nos documento final (que pode ser conferido na íntegra nos Anexos deste livro). Um documento em muitos aspectos contraditório, muitas vezes megalomaniaco, outras tantas utópico.

Tomamos várias decisões que eram muito arriscadas. Esta (a plenária) foi certamente a mais arriscadas delas, mas conseguimos aprovar a maior parte da proposta sempre com discussões muito tensas, algumas muito densas, mas conseguimos chegar a um documento que estava longe de ser um documento ideal, mas acabou criando uma contribuição importante. Um documento que botamos embaixo do braço e fomos entregando em vários Ministérios, em várias prefeituras e foi a base de acertos e erros dos primeiros projetos de Inclusão Digital no Brasil.

Paulo Lima, Saúde e Alegria

O resultado, analisado após 10 anos, é um documento caótico, cheio de contradições, um documento que não pára em pé. Um estudo antropológico por um lado, uma lista de desejos e sonhos por outro... Mas o que é impressionante foi que este documento, com tantas fragilidades, de certa forma nos trouxe aqui hoje. E mudou a cara da política para Inclusão Digital no Brasil. Apontou para o Brasil um caminho extremamente específico e próprio, diferente de todo o resto da América Latina, com um grau de generosidade em sua política pública muito mais profundo do que a maioria dos países. Orientou-nos para fora de um debate extremamente pobre para o qual o Banco Mundial e outros organismos internacionais estavam apontando, que olhavam os telecentros como fontes de renda, que recomendavam a criação de telecentros como pequenos negócios, o que fez fracassar dezenas de experiências no Terceiro Mundo. O Brasil escapou dessa discussão, em grande parte, nesse momento da 1ª Oficina, quando claramente apontou que só tinha sentido a Inclusão Digital no Brasil como política pública, e esse foi o grande divisor de águas nesse tema.

Rodrigo Assumpção, Dataprev

Um balanço de ideias: formando conceitos

Pode ser que realmente tenha sido um documento inadequado, multiforme e até mesmo exótico. No entanto, ele trouxe conteúdos e embates que perduraram por uma década de Oficinas para Inclusão Digital. A grade temática colocada em discussão, por exemplo. Em grande medida, ela prosseguiu seu percurso, com refinamentos e maior complexidade, pela estrada das oito Oficinas seguintes. Outros temas foram ganhando espaço com velocidade, como Infraestrutura e Conexão, Comunicação Comunitária e *Software* Livre. Mas não só isso: a conceituação de alguns temas – como o que é Inclusão Digital ou o que deve ser um Telecentro – avançou de forma a já permitir um desenho que, aos poucos, se tornaria definitivo.

Do documento gerado pela plenária da 1ª Oficina para Inclusão Digital, vale lembrar as premissas acordadas pelos representantes da sociedade civil organizada e do Governo para a definição dos espaços públicos de acesso – a partir daí chamados mais geralmente de telecentros, ou ainda de infocentros – e de seu funcionamento:

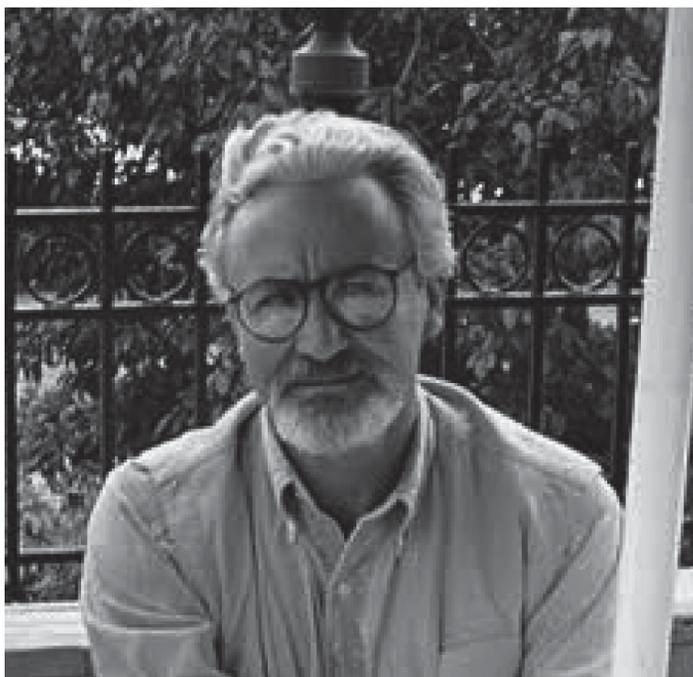
“■ *Os Telecentros são iniciativas que utilizam TIC ligadas à Internet, garantindo acesso público e universal para captação, geração, prospecção e distribuição do conhecimento, servindo para facilitar e estimular a participação cidadã da comunidade.*

■ *Os Telecentros devem oferecer mais do que apenas capacitação/treinamento.*

■ *Os Telecentros devem ser geridos com a participação efetiva da*

comunidade.

■ *Enquanto proposta de Inclusão Digital, um Telecentro se destina prioritariamente a um público que não tem contato com as tecnologias da*



Carlos Afonso, RITS

informação no trabalho ou escola”.

Esses alertas iniciais buscavam diferenciar projetos de Inclusão Digital com experiências de iniciativas (presentes ao evento) que se intitulavam mais práticas (quiosques ou totens de atendimento limitado), mais auto-sustentáveis (projetos que previam cobranças pelo uso dos equipamentos), cibercafés, escolas comerciais de informática e alguns discursos – centrados principalmente em setores ligados à Educação – que defendiam o protagonismo escolar e discente na liderança de qualquer programa público de Inclusão Digital.

À época, além das iniciativas já citadas aqui, como o Sampa.Org, os infocentros do Governo do Estado e os telecentros de Porto Alegre, repercutiam as ações dos chamados cibercafés. Precursor das atuais *Lan Houses*, esses estabelecimentos comerciais ainda sobrevivem, vendendo o tempo de uso dos equipamentos, além de outros produtos. Somados às iniciativas que justificavam moralmente a cobrança dos serviços, como escolas de informática e outros projetos (posição defendida inclusive por setores governamentais) – o argumento mais recorrente era o de que “as pessoas só valorizam aquilo que é pago” –, essas iniciativas representaram esforços e discursos que acabariam descartados ou ocupando posições marginais, mas que foram uma presença constante no evento até a IV Oficina para Inclusão Digital, realizada em 2004 na cidade de São Paulo.

Avaliando as discussões e justificativas que ressoam nesses documentos das Oficinas, percebe-se que os conceitos formados a partir da negação dessas propostas vincularam-se ao direito de acesso à informação, à comunicação e ao conhecimento como um direito humano,

universal e inclusivo, social e economicamente. Portanto, a cobrança pelo uso dos equipamentos eliminaria possibilidades futuras de conformação de políticas públicas amplas, vinculando a Inclusão Digital como um processo sob a batuta da iniciativa privada.

A solução de quiosques ou totens, semelhantes aos serviços de auto-atendimento bancário, não foram de todo descartadas e permanecem presentes em projetos que oferecem acesso rápido a serviços, informações e correio eletrônico. Foi inspirada por uma solução de larga escala do governo peruano (*cabinas*), apontada então por muitos como uma experiência mais prática e de baixo custo. No entanto, pré-formatados e com navegação limitada, estes serviços, em geral, revelavam-se inadequados para pesquisas aprofundadas ou projetos de desenvolvimento comunitários. Também não se adequavam à produção de conteúdo na *web*, transformando o usuário em mero consumidor de informações.

Outra proposta muito forte na primeira Oficina foi a de unir o acesso à Internet a instituições públicas como escolas e bibliotecas.

Essa alternativa foi considerada desde o primeiro momento como necessária, mas não superou a desconfiança de que não seria um meio amplo e único de combate à exclusão digital. Afinal, apesar do uso coletivo e aprofundado, o número de usuários é, em geral, restrito aos frequentadores da instituição e, da mesma forma, o uso é restrito aos objetivos escolares. Também foram levados em consideração dois outros fatores: um certo fracasso histórico da escola pública em lidar com outros meios de comunicação para consecução de seus objetivos (rádio, TV, vídeo), e a presença já significativa de educadores populares ou desligados do setor educacional formal em projetos de inclusão

digital já em andamento, e mostrando-se bem sucedidos.

Os telecentros mais flexíveis (e até por isso mais eficazes) foram considerados aqueles que combinavam o acesso às linguagens e equipamentos das TIC com uma utilização flexível e múltipla, determinada pela própria comunidade envolvida. Esse envolvimento da comunidade, esse comprometimento local, definindo o uso do espaço conforme seus interesses e necessidades, incluindo um uso ativo com produção de conteúdo, parecia a estratégia mais apropriada para esse processo de inclusão, além de caracterizar o próprio espaço do telecentro como um espaço político.

Já se imaginava que os telecentros poderiam favorecer a participação cidadã promovendo processos de consultas ou fóruns públicos, mediando a relação da comunidade com o crescente número de serviços públicos providos pela Internet, ou mesmo coletando e publicando dados que permitissem à comunidade planejar suas demandas e reivindicações. Também poderiam agir provendo serviços de criação, conexão e hospedagem para iniciativas econômicas locais. Poderiam ser um espaço de apoio ao trabalho no contexto de iniciativas voltadas para a geração de emprego e renda, e fornecer capacitação e treinamento em um espaço onde a comunidade efetivasse um processo de educação contínua e à distância.

Assim sendo, a Inclusão Digital passaria também pela capacidade de se apropriar das linguagens das TIC, a ponto de propor alterações e, até mesmo, novos usos das tecnologias. Pois as tecnologias utilizadas não foram desenvolvidas para a comunidade, nem para os usos de que ela necessita. Elas foram feitas para empresas, governos, iniciativas comerciais com propósitos muito diversos de uma associação comunitária, por exemplo.

Os conteúdos, então, esses refletiam ainda mais essa discrepância, mostravam quem estava dentro ou fora desse mundo de informações e conhecimento. Ainda era difícil obter informações na *web*, por exemplo, de como montar uma rádio comunitária ou estruturar uma cooperativa.

Outros pontos de destaque

Já em seu início, o documento da 1ª Oficina adverte que a exclusão digital aprofunda a exclusão sócio-econômica; que a velocidade das transformações das tecnologias digitais é maior do que a velocidade das transformações dos valores e atitudes na sociedade e que, por isso, o objeto central da Inclusão Digital são os processos de comunicação e processamento de conhecimento relativos à vida do cidadão.

O documento ressalta que as ações de Inclusão Digital só têm sentido se envolverem a comunidade. Não apenas como objetos da ação, mas garantindo que esses usuários não sejam simplesmente consumidores de informações, bens e serviços, mas também possam ser produtores de informação, cultura e conhecimento. Ainda recomenda a avaliação sistemática com indicadores de qualidade, para garantir a satisfação da população e atender a suas demandas por serviços públicos.

No capítulo Capacitação da Comunidade e Formação de Monitores e Multiplicadores, o documento destaca que a comunidade deve ser apta a conhecer sua realidade e identificar os caminhos para seu desenvolvimento, e esses agentes (monitores educadores) devem ter como foco a inclusão social, auxiliando o

processo de produção de informação e construção do conhecimento por parte da comunidade, promovendo a autonomia das comunidades nas quais ele se insere por meio de metodologias participativas e interativas.

Como a Inclusão Digital foi considerada um direito e já que as ações deveriam ser executadas com recursos públicos, o documento recomenda a elaboração de regras e procedimentos para a utilização destes recursos com a participação efetiva da sociedade civil organizada, procurando garantir o controle social dos projetos.

Outra recomendação presente no primeiro documento é a de que ações de Inclusão Digital estimulassem o uso de soluções tecnológicas de baixo custo, incluindo aí equipamentos, redes e aplicativos, evitando o uso de critérios excludentes nas escolhas tecnológicas, de modo a manter abertas as opções futuras. Essa recomendação passaria rapidamente ao debate sobre *software* livre nas futuras Oficinas, e hoje se tornou a regra para projetos apoiados pelo Governo Federal.

IV. OS TELECENTRISTAS: a Oficina enxerga seu público

2002, um ano perdido para a Oficina

No primeiro ano da gestão Lula houve uma grande desmobilização por parte do Governo Federal, enquanto os projetos em São Paulo e Porto Alegre já eram muito significativos, acumulando juntos mais de 70 telecentros. Entre a 1ª e a 2ª Oficinas, esta última ocorrida em maio de 2003, o Governo Federal manteve apenas os dois telecentros de Cuiabá e mais o protótipo de telecentro de negócios do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC). Em um ano de mudança de projeto governamental, era explicável que o documento da 1ª Oficina tivesse mais influência para os municípios que para o Governo Federal.

Enquanto isso, o Sampa.Org assumia um ativismo importante no Brasil e no exterior. Logo após a 1ª Oficina, em junho de 2001, no Capão Redondo, o Sampa.Org promoveu o I Encontro Nacional de Telecentros, em São Paulo,

encontro que fez parte da agenda da Somos@Telecentros (Rede de Telecentros da América Latina e do Caribe). Toda a experiência do Sampa.Org e as conclusões surgidas em debates realizados nestes dois eventos foram apresentadas em Quito, Equador, no I Encontro Regional de Telecentros da América Latina e Caribe, realizado entre os dias 30 de julho e 2 de agosto do mesmo ano.

O Encontro contou com a participação de representantes de telecentros do Equador, México, Chile, Guatemala, Cuba, Peru, Colômbia, Venezuela, Costa Rica, República Dominicana e Brasil, e visou o desenvolvimento de oficinas e planos de trabalho que consolidassem a rede Somos@Telecentros em uma comunidade de aprendizado, com intercâmbio de experiências e vivências dos telecentros latino-americanos e caribenhos. A representante dos telecentros brasileiros, escolhida por eleição entre os participantes do I Encontro Nacional, foi Fátima Neves, líder comunitária, educadora e administradora de uma das instituições que contavam com um telecentro do do Sampa.Org, o Centro de Direitos Humanos e Educação Popular de Campo Limpo (CDHEP).

Ainda em 2001, entre 19 e 22 de novembro o Sampa.Org foi convidado a apresentar suas atividades no evento *Garantizando la Participación Ciudadana en la Era Digital*, em Montevideu, Uruguai, oficina patrocinada pelo IDRC (*International Development Research Center*), APC (*Association for the progress of communication*), Instituto Friedrich Ebert e infoDev (*Information for Development Program, World Bank*).

No entanto, a relação com a Prefeitura de São Paulo naquele momento apresentava problemas, pois havia a expectativa dos telecentros do

Sampa.Org serem imediatamente incorporados à Prefeitura, e Sergio Amadeu, que pertenceu ao IFF (Instituto Florestan Fernandes) e assumiu o Governo Eletrônico da Prefeitura, à frente do processo de Inclusão Digital, encontrava dificuldades para assumir esses primeiros telecentros. Assim, os custos do Sampa.Org foram se tornando completamente proibitivos para uma ONG, já que o modelo claramente só era viável para uma Prefeitura.

O apoio da SLTI e de Rogério Santanna

Em crise econômica, o IFF e o Sampa.Org, com Jorge Sampaio e Rodrigo Assumpção, ao final de 2002, foram a Brasília para discutir projetos de gestão pública com vários setores da nova administração. Mais uma vez a lembrança é de Rodrigo Assumpção: “Visitamos o Sérgio Amadeu, que tinha acabado de sair da Prefeitura e ir para o Instituto de Tecnologia da Informação (ITI) e, em seguida, se deu nossa visita ao Rogério Santanna, que havia saído da Procempa, onde se alocava o projeto de telecentros porto-alegrense, e tinha assumido a Secretaria de Logística e Tecnologia de Informação (SLTI) no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por curiosidade o mesmo órgão que havia apoiado a 1ª Oficina no Governo anterior”.

Vale lembrar ainda que o Sampa.Org já havia sido chamado por Rogério em 2002 para assessorar o Projeto de Porto Alegre, e prestou uma consultoria à Prefeitura local e outra ainda para o Governo do Estado, à época na gestão de Olívio Dutra. Continua Rodrigo: “O Secretário teve uma postura decisiva: quando ouviu o nosso relato da Oficina e a nossa proposta de retomar a

Oficina, ele aceitou imediatamente. Seria uma forma de reorientar o Comitê Executivo de Governo Eletrônico para um aspecto mais social. Ele havia tido uma experiência muito bem sucedida em Porto Alegre e queria replicar isso em sua gestão atual na SLTI”. Enfim, a SLTI aceitou a tarefa de retomada da Oficina e contribuiu decisivamente para isso. Mas o Sampa. Org, agora institucionalizado como uma ONG à parte do IFF, e embora garantido como um dos organizadores da Oficina, somava agora às suas perdas financeiras a saída de seu diretor: Rodrigo Assumpção, que em seguida também foi trabalhar na SLTI, como secretário-adjunto de Rogério Santanna, orientando-se para a área de Inclusão Digital dentro do órgão, entre outras tarefas. A próxima Oficina começou a ser organizada, e sairia em maio de 2003.

A 2ª Oficina: continuidade e um modelo que não parecia certo

A 2ª Oficina aconteceu no segundo semestre de 2003, e foi uma das edições mais bem organizadas, com recursos de sobra para a sua realização. Os motivos para isso eram claros: toda a iniciativa privada, todas as empresas da área de TI estavam ansiosas para estabelecer relacionamento com a área de Governo Eletrônico e, de forma geral, com o Governo Lula, já que não sabiam os rumos que as políticas para o setor iriam tomar.

No entanto, o evento – sediado no Blue Tree Park, entre os dias 27 e 30 de maio de 2003, paralelamente a 3ª Conferência Internacional de Governo Eletrônico –, muito bem financiado, correu um risco comum a Brasília: o de ser predominantemente “chapa branca”. Além dessa presença maciça de membros da administração, muitas empresas participaram com interesses estratégicos muito afinados com os seus propósitos comerciais. Essa participação do setor privado dava às empresas, sob suas perspectivas, o direito permanente à fala, à tomada de posições. Ao final, foi a Oficina com menor participação de telecentristas e menos discussões sobre a apropriação comunitária das TIC.

Por outro lado, foi muito bem sucedida ao relançar a idéia da Oficina como um evento permanente, onde os diversos atores sociais envolvidos com Inclusão Digital poderiam discutir políticas públicas com diversos setores relacionados a essa área. Apesar do clima estranho às iniciativas populares e aos movimentos sociais, campos de discussão dentro do Governo Federal foram abertos naquela Oficina.



*A programação da 2ª Oficina:
um Passaporte da Inclusão Digital*

No Governo Lula, ao contrário do Governo FHC, o problema se tornou o oposto. Todo mundo queria fazer projeto de Inclusão Digital. Imediatamente começaram a brotar uma infinidade de projetos, isso em um instante em que nós do Governo ainda nada de muito concreto tínhamos a apresentar... E ainda precisávamos gerenciar 14 projetos extremamente díspares, com intenções, compreensões, debates, públicos e propostas muito diferentes. Isto também forçou o fato da Oficina de Inclusão Digital passar a ser cada vez mais um fórum de discussão e debate entre Governo e sociedade civil.

Rodrigo Assumpção, Dataprev

O formato do evento

A 2ª Oficina avançou ainda em outros pontos. Organizada pela Via Forum, empresa de comunicação e produção de eventos com experiência em eventos governamentais, capitaneada por Robert Janssen, criou um formato que influenciaria em muito as próximas edições (as três seguintes também contariam com a organização da Via Forum). O modelo trazia painéis pela manhã, que contaram com a presença de ministros como Tarso Genro e Cristovam Buarque, outros membros do Governo Federal envolvidos diretamente com as políticas públicas de Inclusão Digital, como Rogério Santana e Sérgio Amadeu, acadêmicos há tempos dedicados a segmentos dessa temática, como Sílvio Meira (Universidade Federal de Pernambuco), José Eisenberg (IUPERJ), Nelson Simões (diretor geral da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa – RNP), Nélon Preto (Universidade Federal da Bahia) e outros. Representantes da sociedade civil como Maurício Falavigna (Sampa.Org), Jorge Sampaio (IFF) e Carlos Afonso (RITS), todos de instituições que co-organizavam o evento, moderavam os temas ou participavam como debatedores. Cidadania, Otimização de Redes, Governo Eletrônico, Desenvolvimento, *Software* Livre e Sociedade da Informação foram os temas dos painéis.

Pelas tardes, estudos de casos de Inclusão Digital: pelos nomes, vemos iniciativas presentes até os dias atuais, ou instituições reconhecidas. CDI, Porto Digital, Cidade do Conhecimento (USP), N@ Escola (projeto municipal de Santo André), Rede Saci (USP)...

Além dos estudos de casos, as tarde foram reservadas para grupos de trabalho: à semelhança da 1ª Oficina, este foi o coração do evento, com

debates organizados que partiam do que foi consolidado na 1ª Oficina e deveriam constituir-se, ao final, em recomendações para políticas públicas, com uma ratificação em plenária final e divulgação dos pontos aprovados. Os temas dos grupos de trabalho dão uma idéia do que mudou nesses dois anos de intervalo:

- Participação da sociedade em projetos de ID
- Educação formal e ID
- Produção de conteúdos e apropriação tecnológica
- Telecentros comunitários
- Padronização e navegabilidade de sites governamentais
- Otimização de redes e universalização do acesso
- Padrões tecnológicos para ID
- Monitoramento e pesquisa para projetos de ID
- Privacidade e segurança
- Acessibilidade e PPD (pessoas portadoras de deficiência)
- ID e desenvolvimento
- ID, trabalho e renda
- Capacitação de RH
- Direito à informação e comunicação comunitária

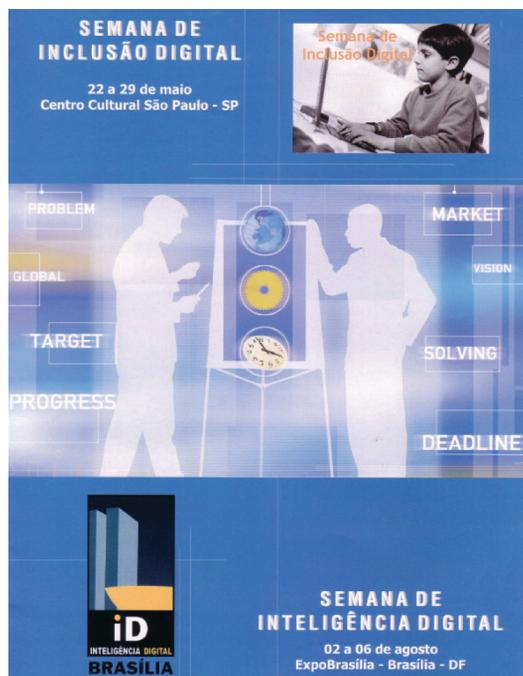
A presença crescente de alguns tópicos iria se repetir nas versões dos anos seguintes, especialmente comunicação comunitária, *software* livre e produção de conteúdos, temas que iriam dominar boa parte dos debates nos anos seguintes.



*da esquerda para a direita, Rodrigo Assumpção,
Robert Janssen e Sérgio Amadeu*

Multiplicando as vozes

Todas as palavras sobretudo os barbarismos universais
Todas as construções sobretudo as sintaxes de exceção
Todos os ritmos sobretudo os inumeráveis
(Manuel Bandeira, Poética)



A 3ª Oficina foi a atração central e a mobilizadora de um evento de grandes proporções, com a maior duração entre todas as Oficinas, que ficou conhecido como Semana da Inclusão Digital. Ocorreu entre 22 e 29 de maio de 2004 no Centro Cultural São Paulo, na capital paulistana. Se o evento anterior teve os problemas de público aqui narrados, um mar de telecentristas, educadores populares e personagens que viviam na ponta de iniciativas múltiplas de Inclusão Digital inundou os espaços do Centro Cultural. A cidade,

com seu grande projeto público, mostrava a todo o País o potencial inclusivo da Inclusão Digital.

O evento agregou o 2º Encontro Nacional de Telecentros (o primeiro havia ocorrido no ano anterior, no Capão Redondo, organizado pelo Sampa.Org), o eGov Fórum IV, o 3º Encontro Latino-americano de Telecentros e a própria Oficina para Inclusão Digital.

Embora permanecesse o espaço reservado para agências governamentais e empresas de tecnologia fornecedoras (ou esperançosas de tal) de serviços de governo eletrônico, com áreas de exposição exclusiva, o grande destaque foi a participação, em todas as áreas possíveis do evento, circulando por todo o Centro Cultural São Paulo, de telecentristas de todos os cantos do Brasil.

Representantes de rádios-telecentros de Solidão (PE), Campestre (AL), Lençóis (BA), São Gonçalo (RJ), Macapá (AP), Mapiá (AM), Cocalzinho (GO), Olinda (PE); telecentristas quilombolas do Vale do Ribeira (SP), ribeirinhos do Saúde e Alegria (PA), dos telecentros de Porto Alegre (RS), do movimento de software livre que se espalhava por todo o Brasil, os primeiros representantes de Telecentros da Pesca e do Movimento Sem Terra, de Pontos de Cultura, de telecentros da Petrobrás; representantes de experiências com telecentros no Peru, Nicarágua, Argentina, Equador, México e outros países da América Latina; e, finalmente, encorpando a massa, centenas de monitores, educadores e ativistas das dezenas de telecentros paulistanos, muitos deles pela primeira vez às portas da Avenida Paulista, em um ambiente tradicionalmente frequentado por outro tipo de público. As vozes musicalmente diferentes se espalharam ali pelo ar por uma semana, como se as margens do mundo se encontrassem no Centro.

Eu trabalhava em São Paulo com jovens produzindo comunicação como uma ferramenta de cidadania. Trabalhava com rádio, mas já havia a questão da Internet. Jovens produzindo para falar sobre cidadania de uma maneira mais ampla, para se desenvolverem e ajudarem a sociedade, suas escolas, suas comunidades. Quando decidi ir morar na Amazônia descobri que o Saúde e Alegria procurava uma jornalista. Quando cheguei, surgiu o projeto de implementar telecentros em comunidades ribeirinhas. Fui responsável por ir às comunidades conversar, explicar o projeto, o que era Internet, a diferença que fazia nas comunidades ... “Vocês querem Internet aqui? Vocês acham que é um projeto importante?” Eles toparam. A idéia era montar telecentros em cidades pequenas, rurais, indígenas, caboclas...remotas. Algumas ficam a seis horas de barco de Santarém, em outras se tinha que subir o rio imenso, outras eram acessíveis por carro mas não havia transporte público todo dia. A Internet na região fazia sentido, fazia com que as comunidades interagissem com o mundo externo. E podia mostrar o que é a Amazônia a partir da Amazônia. A voz da Amazônia, dos que são dali, enfim... Mas tínhamos que colocar energia elétrica ou solar, tínhamos que fazer funcionar a antena satélite... Naquele momento tivemos o apoio de várias entidades como a RITS, os telecentros de São Paulo, conseguimos a antena GESAC – Governo Eletrônico de Serviço ao Atendimento Cidadão –, do Ministério das Comunicações... Era o primeiro contato dessas comunidades com o Governo Federal, e conseguimos inaugurar dois telecentros. A inauguração foi um momento muito importante, a partir dali começamos a participar das Oficinas. Lembro que a primeira Oficina que participei foi em 2003, em São Paulo, e foi nela que conheci muitas pessoas com quem hoje trabalho no Governo Federal.

Cristina Mori, “Kiki”, ex-Saúde e Alegria, atualmente na SLTI



Projeto Cyberela – as rádios - telecentros

por Silvana Lemos, ex-CEMINA,
atualmente na coordenação pedagógica da Programando o Futuro

Um caminhoneiro trafegava pela BR 101, na divisa dos Estados de Pernambuco e Alagoas, quando ouviu na rádio Campestre FM a notícia da obrigatoriedade de se tirar o Registro Nacional de Transporte Rodoviário de Carga, uma exigência da Agência Nacional de Transporte Terrestre. A rádio também informava que este documento poderia ser tirado via Internet. Em seguida entrou no ar um comercial divulgando o telecentro que funciona junto à rádio. O caminhoneiro não teve

dúvida, saiu da BR e pegou os 30 km de estrada de chão até Campestre. Rapidamente uma verdadeira romaria de caminhões formou-se em direção a até então pacata cidade de 6.203 habitantes. O telecentro ficou abarrotado de motoristas durante uma semana, as ruas cheias de caminhões e as mulheres tiveram que se virar para ter o que vender de comida para aquela quantidade de gente.

Foi assim que os moradores de Campestre entenderam pra que servia esta história de Internet. Antes, o único contato que os habitantes tinham com a capital Maceió, que fica a 120 km, era através da rádio comunitária. Sem transporte público, a capital mais próxima neste caso era São Paulo – pela parabólica. O sinal da TV Globo de Maceió ainda não havia chegado. Agora, as informações são repassadas em primeira mão através da rádio, só que com uma diferença: os produtores têm a Internet para pesquisar e atualizar seus noticiários transmitidas ao vivo diariamente.

O cadastro no programa Fome Zero é feito no telecentro, assim como o de todos os programas do Governo Federal com que o poder municipal faz convênios. Os jovens da cidade passaram a ter um espaço para encontrar os amigos, se divertir juntos e estão tendo a oportunidade de ter acesso a informação, de se qualificar com cursos à distância através do telecentro.

O município virou cartão postal da região, visitado por autoridades de programas federais e por gestores de outros municípios atraídos por uma experiência inovadora de tecnologia social, a rádio-telecentro, que trouxe desenvolvimento social, econômico e cultural para cidade.

Tudo começou quando a comunicadora Maria Betânia se candidatou ao edital do Projeto Cyberela. O projeto teve início em 2002 com a criação da webradio Fala Mulher e a seleção por edital de comunicadoras populares de rádios, e se consolidou como um modelo que associa o poder de comunicação radiofônica

– uma tecnologia de fácil acesso e muito difundida nas regiões mais remotas e de baixo IDH do Brasil – com a Internet, que facilita o acesso à comunicação e a troca de informações com o mundo.

A estratégia foi formar estas mulheres no aprendizado das novas tecnologias para qualificar os seus programas de rádio e incentivar o uso da Internet para fomentar a troca de produções radiofônicas e de ativismo através da rede. Como nas 16 localidades não havia Internet na época, quando foi estabelecida a parceria com o programa GESAC – Governo Eletrônico de Serviço ao Atendimento Cidadão – e as conexões eram de banda larga e via satélite, o benefício foi estendido a toda comunidade do entorno com a implantação de telecentros junto as rádios.

Para conseguir os computadores, o Projeto Cyberela buscou parceria com os projetos de Inclusão Digital do Banco do Brasil e da Fundação Banco do Brasil. O primeiro doou máquinas usadas e descartadas pelo Banco e o segundo participou com toda a sua estratégia viabilizando recursos para que fossem adquiridos os computadores, mobiliário e impressora para os telecentros.

O projeto da organização CEMINA – www.cemina.org.br - contou nessa fase com a parceria e a experiência da organização Sampa.Org, pioneira no Brasil no desenho de telecentros. As cyberelas selecionadas passaram a participar das Oficinas de Inclusão Digital a partir da edição de São Paulo, o que foi fundamental para entenderem a complexidade da proposta e conhecerem de perto os atores que até então só ouviam falar.

Essencial nesse momento foi acompanhar as cyberelas no processo das articulações locais que permitiram a instalação das antenas do serviço GESAC, a mobilização de um espaço físico para instalação das máquinas e atendimento ao público. Também foi estratégico capacitar essas lideranças e os monitores na visão social do projeto, enfatizar a importância do envolvimento dos diferentes atores das comunidades e de uma maior articulação de parcerias com organizações

locais, além de fortalecer o papel do rádio na divulgação dos benefícios dos rádio-telecentros e dos serviços que eles prestam.

Ao se empoderarem do uso da informática, as mulheres têm vencido a barreira do medo em lidar com as novas tecnologias e utilizado a Internet para mobilizar os grupos, reivindicar seus direitos, otimizar tempo ao recorrer a serviços governamentais como agendamento de consultas, emissão de documentos *on-line* etc. E o principal, as rádios localizadas em lugares remotos passaram a ter conhecimento do que se passa na capital através dos telecentros e veicular para toda a comunidade. Além da melhoria no conteúdo e da qualidade sonora com o uso dos *softwares* de edição e montagem de programas, os ouvintes ganharam um outro canal de interatividade. Em algumas localidades, o telecentro se tornou o lugar mais importante da cidade, onde o poder municipal, sindicatos e o comércio local utilizam o espaço para emitir documentos, buscar informações e fazer cotações de preço e compras pela Internet.

As rádio-telecentros, esta tecnologia social que une duas mídias, têm promovido a democratização do acesso a informação, uma melhora na qualificação das pessoas aumentando as chances de empregabilidade e estimulado o exercício da cidadania através do uso da Internet para mobilizações sociais.

A Oficina de São Paulo: em cena, o telecentrista

Foram mais de três mil. Acostumada a no máximo algumas centenas de participantes, a Oficina realmente experimentou um processo de popularização. palestrantes nacionais e internacionais, governantes, parlamentares, secretários da administração, gestores públicos e coordenadores de projetos e suas ONG's... No entanto, a diferença esteve realmente nos telecentristas e nos usuários de telecentros da cidade de São Paulo: àquela altura, último ano da gestão de Marta Suplicy, mais de 500 mil pessoas estavam cadastradas como usuárias de mais de uma centena de telecentros municipais.

Plenárias, oficinas e mostra de cases de inclusão digital e de políticas públicas mantiveram a mesma temática como comunicação comunitária, sustentabilidade e financiamento, economia solidária, acessibilidade universal, uso das TIC na educação... Mas alguns temas se fortaleceram, adquiriram destaque e se colocaram de maneira definitiva nas Oficinas, como *software* livre (um *Install Fest* fez grande sucesso no evento), redes de capacitação de monitores/educadores de telecentros, cultura digital e, pela primeira vez nesse espaço, foi discutida a questão do recondicionamento de computadores.



Paulo Lima, da RITS, em confraternização durante lançamento de livro sobre ID na 3ª Oficina

Conexões internacionais e outros saldos: A afirmação de um modelo

Já nas edições anteriores a presença de representantes de projetos latino-americanos foi sentida. No entanto, em virtude do Encontro Latino-americano e das características dessa 3ª Oficina, essa presença assumiu ares de verdadeira integração. A lista eletrônica da Somos@telecentros, com poucos interlocutores de língua portuguesa, conheceu o ingresso de centenas de telecentristas brasileiros, todos interessados em colaborar com suas vivências e aproveitar as ideias que encontrassem, malgrado as barreiras linguísticas. Barreiras que não limitaram por segundos a participação ativa de telecentristas, especialmente paulistanos, que invadiram tanto a lista

como o sítio da Somos@telecentros narrando a realidade de seus telecentros e conversando em *portunhol* com seus novos colegas de luta social. Se a Internet havia lhes aberto a porta do mundo em uma tela, agora eles constataavam a sua presença em meio a esse mundo, antes tão distante.

Contribuindo com o clima de integração, houve ainda uma eleição para o conselho da entidade, que escolheu um representante brasileiro para esse grupo. Para finalizar, uma parceria entre a Somos@telecentros, a Rede Saci (da USP) e o Sampa.Org acabou por produzir uma caixa de *herramientas*, um *kit* de soluções tecnológicas para pessoas portadoras de necessidades especiais, ao final do ano disponibilizado no sítio internacional e distribuído para telecentros de todos os países membros da entidade internacional.



*apresentação cultural andina durante o
Encontro Latino-americano*

O *software* livre entra em cena na Oficina

por Hernani Dimantas, Escola do Futuro

A entrada do *software* livre nos programas de inclusão digital no Brasil teve dupla motivação.

Primeiramente, buscou-se um solução técnica para operar pequenas redes de computadores dedicadas às aplicações leves e com acesso à Internet que apresentavam baixo custo tanto de aquisição e quanto de manutenção. Como qualquer política pública, um boa relação entre investimentos, custeio e o retorno para a população era um fator crítico para a manutenção e o crescimento das propostas de inclusão digital.

Por outro lado, havia a preocupação e a responsabilidade por parte das iniciativas em não utilizar o dinheiro público para reforçar o monopólio dos sistemas operacionais proprietários que, além de caros, impediam a entrada de muitos cidadãos no mundo digital. Esses dois fatores somados à meta de tornar os telecentros locais de compartilhamento e exercício da cultura da colaboração presente em outras atividades comunitárias levou, naturalmente, a maioria dos programas de inclusão digital para a plataforma em *software* livre: uma opção barata, resistente e filosoficamente alinhada.

Desde o início, o Brasil tem se mostrado muito importante para a implementação da filosofia do *software* livre – uma tecnologia que pertence à humanidade e não a uma empresa ou a um país. É a ruptura de um velho paradigma. A sociedade da informação não segue preceitos da Era Industrial. Precisamos pensar no *software* como uma ferramenta de alavancagem do conhecimento do país, um projeto que se mostra mais eficaz do que a suposição de uma possível economia pela utilização de *softwares* proprietários. Afinal, Internet não tem a ver exclusivamente com computadores. Estamos falando de

pessoas, do interrelacionamento, da formação de comunidades e do exercício da cidadania.

Software Livre e Inclusão Digital se deram muito bem. Não foi uma tarefa simples. As comunidades de programadores são caoticamente espalhadas pela rede. Encontrar os grupos, entender a relevância dos projetos e cooptar essas pessoas é o ponto fundamental desta inclusão colaborativa. Essa foi a ação do governo. Criar espaços para a participação das zonas de colaboração.

O *software* livre é uma opção viável. Os sistemas proprietários eram pesados demais, de difícil manutenção a distância e exigiam investimentos em *hardware*. O modo de produção colaborativo fez e ainda faz com que o *software* livre deixe de ser um produto de alguma empresa. Assim, a compra de serviços de *software* não é mais um bem importado através de *royalties* e patentes. O *software* livre é mais um serviço. O produto é livre, disponível e compartilhado. O suporte técnico é da comunidade. E quando falamos em projetos brasileiros estamos pressupondo comunidades brasileiras. O investimento para o estabelecimento da política de inclusão digital fica então no Brasil.

Outro motivo importante de adoção do *software* livre em políticas públicas de inclusão digital é a replicabilidade. Esse *softwares* podem ser recombinaados e replicados para as ações sociais. Isso significa que todo o conhecimento desenvolvido e difundido pode ser copiado livremente pelas pessoas, possibilitando uma enorme diferença na relação entre governo e sociedade.

Procuo, contudo, explicar esse processo sob o enfoque das comunidades de *hackers*, programadores e desenvolvedores de soluções livres. Afinal, a experiência do MetaReciclagem permite um certo chão para o foco nessa análise.

Talvez seja oportuno fazer um parêntese para alinharmos sobre o conceito de inclusão digital, ou seja, a apropriação da tecnologia, acesso à informação e circulação das informações nas redes. *Software* livre é também sobre redes.

Ideologicamente trata-se de abertura, liberdade e compartilhamento na prática, da maneira que conhecemos, fazendo sentido quando essa ideologia se cola na colaboração. Linus Torvalds tem o mérito de disponibilizar o código e, desta forma, reinventar o modo de produção. Colaboração passa a ser compreendida em todo seu potencial.

A entrada do *software* livre nas ações de governo se deu, principalmente, pelo agenciamento das comunidades de *software* livre junto aos programas. As comunidades apresentaram uma oportunidade revolucionária para apropriação da tecnologia. Não era necessário pedir permissão para o desenvolvimento de soluções. Os *hackers* encontraram uma possibilidade de participar dos governos. Isso aconteceu no Brasil. Um modelo que emergiu das redes para as políticas. Uma experiência que concatenou de maneira original as novas perspectivas das comunidades conectadas com os governos que, até então, estavam carentes de soluções. E os governos receberam esses *hackers* como aliados e parceiros para o estabelecimento de políticas públicas de inclusão digital.

No entanto, ao propor uma análise profunda desta nova sociedade fica evidente a necessidade de fomentar políticas de compartilhamento e colaboração. O *software* livre é a experiência mais tangível da catalisação das inteligências nas comunidades. Utilizar essa experiência e incentivar financeiramente esses grupos de trabalhadores digitais, via de regra, acarretará no crescimento das comunidades *on-line* como um todo. E assim, os projetos de inclusão serão cada vez mais beneficiados pela militância colaborativa. O cidadão digital participa e compartilha da abundância na sociedade *hiperconectada*.

Software livre e participação popular

A presença estrangeira não foi o único saldo positivo da Oficina. Outros fatos e personagens ganhariam estatuto de permanência. A presença de ativistas do *software* livre no debate, impulsionada pela própria opção ideológica e política do Governo Eletrônico de São Paulo, então comandado por Beatriz Tibiriçá (Beá), que ficou no lugar de Sérgio Amadeu quando este foi para o ITI, colocou definitivamente o debate em cena: a partir de então a discussão sobre as políticas públicas de inclusão digital serem necessariamente realizadas com *software* livre foi uma constante que se repetiu por mais três edições. Desenvolvedores que passaram a trabalhar no setor público, criando soluções replicáveis e autosuficientes para São Paulo e outros projetos públicos do Brasil e do exterior. O Governo Eletrônico de São Paulo mantinha uma equipe responsável dedicada ao constante desenvolvimento do Sacix, uma customização do GNU/Linux para uso em ambientes de terminais clientes/servidor, presente nas mais de 2500 máquinas instaladas em telecentros de São Paulo, o que permitiu exportar esta solução para outras prefeituras e projetos similares no Brasil, América Latina e África. O Governo Eletrônico da Prefeitura, além disso, mantinha atividades de Metareciclagem no Telecentro Olido-Cibernarium, no centro da cidade.

Ainda assim parecia haver uma tensão entre alguns ativistas do *software* livre e projetos que não necessariamente realizavam inclusão digital com o *software* livre, discussão hoje que parece curiosa e distante, já que ninguém era contra o *software* livre e essa opção naturalmente conquistava todos os espaços públicos de Inclusão Digital. O embate que ficou para trás aqui é bem resumido no depoimento de Rodrigo Assumpção:

Não achávamos que ID era para favorecer a bandeira do software livre. O software livre é que tinha que fortalecer a discussão da ID e não o contrário. São conceitos que ao serem vinculados e misturados podem gerar slogans ditadores como Só é possível Inclusão Digital com software livre. Nós excluíamos um sem número de projetos que estavam fazendo ID com software proprietário, que tinham que ser trazidos para dentro desses debates. Hoje é muito tranquilo dizer que a maior parte dos projetos de ID acontece com software livre. E isso é um processo natural, pois o software livre é tão mais vantajoso que não precisava ser imposto, não precisava ser vinculado como dogma, que não precisava atrapalhar a disputa intensa por recursos públicos (que era o que de fato acontecia). Claro que esta é uma visão pessoal de alguém que chegou ao software livre por meio da ID e não ao contrário. Talvez se eu tivesse uma trajetória oposta não pensaria assim. Foi, inclusive, o que falei em 2001 a um líder do movimento de software livre em Porto Alegre: enquanto o software livre impedir um pobre do Capão Redondo de acessar o computador estarei contra. Não é o excluído de Capão Redondo que tem a obrigação de ser a vanguarda, pelo contrário, é o universitário da PUC de Porto Alegre que deve avançar neste debate para que a gente possa, de uma maneira muito mais tranquila e amigável, conseguir avançar a pauta do excluído. ID é um processo de sedução. ID é um processo de viabilização. Você não coloca barreiras, você não coloca obstáculos, você soluciona essa questão. E muitas vezes isso foi esquecido ao longo dessa trajetória. Hoje isso já está superado, não é mais uma grande questão .

Rodrigo Assumpção, Dataprev

O software livre foi muito impulsionado no Brasil por projetos de ID. Chegou-se a dizer que “não se faz ID sem software livre”. A minha idéia não é essa, eu milito pelo software livre, realmente temos que ter esta liberdade de poder criar, trabalhar, temos de ter a idéia de remixar, mas o que acho mais importante no software livre é a idéia de ação na comunidade. Quando pensamos em rede, o melhor modelo que vemos acontecer na rede é o uso de software livre. Esse exemplo serve muito mais para a ID do que somente a opção pelo seu uso. Não adianta você falar para mim que usa Ubuntu no seu computador se o seu trabalho pela comunidade tende a zero. Não é o uso do software livre que é o cerne da questão, é o uso da idéia de criação comunitária que faz com que o software livre tenha chegado onde chegou, é a idéia do conhecimento livre, é pensarmos que o conhecimento está na rede, e podemos usar aquilo que nos interessa, remixar ideias, recriar...

Hernâni Dimantas, Escola do Futuro



Hernani Dimantas em palestra na 3ª Oficina

A participação popular na administração dos telecentros, com acesso direto ao Governo Eletrônico, como foi visto na experiência mais bem representada em São Paulo, não se limitou ao ambiente festivo do evento. Debates com os conselhos gestores, sobre o conceito de conselho gestor, sobre um conselho municipal de Inclusão Digital, sobre o futuro dos telecentros em São Paulo – importante frisar aqui que havia uma crença geral entre os participantes, naquele momento, na continuidade da administração Marta Suplicy – , sobre novos projetos e desafios. O que se viu em São Paulo foi, mais do que representantes de suas comunidades totalmente apropriados dos equipamentos colocados a sua disposição, foi um movimento político conscientizado da importância de políticas públicas de Inclusão Digital para os seus bairros, as suas comunidades, a sua cidade, as suas vidas.

Assim, o grande saldo da 3ª Oficina foi a superação de dilemas que vinham da virada do século. O primeiro deles, motivado pelo início promissor do CDI, dizia respeito ao papel do Estado no processo de inclusão digital. Se apenas as organizações da sociedade civil e a iniciativa privada dariam conta desse processo, como defendiam alguns atores.

“Não há inclusão digital sem Internet”

Como volta a contar Rodrigo Assumpção, “em 97, com a chegada mais ampla da Internet, adicionou-se um ingrediente cujo custo era impossível de ser bancado pelas ONG’s, que era a conexão, a rede. Em 97 ficou muito claro

que era impossível pensar em Inclusão Digital sem *web*. O que era feito antes era um mero ensino de informática e esse ensino era extremamente limitado em termos de alcance e potencial. Essa discussão de ensino de informática já existia em outros países, há pessoas discutindo o uso das tecnologias para fins sociais no mundo desde a década de 60. O projeto de informática comunitária que tem sua culminância no CDI se demonstrou inviável em termos de custo principalmente pelo advento da Internet, que representava o alto custo. Era o nosso maior custo no Sampa.Org, Internet e pessoal. O computador sempre foi fácil e simples de se conseguir...” (20). Após o desenrolar dos programas públicos, o discurso reinante no CDI se dividiu entre a necessidade ou não da Internet em seus centros. Mas o sucesso de políticas públicas como as de Porto Alegre e de São Paulo já apontava o caminho para o investimento de governos e estatais.

A entrada do setor governamental também acarretava em duas discussões subsequentes: a cobrança de serviços e a noção de desenvolvimento atrelada à instalação do telecentro. Para muitos, e esse debate já era presente em países latino-americanos alguns anos antes, o telecentro deveria gerar renda, ser auto-sustentável, esse seria o único caminho da Inclusão Digital fomentada pelo Estado levar desenvolvimento às comunidades beneficiadas com as novas TIC. A comunidade melhoraria de vida por vender serviços para ela própria ou para terceiros.

Bem, a revolução prometida pela venda de serviços da comunidade para si própria e para o mundo não vingou em qualquer lugar. O que passou a estar subentendido na políticas públicas foi o direito universal de acesso ao conhecimento, à comunicação, à expressão. Um direito que não pode ser

cochado, que combate a exclusão em suas diversas formas e equipara oportunidades e possibilidades de exercício da cidadania.



Aprendi a sempre aprender

Por Beatriz Tibiriçá “Beá - foi coordenadora do Plano de Inclusão Digital, Projeto Telecentros da Prefeitura de São Paulo nos anos de 2003 e 2004 e hoje milita alegremente na ONG Coletivo Digital que defende software livre, Internet cidadã e combate à exclusão digital

Dia 18 de junho de 2001. Nesta data rompemos a primeira barreira: estava funcionando o primeiro telecentro da cidade de São Paulo, o telecentro Cidade Tiradentes.

Esta foi a nossa primeira ousadia. Primeira de tantas outras. Fizemos o primeiro de muitos, criamos a maior rede de usuários de *software* livre do planeta. Fomos protagonistas com mais meio milhão de crianças, jovens e adultos do movimento telecentrista de São Paulo.

O movimento telecentrista foi nossa maior alegria. O que passou a existir na cidade não foi um monte de escolinhas de informática; havia gente criando, fazendo, ouvindo, falando, agitando seu pedaço e usando um telecentro para fazer tudo isso.

O que é um telecentro

Espaço público com até vinte computadores, acesso a Internet, banda larga, para uso livre e gratuito, com monitores, que oferece cursos e oficinas, tendo o uso e a familiarização com as tecnologias de informação e comunicação como um dos objetivos e que acabam se transformando em centros comunitários de convivência e produção cultural.

Tínhamos a nossa causa: lutar para que se ofereçam soluções criativas, em grande escala, que entendam como direito do cidadão o acesso efetivo às informações e serviços oferecidos na Internet, o conhecimento de novas tecnologias e a familiarização com o computador e todas suas possibilidades. Usar as tecnologias de informação e comunicação como importantes ferramentas para reduzir desigualdades.

Aprendi que quando escolhemos abandonar a cadeia sem chave que era o uso de *software* proprietário para embarcar na nave libertária do *software* livre, o mais importante não era a relevante economia de recursos que pode ser feita. O principal e mais gratificante

era que cada comunidade que recebia um telecentro podia usar a tecnologia como bem entendesse! O que interessa é capacitar para pensar a diversidade, criar processos que permitam compartilhar conhecimento, aprimorar e desenvolver soluções próprias e adequadas para uso próprio e da comunidade. O que é fundamental é aprender a sempre aprender, compartilhar cidadania.

Compartilhar conhecimento e informação tem tudo a ver com solidariedade, participação e liberdade, elementos fundamentais para o desenvolvimento e autonomia das nossas comunidades.

O que é *software* livre

Os *softwares* são feitos em linguagem de programação, sistemas simbólicos que permitem ao computador executar as tarefas desejadas pelo homem. Tais tarefas são descritas passo a passo, como uma receita de bolo. Essa receita pode ser chamada de código-fonte. Quando a receita, o código-fonte, é colocada para conhecimento público passa a ser chamada de código-aberto. *SOFTWARESLIVRES* são programas de código-aberto que podem ser copiados, usados, alterados e distribuídos livremente, quase sempre, através da Internet. *Software* livre porque supõe liberdade para o desenvolvimento colaborativo e não por uma questão de preço. Embora, em sua grande maioria, os *softwares* livres sejam gratuitos.

Cada comunidade que entra em contato com as tecnologias de informação e comunicação, faz com elas o que de melhor pode fazer, produz conteúdos originais, divulga culturas e tradições acumuladas na sua história, realiza projetos e novas conquistas Com o uso das TIC e de software livre podemos fazer aparecer novas habilidades e novos usos para as tecnologias, produzir coletivamente novos saberes, fazer aparecer um novo desenvolvedor. Só quando os indivíduos e suas comunidades se sentem donos destas novidades que se lhe apresentam é que o processo se completa. A comunidade é o nosso foco.

Fazer, pensar e se apresentar de forma colaborativa é tornar possível o salto: deixar

de ser apenas receptor para vir a ser produtor de informação e conteúdos.

Tudo isso nos coloca diante de uma nova militância.

Trata-se de aceitar o desafio de compartilhar e fazê-lo com todas as vantagens e possibilidades que as novas tecnologias e a rede mundial de computadores oferecem.

Estar no meio disso tudo, desse turbilhão de ideias e saberes, trocar identidades e vontades, participar do debate coletivo que está ao nosso alcance é a militância do terceiro milênio. Construir os instrumentos e criar os espaços para enfrentar este debate da forma mais democrática possível é a tarefa do agora.

Militância virtual ou presencial, conquistas reais ou virtuais, o Universo de nossas lutas é mais amplo e a militância de tipo inteiramente novo!

O futuro é livre!



Na 3ª Oficina, Beatriz Tibiriçá, “Beá” escrevendo dedicatória em livro

Sou protagonista deste tema e nessa cena
Não sou herói, coadjuvante, irrelevante
E, se o Império contra-ataca, aonde está o mal?
Você tem mais uma vida na *interface* virtual!
(trecho de INTERF@CE , Grupo Fator Ético
Autores: Franilson Luis Batista e Gildean S. Pereira
CD produção independente da Aliança Negra e do Fator Ético)

Telecentros gratuitos e desenvolvimento local

A rede de telecentros do município de São Paulo, de Porto Alegre, as rádios-telecentros, os Pontos de Cultura, os telecentros quilombolas no Vale do Paraíba ou os ribeirinhos no Rio Negro, entre outros projetos que mostraram sua voz no evento, mostraram abrigar espaços com claros projetos de desenvolvimento local, compreendido de forma ampla: desenvolvimento social, econômico, político e cultural das comunidades envolvidas com o processo de Inclusão Digital. Afinal, foram telecentros formados em meio a um debate que defendeu abertamente que os telecentros mais flexíveis e, até por isso, mais eficazes, são aqueles que combinam o acesso às linguagens e equipamentos das TIC com uma utilização flexível e múltipla, determinada pela própria comunidade envolvida, e que os governos devem garantir condições para o funcionamento dessas iniciativas e redes. Redes não entendidas apenas como redes físicas, mas como um conjunto de atores, instâncias e processos que processem informação e

conhecimento, redes articuladas em um espaço virtual comum, um espaço acessível e interativo, rede encampada pela sociedade civil de diversas localidades, promovendo o desenvolvimento das comunidades envolvidas.

Desenvolvimento político, à medida que a rede quer ser instrumento de comunicação da cidadania com a cidadania, da cidadania com o governo, e um instrumental para melhoria de qualidade de vida das pessoas e das comunidades. Cumprindo essa função de diálogo, como facilitadora da construção e exercício da cidadania pelo fomento do diálogo, de troca de ideias e disseminação do conhecimento, de mobilização e de divulgação da atuação das atividades políticas de entidades e grupos organizados da região, a rede pública pode e deve contribuir para o fortalecimento e organização da sociedade local.

Desenvolvimento social, na proporção que os diversos projetos nascem de articulações entre entidades sociais, ONG's, instituições de ensino, sindicatos, enfim, atores sociais que se articularam em torno de uma iniciativa que se tornou uma realidade, que expandem suas atividades e fazem nascer novas formas de organização comunitária, fortalecendo um tecido social composto de elementos plurais, participativos, conscientes de vivenciar um novo espaço de cidadania.

Desenvolvimento compreendido em sua dimensão econômica, sempre possível, não partindo da idéia de que um telecentro deva obrigatoriamente ser gerador de renda, mas vislumbrando a capacidade de abrigar iniciativas individuais e coletivas locais que possam ser impulsionadas pelas novas tecnologias, podendo abrigar cooperativas, divulgar e organizar o artesanato local, o comércio regional etc; enfim, o telecentro deve ser um espaço em que

essas atividades encontrem ou expandam sua voz, ampliando seu público ou sua área de atuação.

Por fim, desenvolvimento cultural que se evidencia não somente pela utilização receptora de uma ferramenta que dissemina informações e conhecimento, mas principalmente pela capacidade de reconhecer-se em um veículo de comunicação, comunicar-se com sua comunidade, mostrar a todos que sua região também faz parte dessa cidade, e que possui um cotidiano marcado não só pelas dificuldades, mas também pela organização comunitária, pela participação política, pelos movimentos culturais ali nascidos. Esse processo de auto-reconhecimento e essa pequena voz erguida em meio ao grito uníssono da mídia tradicional são atitudes conscientes de inclusão, tentativas legítimas de participação social e política. Uma agência de notícias on-line; um mapeamento digital dos serviços públicos e sociais de bairros com alto índice de exclusão sócio-econômica e violência; uma bolsa de serviços para atender trabalhadores e empregadores da região; a divulgação de uma agenda de cultura e lazer em uma região excluída da vida cultural da cidade e que, quando realiza eventos locais, só pode contar com a divulgação boca-a-boca; grupos de *hip hop* e de outros gêneros musicais que são alijados do mercado, mas que na Internet podem expor a todos seus trabalhos e sua visão de mundo; línguas e tradições indígenas resgatadas do esquecimento social...

Mais ainda: a possibilidade de publicar conteúdo na Internet, quebrando com o perfil médio de quem produz informação e conhecimento na rede, representa a ocupação efetiva de um espaço social, econômico e de comunicação. Traz uma capacidade de crescimento individual e coletivo e, ainda, a descoberta de um novo campo de participação social e de luta

pelos direitos cidadãos. Assim, a luta pela universalização do acesso vai além da capacidade de adquirir e simplesmente reproduzir o conhecimento, mas busca alcançar a capacidade de operar com o conhecimento, interpretá-lo e transformá-lo, possibilitando a inserção na sociedade do conhecimento.

2005, a 4ª. Oficina para Inclusão Digital

“(...) Cordames e redes dormindo no fundo;
À popa estendidas, as velas molhadas;
Foi noite de chuva nos mares do mundo. (...)”
(Cais matutino, Ribeiro Couto)

À festa de São Paulo seguiu-se um ano difícil para a Oficina. Embora vários projetos de iniciativa pública ainda se planejavam ou se desenvolviam, alguns fatores políticos contribuíram para que a Oficina carioca não repetisse o êxito do ano anterior, sendo de fato a com menor público presente, de formato curto e sucinto. O evento se deu no BNDES, em seu Auditório Arino Ramos, no centro do Rio de Janeiro, entre 17 e 19 de novembro daquele ano.

A Oficina aconteceu no momento da crise que atingiu o Governo Lula. Todo o episódio que ficou conhecido de maneira até ridícula como mensalão. “Foi um momento em que muita gente se questionava sobre o alcance da ação governamental, qual o grau de relação com o governo que se queria ter. Isso fez com houvesse muitas limitações, inclusive de financiamento”, relata Rodrigo Assumpção. Com pouca capacidade política para obtenção de recursos inclusive por parte das estatais, a organização do evento, especialmente no que dizia

respeito ao transporte de pessoas de todo o Brasil, se viu tremendamente prejudicada.

Também é importante lembrar que a Oficina saía de um Estado que convivia com dois grandes projetos públicos de Inclusão Digital, um da Prefeitura e outro do Governo Estadual. Passou para um Estado onde isso ainda não ocorria, não havia proposta comparáveis as de São Paulo no Rio de Janeiro. O projeto inovador de Barra do Piraí ainda estava nascendo, o CDI possuía algumas iniciativas importantes, mas não se afirmava como política pública. Esas ausências nos âmbitos administrativos fez com que a RITS, a grande parceira local, que acabava de encerrar sua participação no Governo Eletrônico de São Paulo com a derrota de Marta Suplicy em sua tentativa de reeleição, tivessem dificuldades em enraizar a Oficina. A dificuldade de arrecadação levou o evento a um espaço que se demonstrou como inadequado, não por ser no centro do Rio de Janeiro, mas por ser no edifício do BNDES, que se demonstrou distante, frio, afastado da população local.

Enfim, tudo dificultou a capacidade de mobilização, e essa ausência de projetos e telecentristas influenciou os debates: as discussões foram travadas, repetitivas e muitas vezes insípidas, mostrando que muitos pareciam estar com o foco em outras preocupações, com dúvidas políticas e quanto ao próprio futuro institucional. Mas no mar de dúvidas e certezas já consolidadas que boiavam, sobrevivia a idéia de que a Oficina não poderia morrer: o bote salva-vidas chegaria do Sul.



Sérgio Amadeu rodeado por integrantes do Governo Eletrônico e dos telecentros de São Paulo



Organizadores da 3ª Oficina

V. CARTAS DA SOCIEDADE CIVIL (e as oficinas se espalham pelo Brasil)

Porto Alegre: nova geografia, novo diálogo

(...) Nunca dê um nome a um rio:
Sempre é outro rio a passar.

Nada jamais continua,
Tudo vai recomeçar! (...)
(Mário Quintana Canção do Dia de Sempre)

Poderia parecer uma grande mudança de rota, uma saída do circuito mais óbvio: Brasília, São Paulo, Rio. Mas a sede dos Fóruns Sociais Mundiais e de um dos mais antigos e significativos projetos públicos de Inclusão Digital era mais uma ausência do que uma mudança nesse percurso.

Com um arranjo diferente, que modificaria a estrutura de financiamento e montagem da Oficina, o evento foi abrigado pela Província Marista e pela PUC do Rio Grande do Sul. Por um lado, uma retomada: de novo o telecentrista passou a ocupar o centro do palco, como em São Paulo. Com a já presumida reeleição de Lula para a Presidência da República apontando no horizonte, não houve obstáculos para a presença de todos os projetos significativos no evento. Até mesmo o Governo de São Paulo, com seu importante Acesso São Paulo, enviou uma delegação de telecentristas extremamente significativa.

Por outro lado, consolidou-se um modelo estrutural em que também a palavra central foi dada aos projetos e aos telecentros, e não às empresas. Os patrocinadores estavam lá para ouvir, mas do que para falar. Os critérios para ocupar a cena principal era o que se tinha para apresentar em termos de projetos de Inclusão Digital. Isso fez muita diferença em Porto Alegre. O modelo anterior, com a Via Fórum (que neste evento fez seu último trabalho em Oficinas de Inclusão Digital), apontava para uma sustentabilidade advinda de empresas privadas que foi abandonada na sequência, já que o espaço da Oficina mostrou ser muito mais de debates do que de exposições de produtos ou de vendas ou de marketing. Portanto, um espaço de responsabilidade cada vez maior de administrações públicas e de estatais, com o patrocínio da iniciativa privada limitado a contribuições pontuais.

A 5ª Oficina para Inclusão Digital realizada em Porto Alegre foi sem dúvida um marco para a história desses eventos. Na Oficina anterior, realizada no Rio de Janeiro, os movimentos estavam cambaleantes e o Governo fragilizado, e acabaram por realizar uma edição da Oficina que gostariam de ter esquecido. Foi este cenário que o Governo e a sociedade civil superaram em Porto Alegre.

Ela foi articulada pela ONG Cidadania Digital e apoiada fortemente pela Rede Marista de Solidariedade do Rio Grande do Sul, com apoio decisivo do Irmão Pedro Ost. Em 2006 a Oficina para Inclusão Digital renasceu vigorosa dentro de um modelo de financiamento que passou a ser utilizado até os dias de hoje. Contando com forte apoio local da Prefeitura, da Pontifícia Universidade Católica (PUC-RS) e do Movimento de Telecentros da cidade de Porto Alegre, o Governo Federal conseguiu articular ainda uma rede parceiros que propiciou trazer telecentristas de todo o Brasil. A Carta de Porto Alegre, discutida amplamente com diversos setores dos movimentos pela Inclusão Digital no Brasil, inaugurou um novo momento na busca da construção de uma política pública para o setor no Brasil. Além de ser uma carta reivindicatória, com pontos importantes, ela avançava na busca efetiva de construção de marcos regulatórios claros para ID no Brasil e cobrava do Governo uma melhor organização na construção de programas e projetos públicos nessa área.

Alexandre Siqueira, Província Marista



abertura da 5ª Oficina, em Porto Alegre

Outra marca significativa da 5ª Oficina foi o próprio simbolismo do Fórum parecendo pairar sobre o movimento de Inclusão Digital presente no evento: organizados em grupos de debate, realizaram plenárias exclusivas da sociedade civil, construindo em plenária não mais uma série de pontos explicativos sobre o que deveria ser um telecentro, suas atividades e definindo mesmo o que seria Inclusão Digital, pontos praticamente superados nesse momento, mas um documento reivindicatório, uma lista de cobranças ao Governo Federal que ficou conhecida como Carta de Porto Alegre (ver Anexos). Logo após o evento, ela foi distribuída a todos os candidatos à Presidência da República.

A continuidade da Oficina foi viável graças a corajosa oferta de apoio, do pessoal de Porto Alegre, tanto dos Maristas e da PUC como também da ONG Cidadania Digital.

Rodrigo Assumpção, Dataprev

Cultura Digital: os Pontos de Cultura invadem a Oficina

Oficinas Livres de música, Estúdio Livre, rádio com transmissão FM, coberturas diversas do evento... E ainda o Se Joga na Rede: uma navegação em redes focada no Conversê. Experiências de Metareciclagem (foi construída uma Mimosa, um computador montado dentro de uma lixeira); oficinas de grafite; edição de vídeos... Embora já presentes na Oficina de São Paulo, os Pontos de Cultura se apresentaram em plena forma em Porto Alegre, deixando a marca de suas experiências e atividades nacionais impregnadas na Oficina.

Durante todo o ano de 2006 a ação de Cultura Digital do Ministério da Cultura realizou encontros regionais em todo o país - os chamados Encontros de conhecimentos livres. Nesses encontros, normalmente com cinco dias de duração, aconteciam oficinas de produção de áudio e vídeo, produção gráfica, metareciclagem, entre outras oficinas propostas pelos participantes e discussões pertinentes ao universo da Cultura Digital, como direitos autorais e compartilhamento. Em Porto Alegre, o encontro aconteceu dentro da Oficina de Inclusão Digital, e foi aberto a todos os participantes deste evento. A plenária

"Formação/Capacitação em Inclusão Digital" contou com a participação do coordenador do encontro e com membros de outros programas do Governo Federal que, assim como a ação do Cultura Digital, estavam inovando na maneira de se trabalhar a Inclusão Digital dentro do Governo. As "Casas Brasil", o Gesa, com seus implementadores sociais, já compartilhavam muitos valores e metodologias com a ação do Ministério da Cultura, e esse debate mostrou um alinhamento de ideais interessantes entre áreas bem distantes dentro do Governo Federal.

Léo Germani, Cultura Digital

Esse programa eu acho fenomenal. Os Pontos de Cultura são um dos meus programas favoritos porque são de longe os mais capazes de, através do caos criativo, fazer florescer um milhão de flores.

Rodrigo Assumpção, Dataprev



Os telecentristas também dominaram a cena em Porto Alegre

O desenvolvimento dos Pontos de Cultura foi se dando à parte do movimento de Inclusão Digital. Mesmo que um tanto afastados, embora acompanhando o movimento geral, alguns pontos de intersecção iam nascendo naturalmente. Sempre foi um projeto que defendeu o uso de TIC para transformação cultural, desenvolvimento local, o incentivo à expressão e a confiança na capacidade de criação. Conquanto boa parte da riqueza do projeto esteja na diversidade de iniciativas por todo o Brasil, o único elemento em comum a todos os Pontos é o estúdio multimídia – uma câmera digital de vídeo, equipamento para a gravação de música e três computadores preparados para operar como ilha de edição.

Embora muitos não sejam abertos a toda a população do entorno, como um telecentro, é um projeto de Inclusão Digital a sua maneira, já que usa as TIC para a transformação social. Mais que isso, o foco sobre a produção de conteúdo é um sonho que norteia a maior parte dos projetos de Inclusão Digital, embora os próprios aspectos multiusos dos telecentros façam com que poucos consigam alcançar essa meta.

A participação de Pontos de Cultura e dos ativistas do Cultura Livre nas Oficinas, adquirindo uma participação sempre esperada e, até hoje, constante em todas as Oficinas, permanece como parâmetro de diversidade e fonte de inspiração para usos criativos dos espaços comunitários dos telecentros.

Projetos que vingam, projetos que sofrem

As disputas conceituais internas aos diversos atores do movimento de Inclusão Digital muitas vezes passavam pela origem de cada projeto, ou mesmo de cada setor governamental – que em nenhum momento esteve fora dessas disputas: da mesma maneira que rugas se criavam e se desmanchavam para depois renascerem entre projetos ou lideranças da sociedade civil, era claro que o mesmo ocorria na administração, nos diversos Ministérios e estatais – mas por outro lado eram reflexo de uma disputa por poder, verbas, apoio ao seu projeto ou ao seu *know how* específico, criado no campo de trabalho.

Isso fez com que a convivência entre projetos não fosse propriamente pacífica. E foi nesse contexto que muitos projetos nasceram, outros minguaram ou mesmo morreram. Esses embates podiam ter suas diferenças conceituais, mas também tinham de sobreviver à disputas políticas, disputas por verbas e, às vezes, a um visível personalismo. Em um certo sentido, grupos foram sendo formados dentro das Oficinas, o local de encontro de todas as convergências e divergências na área de Inclusão Digital.

Os telecentros do Banco do Brasil e da Fundação Banco do Brasil são exemplos de dois projetos distintos, caminhos diferenciados com direções individualizadas. Um dos projetos assumiu o gigantismo do próprio Banco, espalhando telecentros pelo Brasil e apostando na apropriação dos equipamentos pela comunidade. O outro caminho, o da Fundação, foi o de unidades completas (Estações Digitais), com equipamentos novos, espalhadas pelo País, mas em uma quantidade passível de monitoramento pedagógico e de atividades da comunidade, com parcerias com a sociedade civil visando justamente os processos de capacitação e supervisão. Ambos chegaram à Oficina de Porto



Hernani Dimantas e Sérgio Amadeu na 5ª Oficina

Alegre com três e dois anos de vida, respectivamente, e sobreviveram acertando aos poucos suas rotas, um deles voltado para uma quantidade impressionante de telecentros, outro voltado para o aperfeiçoamento contínuo das ações comunitárias dentro das Estações Digitais.

O SERPRO também iniciou seu programa com maior intensidade em 2005, estando presente na 5ª Oficina de Porto Alegre. A parceria com outros projetos municipais e estaduais foi se tornando a marca dessa iniciativa, além da preocupação com desenvolvimento de sistemas de gestão em código livre para monitoramento e acompanhamento das iniciativas.

Inicialmente o programa de Inclusão Digital do BB – Telecentros Comunitários – era um mero instalador de computadores para as comunidades. A gente avançou e hoje o processo saiu dos limites da Inclusão Digital. Estamos fazendo inclusão social, inclusão profissional e inclusão bancária. As pessoas crescem em termos de cidadania, se tornam mais exigentes, o telecentro deixa de ser um espaço de mero acesso à Internet para ser uma ferramenta de evolução para a comunidade. O BB acompanhou isto e quer cada vez mais avançar. O BB vai integrar as informações de todos seus telecentros em um portal e vai aumentar em muito as oportunidades de cursos profissionalizantes. Ao mesmo tempo, vai aumentar a oferta de produtos do Governo Federal e do BB através dos telecentros.

José Doralvino Nunes,
Diretor de Tecnologia do Programa de Inclusão Digital do Banco do Brasil

Tudo que o Banco do Brasil faz faz é muito grande, é gigantesco, e em 2002 precisava se pensar muito rapidamente em um projeto de Inclusão Digital. Como gerente da área fiz parte de um grupo que tentou formular as linhas de um programa. Esse trabalho acabou virando dois programas, um do Banco do Brasil e outro da Fundação Banco do Brasil. Ao mesmo tempo em que mergulhei nessa área, me reconhecendo como um total novato, acabei me apaixonando. Para tentarmos produzir algo que tivesse uma chance de sucesso, procuramos humildemente ouvir todo mundo que já sabia fazer, que já estava envolvido com a causa. Eu não diria que tudo isso é um programa nosso, é mais uma causa que profissionais e pessoas abraçaram na Fundação. Então, em 2004, fizemos uma grande conferência, trouxemos gente do Brasil inteiro e de fora do País para ver o que se estava fazendo sobre Inclusão Digital, para ver o que a Fundação poderia dar como sua contribuição. A nossa história começou em 2004 com essa Conferência e com a formatação de um projeto que tivesse o máximo de aderência às necessidades que percebemos durante o encontro. Nós

temos convênios com órgãos estaduais, municipais, federais e temos convênios com ONG's, com pequenas associações de produtores rurais. Nossa principal marca social é a diversidade. Temos Estações Digitais em ambientes de quilombolas, indígenas, de catadores de lixo, de cooperativas de produtores. Para nós isso foi um processo um tanto orgânico: foram surgindo as demandas, fomos articulando convênios. E hoje temos focado a nossa atuação em segmentos que tem maior necessidade, que são mais abandonados pelas políticas públicas. Hoje, graças ao Governo Lula, temos uma Secretaria de Política para as Mulheres, uma Secretaria de Políticas para Igualdade Racial, mas penso que ainda se aloca pouco recursos para essas áreas para que, além de formular políticas públicas, elas possam implementar seus programas. Então estamos entrando justamente nos espaços que necessitam de mais cuidados.

Marcos Fadanelli,
Gerente de Educação e Cultura da Fundação Banco do Brasil

Decidiu-se iniciar o programa no início da gestão do governo Lula, em 2003, mas não havia máquinas suficientes. O Banco do Brasil é quem cedeu os computadores para implementar os primeiros telecentros do SERPRO, instalados no Rio de Janeiro. Em 2005, a Receita Federal doou 12 mil computadores, e a partir daí o SERPRO organizou seu programa de Inclusão Digital dentro da empresa com maior capilaridade. Sua maior contribuição na promoção de uma maior integração entre os projetos é a criação de uma ferramenta de gestão, a Rede Brasil Digital. O software é útil para monitorar os telecentros tanto pelo monitor e/ou gestor do espaço quanto para os demais programas de Inclusão Digital fazerem a gestão do telecentro. Já há uma parceria com o Banco do Brasil, estamos em negociação com o MDA, estamos convidando o NavegaPará, o pessoal da Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado da Bahia e da Caixa Econômica Federal. O que estamos buscando é ter uma base unificada com informações socioeconômicas dos usuários dos telecentros. Quanto melhor for a qualidade das informações coletadas, maior a possibilidade de reverterem em políticas públicas para a população brasileira e para os próprios telecentros.

**Antonio Carlos Miranda “Cabelinho”,
Coordenador do Programa de Inclusão Digital do SERPRO**

O projeto Casa Brasil é um outro exemplo. Criado no ITI ainda sob a gestão de Sérgio Amadeu, em 2004, trouxe em seu bojo a experiência paulistana e o método do governo executar todas as tarefas na ponta, atuando em leque aberto. Com recursos advindos de uma emenda parlamentar e instituído pelo Decreto de 10 de março de 2005, a coordenação do Comitê Gestor do Projeto Casa Brasil era feita pelo ITI da Casa Civil da Presidência da República, e sua Secretaria Executiva era coordenada pelo Ministério de Ciência e Tecnologia.

Renato Martini, sucessor de Sérgio Amadeu na presidência do ITI, deu continuidade as atividades do projeto.

O Casa Brasil anunciou-se como um projeto extremamente generoso e ambicioso, e que procuraria atuar em parceria com agentes do Governo Federal que já atuavam em inclusão digital. Dentre os diversos Ministérios que compunham o Comitê Gestor do Projeto Casa Brasil, podemos destacar a participação do ITI pela Casa Civil da Presidência da República, a Secretaria de Inclusão Social do Ministério de Ciência e Tecnologia, a SLTI do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, o GESAC do Ministério das Comunicações e o Programa Cultura Viva do Ministério da Cultura – a idéia era dirigir as atividades para comunicação comunitária, governo eletrônico, educação ambiental, economia solidária, conhecimento e livres, *software* cultura local, direitos humanos, alfabetização e leitura. O uso das unidades Casa Brasil era gratuito e cada uma de suas unidades continha um auditório, uma biblioteca, uma sala de leitura, um telecentro, um laboratório de divulgação científica, um estúdio multimídia, oficina de rádio e TV, um laboratório de informática e um telecentro. Foi um projeto que enfrentou enormes dificuldades de implantação, gerenciamento e mesmo de apropriação por parte da comunidade, um dos pilares do seu funcionamento. Passados poucos anos, o projeto não vingou, das 90 unidades previstas há o registro de 56 em funcionamento, muitas em situações precárias e sem funcionários remunerados, mudou para as mãos do Ministério de Ciência e Tecnologia e ainda espera uma redefinição conceitual completa. As primeiras mudanças já se fazem presentes: neste ano de 2010, o CNPq lançou um edital ao qual puderam concorrer as unidades existentes e outros projetos. As propostas necessariamente deveriam envolver um professor universitário extensionista como coordenador das bolsas.

O Projeto Casa Brasil se mostrou eficaz onde havia liderança local no encaminhamento das ações previstas, e que tinham condições de dar sustentabilidade ao projeto após os três anos de aporte de recursos previsto pelo Governo Federal. Minha análise pessoal sobre a falta de êxito de ações tão valorosas é o nascimento de um projeto sem previsão orçamentária, com dualidade de pensamentos na implementação: uma acadêmica, liderada pela cúpula dos bolsistas do CNPq, que representavam o Ministério de Ciência e Tecnologia, e uma idealista-tecnológica representada por implementadores sociais que já haviam participado de outros projetos estaduais e municipais. Um projeto incrível que foi uma experiência única de acertos e erros, e que proporcionaria as devidas correções nos demais projetos governamentais de inclusão Digital que viriam a seguir.

Adriana Fetter, ITI



Falar do Casa Brasil é imaginar um espaço múltiplo, diversificado, local para exercício da criatividade, misturado com pessoas de várias idades, ideias e capacidades de produzir arte, cultura e objetos intelectuais. Adicionando um pouco de tecnologia, encontramos o projeto Casa Brasil de inclusão sócio-digital. A proposta fomentava a mudança de paradigma sobre o conceito de Inclusão Digital, criando uma “Casa” composta por vários elementos: sala de leitura, auditório, laboratório de metareciclagem ou divulgação da ciência, estúdio multimídia e, por fim, o telecentro. A interação entre os espaços, coordenada por bolsistas locais, subsidiava ideias tão fantásticas que o acesso à Internet era apenas mais um meio para realizá-las. Atuei no projeto Casa Brasil como Técnico Especialista em Computação (TEC) nas unidades dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo. Conheci outros espaços em Manaus, Salvador, Porto Velho e na longínqua e simpática cidade de Ariquemes (RO). Dentro de um contexto sócio-digital, as responsabilidades dos TEC’s envolviam desde a instalação e elaboração dos projetos de redes para os computadores até realização de oficinas tecnológicas para a formação de multiplicadores nas tecnologias livres implantadas. Cada região do país, segmentada a partir de critérios idealizados pela Coordenação Nacional localizada em Brasília, recebia, além do TEC, o Técnico de Instrução Continuada (TIC), que auxiliava na articulação de parcerias locais, na criação do conselho gestor e nas atividades essenciais para o cumprimento dos requisitos estabelecidos no edital. A figura do TIC/TEC funcionava como ponto de contato com a Coordenação Nacional e como guia orientador na implantação, manutenção e funcionamento de cada unidade.

A experiência de atuar em várias unidades me mostrou os sucessos e também as dificuldades na implantação e continuidade do projeto. A distância para entrega e suporte dos equipamentos, a falta de verba para adequada

climatização dos ambientes com os computadores, os links de conexão lentos ou inexistentes, atrasos na entrega e uma especificação inadequada para os equipamentos do telecentro foram os principais fatores de desmotivação e quebra de expectativa das entidades parceiras, em relação a área técnica, junto ao projeto. Mas tudo isso não impediu que peças de teatro fossem elaboradas, oportunidades de trabalho surgissem para os participantes das oficinas, comunidades unindo-se nos conselhos gestores na solução de problemas, crianças e jovens aprendendo o prazer da leitura, máquinas transformadas em novos objetos de arte e tecnologia, rádios *web* transportando a voz do povo, o envolvimento com a política local. Assim as Casas, com a tão sonhada transformação sócio-digital, conquistada em diferentes graus, traduziram sua necessidade e relevância para a sociedade brasileira. Essa foi minha experiência no projeto: aprendi com os diversos contextos encontrados, realizei meu trabalho objetivando mudar a realidade local e contribuí para a criação de novas oportunidades por meio das tecnologias da informação e comunicação junto às comunidades beneficiadas pelo projeto.

Anderson Goulart (Global)

O Casa Brasil não evoluiu e nem cumpriu a promessa de ser o “grande” projeto de Inclusão Digital brasileiro. Os problemas que enfrentou pareceram revelar uma discrepância em relação às características do Governo Federal, muito mais apto para fomentar e agir em parceria com o poder local. O Casa Brasil tentou fazer uma relação direta com a comunidade sem ter uma estrutura prévia para tanto, sem recursos humanos, a partir de bolsas de estudo do CNPq. Os limites parecem ter vindo de um desenho de gestão que teve como inimigos a insuficiência de recursos humanos para um projeto de tal monta, e a própria forma de execução de trabalho e de política pública que hoje impera no País. As primeiras Casas se transformaram nas únicas. Agora já há uma reformulação intensa dentro do MCT, que são as pessoas indicadas para responder quanto ao futuro do programa, mas certamente esta relação entre ciência e tecnologia, certamente vai ser reforçada, pelo próprio perfil do novo comando do projeto. O projeto era multidisciplinar, envolvendo vários Ministérios e estatais, e acabou se fechando em uma vocação única, em boa parte pelo gigantismo de uma missão original que não se mostrou sustentável.

Os infocentros de São Paulo: uma participação significativa

O Programa Acesso São Paulo, já citado no início desse ensaio, foi instituído pelo pelo Governo do Estado paulista em julho de 2000. Os Infocentros Comunitários são a modalidade clássica dos mesmos telecentros de que tratamos até aqui: locais de acesso conectados a *web*, no início implantados em entidades das comunidades atendidas (associações de

moradores, amigos de bairro, igrejas, etc.); mais tarde, depois da passagem dos infocentros da cidade de São Paulo para o programa de inclusão digital do município, implantados em parcerias, principalmente com prefeituras. De qualquer forma, uma parceria que gere as atividades desenvolvidas no espaço de acesso, que define o tipo de uso dos equipamentos ali presentes, com destaque aos educadores presentes como monitores ou orientadores das atividades dos usuários: em geral.

Os monitores, após as capacitações iniciais e continuadas, realizadas pela parceira do programa, a Escola do Futuro/USP, tornam-se responsáveis pelo atendimento aos usuários, pela administração das salas e pela elaboração de relatórios. Em cada Infocentro estão presentes dois monitores por sala, cuja remuneração fica a cargo do governo estadual.

Esse é um desenho que começou a se desenhar logo no início do projeto, adquirindo seu formato com o tempo e, a partir de então, ganhando impulso para atividades mais complexas que incluem ações mais focadas de formação e produção de conteúdo *on-line*, como pregado pelas declarações da sociedade civil e de setores governamentais desde 2001.

Vale lembrar que, se em 2001 o partido político presente no Governo Federal e no Governo do Estado de São Paulo era o mesmo. No entanto, em um prazo de menos de um ano, a administração do País mudava de mãos e de partido, ao contrário do Estado de São Paulo. Assim sendo, o debate nacional, organizado por um setor governamental, apoiado por estatais e por outros setores de governo, co-organizado por instituições da sociedade civil (sempre abertas ao diálogo e à colaboração com os governos em exercício, já que atuam em políticas públicas), não colaborou para que a política pública do governo paulista ganhasse as “luzes da ribalta”, assumindo papel preponderante no

evento nacional. Mais do que isso, o próprio diálogo entre os projetos e entre os governos em questão não viveu um período promissor nesses últimos oito anos, havendo naturais desconfianças e competitividade de parte a parte, por motivos claramente políticos que não cabe a esse ensaio analisar.

Apesar dessa dificuldade de convivência, representantes do Acessa São Paulo não deixaram de participar totalmente das Oficinas para Inclusão Digital, tendo um papel importante nesta edição de Porto Alegre, quando enviou representantes do Governo do Estado, da instituição parceira (Escola do Futuro) e vários telecentristas ao evento realizado em Porto Alegre. Vale lembrar que foi nesse evento que a sociedade civil passou a redigir suas cartas ao Governo, e os monitores dos Infocentros tiveram um papel importante na plenária que definiu o documento. O Acessa São Paulo, iniciado em 2000 com um único Infocentro no Jardim São Luís, extremo Sul da cidade de São Paulo, hoje conta com mais de quinhentos postos ativos, cerca de 1.800.000 usuários cadastrados, cerca de mil monitores em capacitação contínua e mais de quarenta milhões de atendimentos acumulados.

Desde esse ano de 2006, o Portal Acessa SP foi renovado e passou a incorporar mais mecanismos de diálogo com a população e os monitores. Além de abrigar conteúdos desenvolvidos pela comunidade, recebe uma média de 15 novos conteúdos semanais. Além disso, as Redes Sociais do programa incluem o Twitter Acessa SP, o Flickr Acessa SP, o Orkut Acessa SP e o YouTube Acessa SP, não distanciando-se (nem os proibindo, como alguns programas públicos, como os da Prefeitura de São Paulo após a saída de Marta Suplicy, após a gestão aqui relatada) dos mecanismos de formação de redes preferidos pelos jovens, mas oferecendo os mesmos

mecanismos e ampliando as competências de comunicação e de organização dos usuários, procurando amadurecer o uso das redes por parte dos seus usuários (16). As redes, por sinal, vem sendo o centro das pesquisas do LIDEC – Laboratório de Inclusão Digital e Comunicação da Escola do Futuro/USP, parceira gestora do programa.

O movimento de Inclusão Digital sempre afirmou, desde 2000, que ações de Inclusão Digital só têm sentido se envolverem a comunidade. Não apenas como objetos da ação, mas garantindo que eles não sejam simplesmente consumidores de informações, bens e serviços, mas também produtores de informação, cultura e conhecimento. Desde o primeiro documento público, elaborado naquela 1ª Oficina, destaca-se que a comunidade deve ser apta a conhecer sua realidade e identificar os caminhos para seu desenvolvimento, e esses agentes devem ter como foco a inclusão social, auxiliando o processo de produção de informação e construção do conhecimento por parte da comunidade, promovendo a autonomia das comunidades nas quais ele se insere por meio de metodologias participativas e interativas. No caso do Acesso São Paulo, em 2006 foi criada a Rede de Projetos, facilitando o uso dos Infocentros para projetos de usuários – desde aulas diferenciadas de informática até a construção de blogues ou sítios de projetos coletivos. Essas atividades propostas pelos cidadãos usuários passaram de 50 para 390 em um ano. O foco não é a grandiosidade dos projetos, mas o crescimento da rede e dos conteúdos produzidos e compartilhados. Os monitores são peças importantes neste contexto, já que em sua capacitação contínua eles aprendem a elaborar e a criar projetos on-line e orientados a ter a percepção de projetos individuais e coletivos que possam enriquecer a rede.

A opção pelo *software* livre também é uma realidade antiga no Acesso São Paulo. Mais do que isso, as promessas contidas nesta proposta de liberdade tecnológica dão conta de compartilhamento de conhecimento como um dos principais motivos para a sua escolha, e esse princípio norteia não só a escolha do sistema operacional, é também o próprio princípio da Rede de Projetos. Portanto, é uma escolha de diretrizes que ultrapassa em muito a escolha do software livre por imposição legal ou cultural. E a Oficina de Porto Alegre, além de estabelecer um padrão de comportamento da sociedade civil, empresas e governo durante o evento, teve o mérito de trazer de volta uma das iniciativas mais bem sucedidas de Inclusão Digital do País.

Salvador e Belém: subindo a ladeira



Rodrigo Assumpção, abertura da 6ª Oficina

A 6ª Oficina para Inclusão Digital foi realizada em Salvador (BA), no Instituto Anísio Teixeira - IAT, em novembro de 2007. Se em seu desenho e em suas atividades seguiu o curso corrigido de Porto Alegre, por outro lado apresentou mais um aspecto que se tornou permanente: a produção da Via Forum, que grande contribuição deu às edições anteriores, foi substituída pela própria SLTI, que aos poucos foi se fortalecendo como o principal centro organizador e fomentador de discussões e projetos de Inclusão Digital no Governo Federal.

O papel da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI) do Ministério do Planejamento sempre foi de articulação e concentração dos recursos do Governo Federal para serem destinados às entidades privadas sem fins lucrativos que pudessem participar deste processo. O Projeto CI, por exemplo, compreende uma concepção de parceria e de envolvimento de órgãos municipais e estaduais e, sobretudo, com as organizações sociais que atuam na área. Então, o papel da SLTI foi o de articular essas iniciativas, promover as boas práticas e o intercâmbio de experiências sempre considerando a participação das sociedade civil organizada no processo e também nas escolhas de quais entidades deveriam receber os computadores recuperados. Essa também é uma questão importante na medida em que se criou uma instância para deliberar sobre os beneficiários do projeto. Desta maneira se reduz muito a possibilidade de haver clientelismo no destino das máquinas, além de promover o envolvimento das organizações sociais nesta ação.

Rogério Santanna, presidente da Telebrás

Boa parte da equipe da SLTI ligada aos eventos e aos projetos de Inclusão Digital, como apresentado aqui em diversos depoimentos, teve sua experiência anterior marcada por atividades de inclusão e tecnologia junto a comunidades excluídas, seja trabalhando em governos ou em ONG's. Essa vivência era presente nos então Secretário e Secretário-adjunto, Rogério Santanna (Procempa) e Rodrigo Assumpção (Prefeitura de Santo André e Sampa.Org) como para Cristina Mori (Saúde e Alegria) e Ana Carina Andrade (ISA, Eletronorte), as outras duas pessoas da SLTI que se tornariam símbolos da própria Oficina e, por que não dizer, apesar de todos os logos de ONG's, estatais e Ministérios presentes como

organizadores, as verdadeiras demiurgas dos eventos, onipresentes em cada canto e cada necessidade das Oficinas. A partir da edição de Salvador ainda foram importantes as participações de Fabiane Beneti e Adriana Fetter.

Fabiane relembra sua entrada nas Oficinas: “Minha história com a oficina começou meses antes dela começar, quando produzi o ECCO – Encontro de Cultura Colaborativa, em Salvador. Lá conheci Adriana Fetter, Ana Carina Gomes Andrade, Emerson Luiz, Cristina Mori (Kiki), Luiz Paulo Leite Machado e Rodrigo Assumpção. Fui chamada para compor a comissão organizadora apenas um mês antes, quando recebi um telefonema da Carina perguntando se eu poderia assumir a produção do evento. Fiquei assustada por estar muito em cima da hora, mas aceitei, e para mim foi um grande desafio. A partir daí fui picada pelo tal bichinho da Oficina, que deixa a gente encantada com o trabalho, com as pessoas e forte para aguentar qualquer esforço sorrindo. Esse é o espírito da oficina, que faz com que as pessoas se envolvam no processo e se apaixonem. De lá pra cá, não parei mais”.

A primeira e única (até aqui) Oficina do Nordeste contava com uma previsão de 800 participantes. No primeiro dia, no entanto, já havia 1620 inscritos, com um público circulante de 2400 pessoas. O mesmo fenômeno de massa que ocorreu em São Paulo voltava a se repetir com um projeto local: entre telecentristas e ativistas da própria Bahia havia mais de 900 inscritos.

Fabiane ainda lembra o trabalho da equipe técnica, tornando a Oficina cada vez mais profissional e eficiente, otimizando a infraestrutura disponível no IAT e o seu aparato tecnológico, “inclusive implementando um sistema de *streaming* para viabilizar maior audiência nas plenárias mais concorridas. Também em virtude da ampliação do público, a equipe teve de transferir a estrutura de algumas atividades para outras salas. A equipe garantiu o funcionamento dos equipamentos e deu

suporte em *software* livre para os participantes. E nisso o Luiz Paulo Leite Machado, que a partir dessa oficina passou a ser o coordenador técnico do evento, foi fundamental. Basta dizer que o Luiz (hoje analista especialista em software livre da Cobra Tecnologia) programa suas férias em virtude da Oficina, tamanho o seu comprometimento com o evento. A comunicação também foi um diferencial, pois através do trabalho em conjunto do Emerson Luiz da Silva e da PRODEB (Companhia de Processamento de Dados do Estado da Bahia), com destaque especial para a Rachel Quintiliano, foi possível mobilizar um grande público na região e repercutir o evento em todo o Brasil por meio das redes sociais, trabalho que o Emerson desenvolve como ninguém”.

Adriana Fetter, do ITI, abriu as portas de grandes instituições como a Prodeb (Companhia de Processamento de Dados do Estado da Bahia), a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado, a UFBA (Universidade Federal da Bahia) e a Fapex (Fundação de Apoio à Pesquisa e à Extensão), que foram fundamentais, pois receberam e operacionalizaram os recursos, além do próprio Instituto Anísio Teixeira, que disponibilizou seu espaço físico para a Oficina. Ela descreve o trabalho de planejamento: “São muitos aspectos a serem pensados: como arrecadar, como deslocar, como hospedar, como fazer o recurso chegar ao local do evento, como alimentar, qual a infraestrutura técnica necessária, quantos computadores instalar, quem serão os palestrantes e como montar a grade de palestras e oficinas, inscrição, recepção, material gráfico, sacolas, canetas... É muita coisa para planejar e contabilizar. Tudo tem que dar certo – e no fim dá mesmo”. E dá suas razões para o sucesso de uma estrutura tão complexa: “Somos todos apaixonados pelo que fazemos, desde servidores, produtores, voluntários... Assim fica mais fácil”.

Todas as pessoas que são custeadas pelo evento, agentes de inclusão digital que atuam na ponta, são tratados com o maior carinho do mundo, e certamente retribuem esse carinho com a gente que trabalha na organização. É muito emocionante perceber as conversas, as trocas e o conhecimento adquirido durante as Oficinas se transformarem em projetos maravilhosos espalhados pelo Brasil inteiro. Seja em comunidades quilombolas, indígenas, ribeirinhas... Não existe distância para essa rede.

Fabiane Beneti

Neste modelo de organização, fomos diretamente ao Governo da Bahia, pedimos um espaço governamental, no caso o Anísio Teixeira, o Instituto de Formação da Secretaria de Educação do Governo da Bahia. E aprendemos muitas outras coisas interessantes de logística, de ter toda uma equipe por perto, de criar debates intensos, de avançar um pouco mais nas atrações culturais que poderíamos oferecer para os telecentristas de fora do local do evento.... Aí o evento na Bahia funcionou, funcionou muito bem, talvez proporcionalmente foi a Oficina para a qual trouxemos mais pessoas, até porque o custo operacional foi muito reduzido.

Rodrigo Assumpção, Dataprev

A organização e a busca de financiamento partem dos próprios esforços da SLTI refletem dois movimentos que se tornaram constantes nas Oficinas: o crescente protagonismo da SLTI na organização das ações de Inclusão Digital dentro do Governo Federal e a crescente conscientização de vários Ministérios e estatais em relação ao próprio evento, facilitando o processo de estruturação de cada edição da Oficina.

O Tabuleiro Digital



O Tabuleiro Digital é um terminal de acesso público a Internet com a cara da Bahia e do software livre. Basicamente ele serve para leitura e escrita de mensagens, navegação na Internet e um uso rápido de aplicativos de escritório (redator, planilha, entre outros). O hardware precisa ser de tal forma a atender aos seguintes requisitos: baixo custo, adequação as condições ambientais de operação em clima tropical, compatibilidade com o sistema operacional Debian GNU/Linux Kurumin, facilidade na obtenção de peças e na manutenção de hardware. Quanto à segurança, o tabuleiro digital é um terminal de acesso público à Internet e vários serviços do governo e de bancos estão. É, portanto, natural que os usuários do Tabuleiro o utilizem para acessar esses serviços. Nesse sentido, é importante garantir que a sua configuração não será alterada

por pessoas que queiram interceptar informações sensíveis de outros usuários. Para garantir a segurança dos usuários e reduzir custos optou-se por não utilizar nenhum dispositivo de armazenamento interno (disco rígido - HD). A inicialização do TD (Tabuleiro Digital) é feita a partir de uma mídia que não permita escrita (CD-R), todo o armazenamento (RAMDISK) e execuções de programas serão feitas na memória RAM. Dessa forma, basta uma reinicialização do sistema para que se obtenha a configuração original do terminal. O Tabuleiro Digital recebeu apoio inicial da Petrobrás e depois da Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado da Bahia e do SERPRO.

Maria Bonilha e Nelson Pretto, UFBA, Tabuleiro Digital

Retomando o debate: as relações entre a Educação e as TIC

Desde a 1ª Oficina o debate educacional foi um tema candente, mas com finais insatisfatórios, como se uma certa mágoa permeasse o debate de lado a lado. Boa parte das iniciativas de Inclusão Digital foram conduzidas por educadores populares. Mesmo o lado tecnológico das iniciativas, na maior parte dos casos interligadas ao *software* livre, nem sempre passavam pelo crivo acadêmico. No início dos debates, nas três primeiras Oficinas, o avanço do ProInfo ainda não era tão significativo.

Por outro lado, havia a sensação de que a escola era um elemento a ser necessariamente trabalhado, integrado. Mas a entrada – até os dias atuais – das TIC nas escolas, com raras exceções pontuais e esparsas, sempre foi doída, sofrida, com muitos problemas para encontrar um assentamento natural. Muitas críticas foram e são ouvidas: laboratórios subutilizados por receio de professores e diretores, separação entre o mundo da sala de aula e do laboratório de informática (ausência de integração das TIC à ação do professor), limitação de uso dos equipamentos com aulas de informática básica, preocupações excessivas com a navegação na web, com o uso das redes sociais, com conteúdos acessados...

Hoje muitos programas de Inclusão Digital contam com ação direta da Escola ou da Universidade, como em Minas Gerais, Pará, Bahia. E esse contato com as comunidades, com educadores e lideranças populares parece estar mudando a postura acadêmica, superando preconceitos de parte a parte. Mas a primeira vez em que o debate educacional pareceu unir dois polos opostos foi em Salvador. Afinal, desde a 1ª Oficina as vozes

de Nelson Pretto e de sua equipe apregoavam “*não querer a Internet nas escolas, mas sim as escolas na Internet*”, invertendo o raciocínio predominante e mostrando que vários medos advindos de uma postura professoral antiga, iluminista, onde apenas um foco de luz poderia servir de orientação, e o saber, a autonomia e a produção criativa dos alunos deveriam ser cercados em ambientes estreitos, eram práticas que podiam ser derrubadas. A Oficina baiana foi o palco em que esse educador pôde aprofundar essa postura com exemplos vivos de projetos criativos e dinâmicos de Inclusão Digital nascidos na Universidade.

A Oficina em Salvador ocorreu no Instituto Anísio Teixeira (IAT) – órgão da Secretaria Estadual de Educação responsável por projetos de formação de professores – e nossa presença se deu, de um lado, pelas discussões teóricas e políticas em diversas atividades e nos cafezinhos. De outro, com a presença de dois dos nossos projetos em andamento: os Tabuleiros Digitais [www.tabuleirodigital.org] e a Rádio Faced Web [www.radio.faced.ufba.br]. Acreditamos que nesta Oficina pudemos estar presentes de forma mais intensa, já que naquele momento tínhamos um certo conhecimento acumulado das Oficinas anteriores e, com isso, nossa atuação foi mais direta no sentido de apresentar o que consideramos como fundante desses processos de Inclusão Digital: o acesso livre e a perspectiva comunicacional, materializadas em nossos dois projetos, ambos utilizando exclusivamente software livre.

Nossos Tabuleiros Digitais foram espalhados pelo IAT, possibilitando a todos conhecer e experimentar a solução tecnológica, em software livre, que desenvolvemos exclusivamente para o projeto, bem como a perspectiva filosófica e pedagógica da liberdade que embasa a proposta.

Ainda no saguão de entrada implantamos um verdadeiro estúdio da Rádio Faced Web, com nossos estudantes transmitindo os eventos e entrevistas que eram realizadas ao vivo ao longo de todo o período da Oficina. Aqui efetivamente compartilhamos ideias e experiências, pois todos tiveram um canal para falar de si, de seu contexto, de suas conquistas e angústias, de suas expectativas. Em torno de cada um, ou cada grupo que sentava a mesa para entrar “no ar” (ou, quem sabe um melhor dizer: cair da rede!) formava-se um grande grupo de ouvintes e potenciais interagentes, que se tornavam efetivos interagentes ao longo do restante do tempo do evento, trocando contatos, materiais, ideias, projetando e construindo novas dinâmicas para seus contextos. Ou seja, efetivou-se um processo formativo riquíssimo, que articulava as discussões que aconteciam de forma organizada nas salas de debate, com as trocas horizontalizadas que eram tecidas nos corredores, saguões, e no pátio do IAT.

Esse mesmo processo formativo, com dinâmicas específicas, se deu em todas as demais Oficinas, o que gerou, e aqui destacamos como o mais importante desse processo, um avanço na proposta de uso das TIC nos projetos de Inclusão Digital no país. Avançamos para além dos cursos em torno de um ou outro software, trabalhamos numa perspectiva de formação de cultura, de produção colaborativa, com a meninada (jovens e adultos) tendo oportunidade de ser autor/coautor dos processos, perspectivas fundamentais para a educação. Reafirmamos nosso mantra, usado desde o início da implantação da Internet no país, que “não queríamos a Internet nas escolas mas, sim, as escolas na Internet”. Desde o meio da década de 90 do século passado repetimos esse mantra! Ainda não conseguimos vivenciá-lo nas escolas, mas ele já se faz presente na maioria dos projetos de Inclusão Digital, o indica que é possível fazer acontecer.

Este tem sido o nosso campo de pesquisa e de atuação. Fortalecer professores e estudantes para serem, efetivamente, produtores de culturas e conhecimentos - vejam que aqui os plurais são absolutamente necessários - e a escola, para se tornar

um espaço de Inclusão Digital, com as tecnologias presentes em todos os ambientes e em todas as suas dinâmicas, superando as tradicionais práticas de consumo de informação, com as pesquisas na Internet, ou de uso instrumental, com as apresentações de slides.

Será essa explosão de manifestações que contribuirá para o conhecimento planetário e as Oficinas de Inclusão Digital, pela sua dimensão política, podem e devem cumprir bem esse papel. E aqui, retomamos outro ponto que tem sido muito insistido pelo nosso grupo de pesquisa que é o da articulação das políticas públicas. Ainda percebemos, e esse poderia e deveria ser cada vez mais o papel das Oficinas, que falta articulação dos projetos entre si e, principalmente, dessas políticas com as escolas, de forma a contribuir para superar a perspectiva pedagogizante de uso das TIC na educação, que leva a uma dicotomia: uso instrumental na escola - formação da cultura digital nos projetos.

Maria Helena Silveira Bonilla e Nelson de Luca Pretto,
professores da Faculdade de Educação da UFBA

O lançamento do ONID

Ana Carina Andrade, desde o ano anterior trabalhando na SLTI, dividiu com Cristina Mori a coordenação da Oficina em 2007, e comenta: “Todas as atividades estavam lotadas. Merece destaque o lançamento do Projeto Observatório Nacional de Inclusão Digital. Houve um cadastramento *on-line* dos telecentros, em todos os momentos da oficina, pelos próprios telecentristas que estavam presentes. Todas as plenárias foram antecedidas por casos de sucessos de acordo com o tema da plenária, escolhidos pela coordenação do evento”. O ONID – Observatório Nacional de Inclusão Digital – projeto ao qual dedicaremos o próximo capítulo, uma parceria entre a SLTI e o IPSO – Instituto de Pesquisas e Projetos Sociais e Tecnológicos – que empreendeu um mapeamento de telecentros. Além de tornar os números relativos aos telecentros mais reais e palpáveis, o Observatório veio facilitar o planejamento de novas políticas públicas.

Apresentado pela própria Carina durante a Oficina, o ONID espalhou-se pelo IAT: vários membros do IPSO efetuando cadastros, entrevistando telecentristas, coordenadores de projetos, representantes de iniciativas governamentais, educadores, palestrantes e personalidades presentes no evento, recolhendo, além de dados para o mapeamento, áudios e imagens para o próprio banco de referências do Observatório. A Oficina de Salvador cumpriu esse importante papel de conscientizar as próprias iniciativas e seus participantes da importância do mapeamento para a elaboração de novas políticas públicas para o setor.

A Oficina chega à região Norte: recorde de público em Belém do Pará

"Este rio é minha rua, minha e tua, mururé (..)
 Quem montou na Cobra Grande não se escanCHA em puraqué"
 Ruy Paranatinga Barata

Em termos operacionais, o desafio de hospedagem no Pará foi bastante intenso. Adriana Fetter lembra sua participação e suas atividades em Belém: “Minha participação específica nesta edição foi fazer o planejamento e conseguir os recursos necessários para a concretização da Oficina. Reuniões presenciais e videoconferências com o governo local, especificamente com a Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado e a PRODEPA (Companhia de Processamento de Dados do Pará), incrivelmente comprometidos com todo o processo de elaboração da 7ª Oficina desde o início, sítio e desenvolvimento de software de inscrição e produção local a cargo de Larissa Carreira e Jacob Barros Jr... Tivemos os melhores e mais colaborativos parceiros locais até hoje, João Weyl e Renato Francês. Numa progressão geométrica conseguimos uma arrecadação recorde, onde vários órgãos participantes se comprometeram a aumentar sua contribuição, novas Pastas aderiram, novos patrocínios chegaram, enfim, tivemos os recursos necessários”.

Para se ter idéia do nível de organização alcançado pela Oficina, a primeira realizada na região Norte, foi a primeira edição que contou com representantes do movimento de Inclusão Digital de todas as unidades da Federação, apesar da distância e do custo das passagens. Foram mais de 3500 inscritos, mais de 2300 participantes credenciados circulando entre painéis, oficinas e debates que

versaram sobre metareciclagem e robótica livre, produção de conteúdos e comunicação comunitária, cooperativas tecnológicas, sistemas de gestão de telecentros, redes sem fio, inserção do tema Inclusão Digital no Fórum Social Mundial a ser realizado na cidade em janeiro seguinte, Inclusão Digital na perspectiva dos territórios, cibercrimes e acessibilidade digital.

O espaço utilizado, o Hangar, é um Centro de Convenções da Amazônia que se revelou como o melhor espaço e a melhor estrutura de todas as Oficinas. A amplitude e disposição de espaços interna possibilitaram a oferta de diversas oficinas e fóruns de discussão paralelos.

Um dos motivos que contribuíram para a presença de representantes de iniciativas de todo o Brasil foi o fato de o ONID lançar uma premiação para todos os telecentros presentes em seu mapeamento, abrindo vaga para 50 telecentristas que mantiveram os cadastros atualizados de seu telecentro na base de dados do ONID.

Além disso, foi a hora de um debate muito rico que fazia falta nas Oficinas: pela primeira vez as especificidades da região Norte, sempre um tanto subrepresentada, atraíram a atenção de todo o Brasil. Assim, ganharam destaque temas como meio ambiente, Inclusão Digital na Amazônia, desenvolvimento local e, paralelamente, a grande atração foi um encontro latino-americano das iniciativas de acondicionamento de computadores, com foco na reutilização de equipamentos para a Inclusão Digital em escala nacional, bem como na separação, reciclagem e disposição final de resíduos eletro-eletrônicos de informática.

A Oficina de Belém foi um evento espantoso. Foi realizada em um ambiente grande, com muita estrutura, mais logo descobrimos uma deficiência nossa: a equipe técnica não foi completa, assim ela se tornou um evento onde todos que participaram da organização ficaram bastante sobrecarregados e tivemos que passar noites em claro trabalhando para que ela acontecesse. Mas o importante foi que aconteceu, foi o sucesso do evento. E mais importante ainda foi terem saído de lá muitos telecentristas capacitados pelas ótimas oficinas realizadas.

Luiz Paulo Leite Machado, coordenador técnico da Oficina

A ação e a presença dos Infocentros do NavegaPará, o projeto de Inclusão Digital do Governo do Estado, do projeto Puraquê e do Saúde e Alegria, este um organizador sempre presente nas Oficinas desde 2005, foram presenças que enriqueceram o conhecimento e imaginário dos telecentristas de todo o Brasil. Monitores da periferia de Osasco (levados pelo Sampa.Org), de Porto Alegre e do interior do Rio Grande do Sul (levados pela Província Marista), por exemplo, além de conhecerem uma realidade totalmente diversa das suas durante os debates, ficaram estupefatos em uma viagem fluvial para conhecer aldeias ribeirinhas. O contraste de cores, natureza, pessoas, cheiros e sabores tornou o evento de Belém, mais do que prazeroso, um espaço de descobertas que se realizavam a cada dia, levando jovens de locais distantes a uma nova noção do que era o Brasil e o que era Inclusão Digital em locais de difícil acesso.

Trabalhei, por muitos anos, no Instituto Socioambiental – ISA, que tem como objetivo principal defender bens e direitos sociais, coletivos e difusos relativos ao meio ambiente, ao patrimônio cultural, aos direitos humanos e dos povos e valorizar a diversidade socioambiental. Alocada na área de informática do ISA, tive a oportunidade de atuar junto aos índios do Xingu e do Rio Negro (São Gabriel da Cachoeira) e com os Quilombos do Vale do Ribeira. Em 2000 as associações (FOIRN, ATIX e a dos Quilombos do Vale do Ribeira) começaram a receber computadores de parceiros e financiadores, os computadores ficavam inutilizados e muitas vezes quebravam no primeiro uso. Como o ISA é parceiro dessas associações, fui para campo e comecei a capacitar seus dirigentes (indígenas e quilombolas). Arrumava e instalava os computadores e suas redes. Depois de tudo organizado, ensinava, por meio de cursos semanais, todos os índios e quilombolas que iriam trabalhar com as máquinas. No Xingu, montamos numa maloca o nosso laboratório e, nas margens do Rio Xingu, por meio de bateria solar, aconteciam os cursos. Para o melhor entendimento, eu explicava tudo em português e eles associavam, principalmente os periféricos dos computadores, em línguas indígenas, como o Baniwa, Tucano, entre outras, no caso de São Gabriel da Cachoeira. São Gabriel da Cachoeira é o único município que possui 5 idiomas oficiais, sendo 4 indígenas. Após os cursos eles começaram a controlar o estoque e a venda dos artesanatos, faziam a prestação de contas para seus apoiadores (nacionais e internacionais), se comunicavam com o ISA.

Na escola Paamali, escola indígena no alto Rio Negro - etnia Baniwa

–está instalada uma antena GESAC com dois computadores que atendem a escola e a comunidade no entorno. Vale lembrar que a escola indígena funciona de forma diferente das nossas... Os alunos saem de suas aldeias e moram na escola durante o período de aula, então acessam as máquinas e a Internet durante o dia todo. Eles estão colocando nomes, na língua deles, nos periféricos de informática. Fica mais fácil para entenderem o que cada "coisa" faz!!!

Em 2002, saí do ISA e fiquei mais próxima da Inclusão Digital por meio do Governo Eletrônico de São Paulo. Comecei a acompanhar o Projeto dos Telecentros de São Paulo. Foi muito difícil deixar o meu trabalho no Instituto Socioambiental, mas precisava de um desafio maior. Fui me aproximando bastante dos Telecentros de São Paulo, acompanhei o projeto e aprendi a dinâmica de implantação, acompanhamento e sustentação dos telecentros. Visitei o telecentro da favela de Heliópolis e, aos poucos, fui entendendo a questão das lideranças comunitárias, a formação dos conselhos gestores e a transversalidade com outros projetos proporcionados pela chegada do Telecentro na comunidade. Em 2003, logo no início do Governo Lula, fui convidada para trabalhar na Eletronorte com o objetivo de replicar o projeto dos Telecentros de São Paulo na região norte do Brasil. Aceitei o desafio e me mudei para Brasília (a sede da Empresa fica em Brasília), comecei a escrever o projeto da região com o maior índice de exclusão digital do Brasil. Foram selecionadas, em princípio, 20 localidades onde a empresa possuía seus empreendimentos. Altamira e Vitória do Xingu foram as primeiras. O projeto Topawa Ka'a - Rede Floresta de Inclusão Digital começou! Com tantas dificuldades encontradas com a conexão, logo fizemos parceria com o GESAC e a conexão dos telecentros foi por meio de satélite. Outro ponto que podemos destacar é que na região Norte, devido ao calor intenso, foi necessária a instalação de ar condicionado nos telecentros encarecendo o projeto e, por fim, a composição do conselho gestor local dos

telecentros era uma tarefa árdua, devido a grande diversidade de grupos e associações organizadas e seus conflitos. Como trabalhei muitos anos no ISA contornava as situações de conflito e mostrava para a sociedade que, por mais que os empreendimentos da empresa haviam prejudicado a população, agora era a hora de cobrar e receber as benfeitorias ofertadas objetivando a melhora da comunidade.

Depois de aproximadamente dois anos na Eletronorte, fui convidada para trabalhar com o novo contrato do GESAC no Ministério das Comunicações. Minha principal atividade era organizar os trabalhos dos implementadores sociais do Programa. Além de oferecer a conexão satelital, o GESAC também oferecia uma cesta de serviços gratuitos para seus Pontos de Presença e capacitações por meio dos implementadores sociais. Após mudanças na gestão do programa e, já interessada em trabalhar com as sistematizações dos dados da inclusão digital no Brasil, integrei a equipe do Ministério do Planejamento e comecei a trabalhar com o Observatório Nacional de Inclusão Digital. Resumindo: na sociedade civil atuei com Inclusão Digital para populações tradicionais, depois iniciei o programa de Inclusão Digital do Governo Federal para a região Norte do Brasil, coordenei a equipe de implementadores sociais do Programa GESAC em todo o Brasil e, por fim, até a presente data, sistematizo os dados do Observatório Nacional de Inclusão Digital (ONID) e estou na equipe de coordenação do Projeto Computadores para Inclusão (CI), da Oficina para Inclusão Digital e do programa Telecentros.BR.

Foi mantida a mesma estrutura de apresentação de Salvador: antes de cada plenária era apresentado um caso de sucesso, conforme o tema em questão. Desta vez, após a apresentação dos casos de sucesso, foi promovida uma votação pelo público presente, escolhendo o caso de sucesso mais significativo. O caso de sucesso vencedor foi o cearense Pirambú Digital, uma Cooperativa de Tecnologia da Informação que nasceu após a formação de jovens do bairro Pirambu, em Fortaleza, em desenvolvimento de *software* e conectividade. O projeto foi coordenado pelo Instituto Federal do Ceará, por intermédio e articulação do então diretor geral Prof. Mauro Oliveira.

A organização local

João Weyl, da Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado e da gestão do NavegaPará, recorda que os envolvidos na organização local não tinham grande conhecimento ou participação nas Oficinas anteriores, e que seria “fundamental interagir com quem já estava na estrada e aprender com outras experiências nacionais”. Portanto, a realização da 7^a Oficina em Belém permitiu, além de avaliar mecanismos das políticas públicas de Inclusão Digital do País, trocar experiências que fortaleceram o Programa NavegaPará. “Por outro lado, tínhamos certeza que estávamos iniciando um programa inovador no Brasil e que seria fundamental apresentarmos nossa experiência ao ‘Brasil conectado’ e, ainda, trocar vivências com outros programas ou políticas que já vinham sendo desenvolvidos na região amazônica, tínhamos certeza que nossa ação poderia potencializar e ser potencializada pelo conhecimento acumulado pelos freqüentadores da Oficina”, explica João Weyl. Afinal, já

existiam experiências exitosas no Estado no que diz respeito às redes sociais, como o projeto Puraqué. A Oficina contribuiu para que o próprio NavegaPará identificasse parceiros experientes e confiáveis para criação de redes sociais e ativação dos espaços públicos.

Do Metareciclagem para um projeto local

Entrevista com Jader Gama – Coordenador do Projeto Puraqué

Qual a sua trajetória com Inclusão Digital?

Comecei a participar de um coletivo chamado Metareciclagem, uma rede que articula ativistas de software livre em todo Brasil e, dado a necessidade da gente criar alguma atividade ligada a ID no bairro onde morava, acabamos utilizando computadores antigos e criamos um telecentro metarreciclado. Isso foi em 2006 em Santarém, no Pará.

Como foi o movimento da cultura digital na região norte do país?

Foi por meio da articulação que se dá nas Oficinas de Inclusão Digital que conseguimos participar de outras redes. Depois participamos de um encontro em Belém, um encontro de conhecimentos livres do Ministério da Cultura. Foi quando percebemos que tudo que a galera da Cultura Digital fazia pelo Brasil a gente já fazia em Santarém, só que não era com este nome. Então passamos a nos enxergar, passamos também a nos encontrar com a galera com que temos de nos articular. Estamos agora em um movimento de Cultura Digital dentro das escolas. Não estamos mais só fazendo formação em Cultura Digital para os Pontos de Cultura, mas também nas escolas municipais. Conseguimos um convênio com a Prefeitura Municipal de Santarém e hoje rolam oficinas

de áudio, de vídeo, de blogue, de editoração eletrônica, de metareciclagem, de instalação de software livre nas escolas municipais. Acho que isso é uma grande sacada para os coletivos, para ativistas de software livre que trabalham a questão da ID e da cultura digital, pois existe uma necessidade muito grande de que os professores se apropriem destas ferramentas tecnológicas. A gente tem que parar de pensar no laboratório de informática como um espaço de adestramento, como um espaço de digitação. Temos que começar a pensar em um espaço de acesso à informação e geração de conhecimento, de produção que vá desde o audiovisual até textos.

E como as comunidades no Pará estão se apropriando da Cultura Digital?

A gente vive um ecossistema diferente na região Norte, na Amazônia. Por exemplo, estou chegando agora da aldeia Mapuera, uma aldeia dos índios Uai, onde fomos instalar o primeiro ponto de cultura Indígena do Estado do Pará. É uma experiência incrível, são 82 cachoeiras para chegar até a aldeia... Levamos os equipamentos multimidiáticos e é fantástico como os indígenas têm uma visão diferenciada desse ferramental tecnológico. Eles utilizam as ferramentas multimidiáticas tentando reafirmar a sua cultura. Algumas pessoas questionam que levemos estes equipamentos para a aldeia. Mas acho que se os indígenas querem se apropriar desta ferramenta tecnológica, querem ter acesso à cultura digital, à inclusão digital, temos mais é que levar isso a eles. E estamos trabalhando com quilombolas, com ribeirinhos, e agora numa articulação com o Governo do Estado, estamos fazendo um trabalho de cultura digital dentro dos Infocentros, que fazem parte da rede NavegaPará.

Qual a sua avaliação das Oficinas de Inclusão Digital?

Essa de Belém é a quarta em que participo. Acho que o principal lance é

o encontro, conhecer as realidades de outras partes do País e mostrar a nossa realidade. Creio que a 9ª Oficina fecha um ciclo, é uma consolidação de toda esta política de Inclusão Digital, de Cultura Digital, de *software* livre que o Governo Federal vem implantando e que nós enquanto sociedade civil estamos também levando para que as pessoas tenham acesso ao conhecimento e possam utilizar isto como uma ferramenta de transformação social.

Quais os desafios que temos pela frente?

Acho que temos que subir um pouco o nível, acho que precisamos potencializar essas redes de telecentros, de Pontos de Cultura, de infocentros para fazer uma experiência que já estamos desenvolvendo, por exemplo, lá em Santarém. Estamos com dois projetos: um chamado *hacker* mirim e outro projeto de introdução à programação de computadores. Nem todos vão ser hackers mas temos que possibilitar caminhos para os que querem entrar nesse mundo. Pensamos ainda no baixo Amazonas, em mudar o foco do desenvolvimento que as pessoas dizem que é natural para a região. O desenvolvimento que essas pessoas imaginam é a mineração, a exploração madeireira. Temos a expectativa e a esperança de que esses telecentros e espaços digitais possam transformar a região em uma referência de desenvolvimento de *software* livre. Por que não sonhar com isso? Se a gente precisa da floresta em pé, se a gente precisa da água da Amazônia, por que não dar oportunidade ao povo da Amazonia? Um povo criativo, um povo que tem coragem para desenvolver essa região a partir da elaboração de *softwares*. Acho que podemos usar esse ferramental, podemos usar essa estrutura física que está sendo disponibilizada. Eu me sinto da seguinte maneira: hoje em Santarém saímos do ostracismo digital com a chegada da fibra óptica em Santarém, estamos podendo mostrar para o mundo o que estamos fazendo e nos apropriar de outras ações que são interessantes para a nossa região.

João Weyl ressalta ainda que participaram da Oficina gestores e administradores públicos e privados envolvidos com Inclusão Digital, atendimento ao cidadão e que atuam na área de tecnologia da informação; coordenadores e monitores de telecentros e de outras iniciativas de inclusão digital; autoridades e legisladores; representantes da sociedade civil (ONG's, entidades e associações); professores da rede pública de ensino; estudantes, acadêmicos e especialistas.



Plenária sobre inclusão digital na Amazônia na 7ª Oficina

Vimos da universidade para apoiar o Governo. É interessante ver como projetos acadêmicos, da engenharia elétrica e de computação da Universidade Federal do Pará (UFPA) ajudaram nessa “revolução” da circulação da informação no Estado. A necessidade de integração da UFPA, das suas diversas unidades em Belém, deu origem à criação da rede Metrobel, primeira rede comunitária metropolitana, projeto capitaneado pela Rede Nacional de Pesquisa (RNP) e expandido para todo Brasil com apoio do Ministério de Ciência e Tecnologia. O próximo passo, a integração das dezenas de campi da UFPA do interior, distantes entre si uma hora de avião, somente seria possível utilizando capacidade de comunicação da rede da Eletronorte. Enquanto a criação da Metrobel foi um passo relativamente fácil, a partir da articulação da RNP, a integração do Estado não foi trivial, pois a utilização das fibras ópticas existentes nos cabos de transmissão do setor elétrico era um gargalo a ser resolvido no País, com a utilização dessas facilidades somente para supervisão dos sistemas do setor elétrico e venda de facilidades/capacidades para operadoras.

Somente com uma nova visão política do Governo do Pará em 2007, com a determinação de criar estruturas que possibilitassem circulação de informação e enraizamento de conhecimento, essa estratégia foi integrada ao projeto de desenvolvimento do Estado. Somente após gestões da Governadora Ana Julia foi que o Estado conseguiu autorização da Casa Civil para uso de um par de fibras do sistema de transmissão da Eletronorte a fim de implantar uma rede pública de comunicações confiável, que integrasse os diversos municípios atravessados pelo “linhão”. Nesses quatro anos, o Governo do Pará investiu cerca de 50 milhões de reais para transformar essas fibras (mais de 2000 km, atravessando rios e florestas) em serviços como inclusão digital (cerca de

180 pontos implantados até dezembro de 2010), integrando mais de 2000 órgãos públicos (mais de 600 escolas), hospitais, delegacias, telecentros de negócios, e mais de 80 espaços abertos para acesso a rede sem fio. Cerca de 60 municípios estão com redes implantadas integrando essas unidades, que foram denominados no projeto como “cidades digitais”. Parcerias com outras empresas foram firmadas para garantir expansão da rede: com a Vale, possibilitando utilizar fibras apagadas do sistema de supervisão do mineroduto Miltônia (Paragominas) - Vila-do-Conde (Barcarena), integrando mais quatro municípios. A parceria com a Rede Celpa possibilitou instalação de cabos ópticos para os enlaces de aproximação entre as subestações da Eletronorte e os pontos de distribuição dos sinais de rádio (Wi-Max) no centro dos municípios. Possibilitou à RNP, através da implementação da Rede Paraense de Pesquisa, integrar os campi das instituições públicas (UFPA, UEPA, UFRA, IFPA, UFOPA) em Santarém, Altamira, Tucuruí, Marabá, Belém, Bragança e Belém, além dos núcleos dessas instituições nos demais municípios atendidos. Até então o acesso a essas unidades, além de dispendioso, se dava com taxas inadequadas, o que dificultava fixação de recursos humanos, a pesquisa e formação continuada, como por exemplo, a implantação da Universidade Aberta do Brasil. Dia 17 de novembro de 2010 foi assinado acordo entre a Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado do Pará e a Prodepa e a Isolux para utilização pelo Governo do Estado de um par de fibras cedido pela empresa para expansão do NavegaPará ao longo dos municípios atravessados pelo linhão Tucuruí-Macapá-Oriximiná-Manaus, o que possibilitará, em um prazo curto, saídas integradas para as Guianas (através do Amapá) e para a Venezuela (através de Manaus).

O Governo do Estado do Pará apresentou em um fórum de secretários de Ciência e Tecnologia, realizado em setembro de 2008, em Belém, a proposta para a construção de uma Rede Pública Amazônica de Ciência, Tecnologia e Inovação, a qual será implementada através da replicação da experiência do Programa

NavegaPará nos demais Estados e de integração das redes estaduais, por meio de parceria envolvendo governos estaduais, federal, MCT, MEC, RNP, SERPRO, Eletronorte, Petrobrás, Rede Celpa, PRODEPA e demais empresas de distribuição de energia, entre outras. As principais ações seriam: implantação de infovias estaduais baseadas na experiência do NavegaPará; interligação do Amapá/Macapá, através de radioenlace à infovia Marajó (Afuá) ou à infovia Amazonas; interligação do Amazonas/Manaus através da infovia Amazonas; integração do Maranhão/São Luiz através do sistema Norte-Sul já em operação; interligação Mato-Grosso/Cuiabá, Rondônia/Porto-Velho, Acre/Rio Branco, através do sistema de fibras ópticas implantado; integração Amazonas/Manaus - Roraima/Boa Vista através de sistemas projetados; integração às Guianas, através do Oiapoque; integração à Venezuela, através de Boa Vista.

A nossa avaliação é positiva, o Pará foi ousado, saiu na frente com o Plano Nacional de Banda Larga e deixamos um legado para a expansão da rede, a integração com Estados da Amazônia e uma implantação massiva de serviços. Aprendemos muito!

Entre Belém-BH – Entremundos, entretempos, entreatos, elegia

“Tenha experiências. Propriedades são para os pobres de espírito”

@dpadua



As últimas e definitivas logomarcas das Oficinas, desenvolvidas a partir de um mesmo modelo conceitual aplicado em Belém, aliás as que mais caíram no gosto dos organizadores e do público, foram obra de Daniel de Pádua.

Daniel, ou @dpadua, como assinava seus trabalhos e se comunicava na *web*, *designer* (ou teleiro, como gostava de se intitular) e programador, percussionista do grupo Seu Estrelo, mais uma mente criativa saída do coletivo Metareciclagem, trabalhou em projetos como a reestruturação visual do portal do Ministério da Cultura, foi da equipe responsável pelo desenvolvimento do portal de Inclusão Digital do Governo Federal, atuou na criação dos *websites* da Empresa Brasil de Comunicação e idealizou o Blog do Planalto, talvez seu último trabalho.

Participou de um sem número de eventos de Inclusão Digital por todo o País, estimulando o uso de tecnologias abertas e livres, o compartilhamento e o livre acesso de todos ao conhecimento.

Na abertura da 8ª Oficina para Inclusão Digital, em Belo Horizonte, no Palácio das Artes, o presidente da Dataprev e coordenador do Comitê Técnico de Inclusão Digital, Rodrigo Assumpção, fez uma homenagem ao trabalho de Daniel de Pádua.

Alguns dias antes, mais exatamente no dia 20 de novembro de 2009, Daniel de Pádua, que lutava contra um osteossarcoma no hospital Sarah Kubitschek, em Brasília, falecia aos 29 anos, deixando a sua lembrança e o seu trabalho na memória do movimento de Inclusão Digital.

Pessoas legais,

Seguem em anexo os arquivos da proposta de logomarca que montei para a oficina, totalmente feita no Inkscape e usando fonte royalty-free.

Trata-se de uma representação simplificada e altamente reapropriável de "pessoas entre máquinas" de forma humanizada e harmoniosa. Espero que gostem.

Minha idéia ao usar a cor verde é quebrar essa estética "sóbria laboratorial" que costumam usar para computadores.

OBS.:

Caso utilizem mesmo, queria pedir 2 coisas:

(1) citem em algum lugar, nem que seja no expediente do evento, que a logo foi feita por Daniel Pádua em software livre e, se possível, linkem meu site (<http://imaginarios.net/dpadua>).

(2) A licença que estou aplicando sobre ela é: <http://creativecommons.org/licenses/by-sa/2.5/br/>

(caso haja problema nesse sentido, podem me escrachar. hehehehe)

@dpadua (18)



O DPádua não era só um *webdesigner* ou um "teleiro", como ele gostava de se autodefinir. É dele uma frase que na minha opinião sintetiza a visão de Inclusão Digital que temos defendido ao longo desses anos: "Tecnologia é mato; o importante são as pessoas". Esse princípio era visível nas idéias e na atuação dele, como profissional e como militante. O DPádua era também uma pessoa muito afetuosa e generosa. Sentimos, claro, muitas saudades, mas também temos certeza que o trabalho, as idéias e tudo o que ele trouxe de bom para esse mundo está e estará conosco sempre.

Cristina Mori, Kiki

VI. DAS GERAIS A BRASÍLIA: FECHANDO UM CICLO

(...) Todos os sonhos barrocos
deslizando pelas pedras.
Pátios de seixos. Escadas.
Boticas. Pontes. Conversas.
Gente que chega e que passa.
E as ideias. (...)

(Romance XXI ou Das ideias, Cecília Meireles)

Entre pedras recortadas das ladeiras do SESC Venda Nova, em Belo Horizonte, sob o forte calor antecipado de novembro, cerca de 1900 inscritos e mais de 1200 credenciados participaram da 8ª Oficina para Inclusão Digital, talvez a que tenha propiciado a maior integração entre os participantes, já que todos se instalaram no próprio local do evento.

Além de alguns temas e oficinas de trabalho recorrentes, a Oficina de Belo Horizonte teve como destaques as discussões sobre a conexão em banda larga pela rede elétrica, o inventário das diferenças entre *lan houses* e telecentros, e aproveitando as experiências locais, uma alentada exposição do uso das TIC no ensino formal, com participação da rede pública municipal de Belo Horizonte, da rede estadual de Minas Gerais e do Ministério da Educação.

Outro ponto que chamou a atenção esteve na Carta de Belo Horizonte, elaborada pelos representantes da sociedade civil, que repudiou veementemente o Projeto de Lei 84/99 (ex-PLC 89/03), que trata "dos crimes contra a segurança dos sistemas informatizados", por entender que esta proposta inviabilizaria a Inclusão Digital no Brasil.

As Oficinas de Inclusão Digital representam a consolidação das experiências que vêm acontecendo em todo País e a evolução dos programas de Inclusão Digital, um espaço para apontar e discutir um modelo para o Brasil. Nesta 9ª Oficina tivemos oportunidade de estabelecer muitas trocas, falando da nossa experiência em Belo Horizonte e trazendo novas perspectivas para o programa que gerencio.

**Samir Haddad, Superintendente de Inclusão Digital da Prodabel
(Empresa de Informática e Informação do Município de Belo Horizonte)**

Apesar do sucesso da organização e da presença do público, pairava uma sensação estranha entre os participantes. Um certo esgotamento que não vinha das ladeiras íngremes ou do sol escaldante, mas sim de uma recorrência de sucessos... Sim, pois temáticas e ações se afirmaram para a sociedade: conceitualmente, tanto as principais noções sobre Inclusão Digital quanto sobre telecentros ganharam bases sólidas junto à sociedade civil e as administrações públicas.

Todas as esferas de governo passaram a elaborar seus projetos de Inclusão Digital ou ingressar em programas de esferas estaduais e federais. Alguns temas ganharam em reflexão e prática, como comunicação comunitária, que se uniu em grande medida à luta pela democratização da mídia no Brasil. Movimentos como o de Cultura Digital ou Cultura Livre passaram a se espalhar pelas redes sociais e afetar com mais intensidade o cotidiano dos telecentros. Trabalhos e criações em robótica livre ganharam destaque até no exterior. Até mesmo o uso das TIC no ensino formal, com formação de professores à distância e a abertura de laboratórios escolares teve um avanço significativo. Equipamentos ficaram mais acessíveis, mais baratos, e quando eram ainda um problema para a consecução de programas na área, já podia ser requisitados junto ao programa CI. As dimensões pelas quais se espalharam os telecentros pelo País também já eram conhecidas. A diversidade que se desejava desde o início também se refletia nas iniciativas espalhadas pelo Brasil, expostas pelo ONID.

E ainda assim o estranhamento, a sensação de inércia... Os projetos se encontravam, os mesmo projetos somados a alguns novos, com maior ou menor antiguidade. Muitos palestrantes se repetiam, as inovações de rostos nas mesas e debates normalmente ficava por conta da casa,

dos projetos locais. Algo parecia não bastar, não preencher uma parte das demandas da sociedade civil. Entre os morros de Minas, algo no ar quente parecia amortizar o movimento. Mas ainda era possível respirar uma brisa ansiosa e perceber o desejo de dar um passo à frente.

O passo à frente iniciou-se um ano antes...

Em 2007 o Presidente Lula passou a ter em sua assessoria especialistas em assuntos de tecnologia e inclusão. César Alvarez, assessor em questão, já vinha freqüentando a Oficina pontualmente desde Salvador, quando recebeu da sociedade civil a Carta do evento. A sistematização de projetos e a busca por números reais da Inclusão Digital foram demandadas de início. Em seguida, em conversações com a SLTI, foi agendada uma reunião especial. O Presidente ouviria representantes da sociedade civil que estavam há tempos no movimento de Inclusão Digital e procuraria compreender as principais características e demandas dos programas públicos na área. Em 25 de setembro de 2008 representantes do IPSO, Sampa.Org, RITS, Saúde e Alegria, Cidadania Digital e Coletivo Digital foram convocados para a conversa com o Presidente Lula, sua assessoria, a SLTI e representantes de diversos projetos do setor público.

A reunião, além de emocionar muitos dos presentes que não previam esse momento, em que pudessem explicar ao próprio Presidente o movimento de Inclusão Digital e telecentros, foi extremamente produtiva para os anos seguintes. Abriu-se um espaço inédito para a participação da sociedade civil na elaboração de políticas estruturantes que abordassem a temática que fazia parte da última década da vida de todos os participantes.

O cerne da reunião e de suas consequências poderia ser assim resumido:



foto da reunião de 25/09/2008 com Presidente Lula

conceitualmente o movimento de Inclusão Digital enraizou suas ideias na sociedade; em termos de acesso aos equipamentos para projetos muitos avanços ocorreram; o uso do *software* livre estava disseminado e resolvia outra questão de custo, além de favorecer a participação coletiva; havia uma rara coleção de iniciativas e vivências naquela mesa que justificariam esforços, investimentos e aprimoramentos de programas de Inclusão Digital. Mas onde estavam as grandes demandas?

A primeira era de infraestrutura e dizia respeito à banda larga, ao acesso pleno, veloz e eficiente, além de universal e democrático à Internet. Desse tópico trataremos mais adiante. A segunda demanda, mais antiga e cara aos projetos de Inclusão Digital, era sobre o processo de formação: recursos humanos que qualificassem o uso e a apropriação comunitária dos telecentros. Recursos mais importantes e dispendiosos em qualquer programa público ou privado. Dada a rápida e perspicaz compreensão da Presidência, entre Belém e Belo Horizonte começava a nascer o Programa Nacional de Apoio à Inclusão Digital nas Comunidades – Telecentros.BR.

O lançamento do Telecentros.BR – um primeiro anúncio público

O fato da idéia do Telecentros.BR estar consolidada, mas ainda não em execução explica o fato do clima misto de ansiedade e estagnação na Oficina mineira. Dada a integração e proximidade entre os participantes, confinados no mesmo espaço, todos aguardavam o lançamento do programa federal. Durante o ano que se passou entre Belém e Belo Horizonte, o projeto esteve aberto a consultas, sugestões e críticas da sociedade civil. Reuniões entre o próprio Comitê de Inclusão Digital, os Ministérios e responsáveis pelas áreas em cada setor federal foram desenhando o edital final, os requisitos para participação, as fases do programa, os produtos e resultados esperados...

Os arranjos internos governamentais acabaram alterando e racionalizando o programa público para a Rede de Formação de Monitores, o que gerou muitas discussões e novos entendimentos para os postulantes da sociedade civil que participariam do edital. Mas todos se preparavam para, no meio

do ano seguinte, estar na 9ª Oficina muito mais próximos do sonho de construir uma Rede de Formação para monitores, educadores e gestores de telecentros, de organizar essa rede de espaços públicos e de mantê-las em intercâmbio constante e em um processo de formação e crescimento continuados.



Após o Projeto Computadores para Inclusão e o ONID, chegou a hora de entender o processo que deu início ao Telecentros.BR. Muitas das preocupações dos programas de Inclusão Digital são questões relacionadas à sustentabilidade dos telecentros, ao voluntarismo dos monitores e aos gestores que estão diariamente no telecentros. Como receber capacitações sem softwares, sistemas, como utilizar a tecnologia para o desenvolvimento local, entre outros temas. Outro fator a ser ressaltado: desde as primeiras Oficinas, as Cartas da sociedade civil escritas ao Governo reivindicaram melhorias nos diversos eixos da Inclusão Digital no Brasil. Muitos órgãos e instituições, nos âmbitos federal, estadual, municipal, atuam nos mesmos programas de Inclusão Digital... Assim, há muita duplicidade de esforços. O Programa Telecentros.BR se espelhou nas informações do ONID e o cadastramento das propostas dos órgãos e instituições que participaram do Edital foi integrado a essa base de dados, sendo possível checar as informações para evitar as duplicidades de pedidos em relação aos apoios ofertados. O Telecentros.BR veio para organizar a "casa", suprir as demandas reivindicadas pela sociedade civil e trabalhar, principalmente, com o temas que preocupam o dia-a-dia dos telecentros. O Telecentros.BR não veio para terminar com outros programas e ser o único programa de ID no Brasil, pelo contrário, veio para organizar a demanda da ID do país. Os grandes projetos que já estão enraizados cadastraram suas propostas e participaram do Telecentros.BR, que reforçará as demandas dos telecentros justamente onde os projetos são deficitários ou muito dispendiosos.

Ana Carina Andrade, SLTI

Em 2007, a Presidência da República resolveu ajudar nesta coordenação dos programas de Inclusão Digital. Foi uma atuação importante para permitir que os órgãos federais se entendessem em relação ao tema. Fomos caminhando para lançar por decreto, em 2009, o Programa Telecentros.BR. O programa tem uma atuação conjunta entre o Ministério das Comunicações, o Ministério da Ciência e Tecnologia e o Ministério do Planejamento. Temos o desafio de não perder as características de cada programa, de cada iniciativa que já existe nos Estados, nos municípios, nas organizações da sociedade civil, no Governo Federal, e de estruturar melhor o apoio que o Governo Federal dá aos projetos. Já tínhamos conseguido, de alguma forma, que os equipamentos chegassem a muitos lugares, que a conexão chegasse a vários municípios, mas chegar com uma bolsa para os monitores dos telecentros nestas localidades era uma demanda antiga das Oficinas: fixar alguém da comunidade, de preferência jovem, que pudesse trazer a comunidade para o telecentro e manter aquele espaço vivo. Isso auxiliaria as pessoas da comunidade a terem a satisfação de usar os equipamentos, a não sentirem medo da tecnologia, enfim, tornaria o espaço de inclusão algo bem mais amigável.

Cristina Mori (Kiki), SLTI



Projeto Territórios Digitais: acesso a comunicação e informação em zona rural do Brasil por meio de tecnologias digitais.

Por Rossana Moura, coordenadora do Projeto Territórios Digitais em nível nacional,
Territórios da Cidadania / NEAD/MDA

O Projeto Territórios Digitais foi lançado em 2008 com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento rural sustentável por meio da apropriação das tecnologias disponíveis. Os Territórios Digitais consistem na implantação de Casas Digitais - espaços públicos e gratuitos localizados nos Territórios da Cidadania¹, com acesso a computadores e internet - para uso comunitário de assentados e assentadas da Reforma Agrária, agricultores e agricultoras familiares, povos e comunidades tradicionais residentes nos territórios rurais. A proposta é universalizar oportunidades e transformar a realidade das diferentes regiões do país; disponibilizar o acesso às tecnologias digitais de informação e comunicação; integrar as tecnologias de informação e comunicação às atividades educacionais, culturais, produtivas e comerciais da comunidade; contribuir para a troca de experiências entre localidades; e disponibilizar acesso a serviços de e-gov do governo federal, estadual e municipal. O município e local de instalação da Casa Digital devem ser indicados pelo Colegiado Territorial e deve atender aos seguintes critérios:

- Ser em Zona Rural;
- Ter energia elétrica;
- Organização Social/CNPJ;
- Ser em local de acesso comunitário ;
- Capacidade de prover condições de segurança para o público e equipamentos.

A meta principal é desenvolver uma cultura digital no âmbito dos Territórios da Cidadania, articulando as novas tecnologias ao processo produtivo, avançando no desenvolvimento sustentável da comunidade, além de:

- Reconhecer a realidade das comunidades que vão ser alcançadas pela implantação das Casas Digitais;
- Realizar oficinas de na perspectiva de contribuir com a formação de multiplicadores dialógicos que tenham como princípio tornar as Casas Digitais um espaço educativo, de convívio solidário, de vivência cultural e, sobretudo de construção de conhecimentos que ajudem a resolver problemas do assentamento e comunidade.
- Realizar oficinas de formação sobre temáticas comunitárias que incorporem as tecnologias digitais em seu desenvolvimento;
- Realizar oficinas de acompanhamento da atuação dos grupos de multiplicadores formandos a partir da realização da formação básica;

A metodologia de implantação tem como princípios:

- Utilização de agentes multiplicadores oriundos de Universidades, Organizações Não Governamentais, geralmente contratadas pelos governos estaduais.
- Realização de Ações de Formação e Apropriação de Recursos em Software Livre
- Uso intensivo dos sistemas operacionais GNU /Linux e aplicativos livres para áudio, vídeo e internet.
- Capacitação no uso das Tecnologias da Informação e Comunicação no cotidiano das comunidades
- Capacitação com foco nas especificidades das comunidades por meio das tecnologias de Informação e Comunicação

O desenvolvimento do modelo de gestão conta com o apoio técnico e a metodologia da equipe responsável pela capacitação. A administração da Casa Digital de cada comunidade é de responsabilidade da entidade parceira (da associação de moradores, sindicato, etc) juntamente com a comunidade. Cabe ao Estado, juntamente com o MDA, a supervisão geral das atividades bem como o

monitoramento e a avaliação dos resultados, assumindo a autonomia para intervenções no processo para correção de falhas ou propostas de novas formas de operação. As regras de funcionamento de cada unidade, tais como o horário de funcionamento, responsabilidades dos monitores, obrigações dos usuários, responsabilidades dos conveniados, análise e aprovação de projetos e cursos a serem desenvolvidos, critérios de seleção, etc, são estabelecidas em documento formal, o Regimento Interno, elaborado pela comunidade.

Este modelo de Casa Rural é o que reúne maior potencial de aproximação das comunidades com seu entorno e, portanto, maior alcance social. Assim, a criação de Conselhos Gestores, compostos por lideranças comunitárias é a sugestão para uma gestão mais eficiente e democrática dessas unidades. Deverá possuir também um Regimento Interno com normas e procedimentos decididos pelo Conselho Gestor e aprovado por representantes da Comunidade. No regimento constam os pontos principais para um uso correto das máquinas, o comportamento que deve ser adotado nas dependências da Casa Digital e as possíveis sanções na ocorrência de fatos contrários aos estabelecimentos.

A possibilidade de que haja o envolvimento da comunidade e de que sejam desenvolvidos projetos sociais em sintonia com as suas vocações, habilidades e necessidades serão muitos maiores. Experiências já acumuladas pelo NEAD/MDA têm demonstrado um grande potencial deste tipo de projeto para arregimentar voluntários em torno de suas atividades operacionais, desonerando os custos de manutenção e de atualização de software, uma vez que a mesma adotará o uso de software livre.

O parceiro (beneficiário) deve dispor de um espaço físico para receber os equipamentos e mobiliário e estar de acordo com competências e responsabilidades das partes envolvidas.

De volta a Brasília: Plano Nacional de Banda Larga e Telecentros.BR

Após ser realizada em todas as regiões brasileiras, a Oficina voltou a Brasília em 2010, na sua 9ª edição. Esta Oficina de Brasília, realizada no Centro de Eventos e Treinamentos da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Comércio (CET/CNTC), veio fechar um ciclo de dez anos da Inclusão Digital e do movimento telecentrista. A partir desta edição, os organizadores, seus participantes mais frequentes, enfim, as pessoas envolvidas com o tema e com esse encontro anual, possuíam a mais clara certeza de que, a partir de 2011, as Oficinas refletirão outro panorama, trarão outras perspectivas para o movimento telecentrista, novas temáticas, novos objetivos e novas caras a colorirem o evento, seja na audiência ou nas mesas de debates.

Hoje a Inclusão Digital é um tema constante nas ações de vários Ministérios, a execução da Oficina para Inclusão Digital como espaço de capacitação e como ponto de encontro entre essas ações, além de apresentações de projetos ainda pouco conhecidos, faz dela um evento importante e essencial dentro da esfera governamental. Acho importante continuar com esse modelo de execução por ONGs e principalmente o apoio de empresas estatais para o acontecimento e sucesso da Oficina. Para mim é uma honra fazer parte da organização desse evento, e espero sempre poder contribuir para sua realização.

Luiz Paulo Leite Machado, COBRA

Estamos sentindo uma energia criativa muito positiva que parece vir do advento do Telecentros.BR, que não só sintetiza um balanço do passado mas principalmente uma perspectiva para o futuro. O balanço do passado só é importante quando as pessoas estão querendo caminhar adiante.

Rodrigo Assumpção, Dataprev

Embora um pouco menor e realizada no meio do ano, em julho, devido ao calendário eleitoral, a 9ª Oficina repetiu o padrão de organização e debates das anteriores. Mas a ansiedade imobilizadora de Belo Horizonte havia se transformado em uma expectativa de (re)construção: o Telecentros.BR já tinha os seus nomes, as suas instituições ganhadoras do edital. Um sem número de iniciativas espalhadas pelo Brasil reforçaria seu conjunto de telecentros, mais um grande número de iniciativas passaria a existir ou a se consolidar com o Programa de Apoio. Cordenando as ações pela sociedade civil e com a inumbência de criar um grande programa de formação de monitores para todo o território nacional, os Polos Regionais e o Polo Nacional. E era esse plano de ação que passava a ocupar o palco principal dos debates sobre Inclusão Digital no Brasil.

A 9ª Oficina para a Inclusão Digital contou com mais de 1.300 pessoas inscritas. Durante três dias, representantes de todos os Estados brasileiros, participaram de debates, oficinas, palestras e plenárias, com o propósito de discutir os 10 anos da Inclusão Digital como política pública no Brasil.

Simbolicamente, o ano de 2010 pode ser considerado um marco para a Inclusão Digital no Brasil, porque foi há dez anos que o conceito de Inclusão Digital como

política pública se estruturou e que tiveram início os projetos nesse sentido, sinalizando que o tema deveria ser encarado como uma política pública. De forma ampla, é possível afirmar que o Governo Federal atingiu um nível de maturidade suficiente para assumir o seu papel como um fomentador e financiador dos componentes estruturantes da Inclusão Digital no Brasil. Neste sentido, deve ser destacada a atuação da sociedade civil organizada como vetor desta conquista.

É importante mencionar o papel desempenhado pelas Oficinas de Inclusão Digital como um espaço organizador onde os temas relevantes são discutidos e articulados. Neste contexto, o novo programa Telecentros.BR, no qual o governo, em parceria com instituições, estados, municípios e sociedade civil, oferece equipamentos, conexão, e um intenso programa de qualificação e formação de monitores, pode ser considerado o grande fruto deste processo. No próximo período, acredita-se que o Telecentros.Br venha a ser o elemento catalisador das políticas federais de Inclusão Digital, alavancando uma qualificação global dessas políticas em Estados e municípios.

Ao longo dos três dias de debates da 9ª OID, foram sistematizadas as questões consideradas fundamentais para a consolidação da política, do ponto de vista dos participantes. O documento “Tópicos de Brasília”, apresentado no encerramento ao final dos trabalhos, foi um esforço no sentido de traçar linhas de ação para os próximos dez anos, com foco nos principais programas governamentais.

O movimento, liderado pelas iniciativas da sociedade civil, reforçou a importância da universalização da Inclusão Digital do povo brasileiro, sob a responsabilidade dos governos municipais, estaduais e federal, ao mesmo tempo em que deixou clara a necessidade de manter-se autônomo e independente.

Denise Paulsen, Dataprev

Plano Nacional de Banda Larga, Telecentros.BR

Como já havia sido repetidamente demandado nas cartas da sociedade civil, a conexão ainda era um problema para boa parte dos projetos de Inclusão Digital. Para uma atividade plena dos usuários, era necessária uma velocidade e capacidade de manuseio de conteúdos na *web* que parecia distante para muitas localidades e regiões brasileiras, onde a justificativa da ausência de demanda comercial fazia com que as empresas não levassem a banda larga. Não poderia haver espaço mais simbólico para anunciar o PNBL. Como afirmou no evento Rogério Santanna, agora na presidência da Telebrás, "há um conjunto de pessoas que não tem renda para comprar computadores, sobretudo da classe E. Mas o papel dos telecentros comunitários visa a suprir essa dificuldade. E nesses lugares é preciso que a banda larga chegue, então os telecentros devem estar conectados". Ou seja, um público que nunca foi privilegiado em termos de conectividade no Brasil sairá dessa estagnação, passará a ser visto como cidadãos da mesma classe daqueles que despertam os interesses das iniciativas privadas.

O anúncio do PNBL e do Telecentros.BR talvez tenha sido o motivo pelo qual tantas matérias cobriram e informaram sobre a 9ª Oficina na mídia.

O Plano Nacional de Banda Larga (PNBL) surge neste cenário de discussão no governo brasileiro sobre o tema da inclusão digital de que não basta ter um bom governo eletrônico e políticas sociais nesta área se não atacarmos de frente a necessidade de barateamento dos custos de acesso à internet. Nos últimos anos tivemos mais de 30 milhões de brasileiros que ingressaram na classe C e, embora a maioria deles pudesse comprar um computador, não conseguiu se conectar à internet. Isso se deve aos custos elevados de conexão que inviabilizam atualmente o acesso para as comunidades de baixa renda.

Daí a importância do governo incidir no processo, utilizando sua infraestrutura de fibras ópticas para gerar um backbone e um backhaul capazes de pressionar a redução do preço. É importante observar que três companhias detêm quase 86% das conexões de internet no Brasil e se levarmos a discussão mais adiante, veremos que 94,6% das conexões internet estão nas mãos das empresas que controlam as redes de transporte nas suas respectivas regiões. Esta situação obriga o governo brasileiro a dispor de uma outra rede de transporte neutra, mais barata, capaz de forçar a redução dos preços. Esse monopólio elimina a participação no mercado de 2.225 provedores de internet registrados na Anatel até agosto deste ano e que disputam 5,4% do mercado de banda larga no Brasil. Hoje temos uma baixa concorrência nessa área, com monopólios regionais que controlam as redes de transporte e limitam o crescimento da internet. Essa situação ocorre porque estas companhias sabem que a massificação da internet significará a redução do mercado de voz, o que já está ocorrendo em outros países. Na medida em que as mesmas companhias que detêm as redes de transporte também vendem voz, elas não têm interesse que a banda larga se implante porque canibalizará o seu mercado de voz tradicional, que é oneroso no Brasil. A planta de telefonia fixa no país vem diminuindo e a assinatura básica hoje está em torno de R\$ 40,00. Isso exclui uma parcela grande da população de dispor de telefone fixo.

O PNBL se insere neste cenário. A iniciativa visa atingir 4.283 municípios até 2014 e forçar a redução do preço no acesso à banda larga que em 2009 estava em torno de R\$ 96,00 para o valor médio de R\$ 35,00. Além disso, também vai assegurar um acesso de qualidade porque devido à falta de regulamentação nesta área, a experiência do usuário é hoje é muito diversa e em geral ruim porque o serviço não é entregue atendendo às condições em foi vendido. Os valores nominais são muito diferentes dos valores efetivamente entregues e sequer atendem ao contrato que prevê a oferta, de no mínimo, 10% da capacidade de banda prometida. Isto se deve ao fato de que as companhias vendem mais do que de fato podem entregar e o PNBL vem para oferecer uma banda larga mais barata e de qualidade para a grande maioria da população. A meta é propiciar que o Brasil salte de 13 milhões de assinantes de banda larga fixa para 40 milhões em 2014, o que será um crescimento expressivo.

Haverá uma mudança de paradigma de como se faz banda larga hoje porque o PNBL vai permitir interiorizar o desenvolvimento e o conhecimento no país. Isto naturalmente é uma política que precisa ser articulada com todas as outras ações em andamento como os CRCs, os telecentros e outras iniciativas de inclusão digital. Sabemos que uma parcela da população vai continuar ainda sem poder comprar computadores. Daí a importância dos centros públicos e das lan-houses e a necessidade de que todos estes espaços sejam incluídos num processo de inclusão digital mais radical. O PNBL vai viabilizar determinadas conexões que hoje não existem ou porque são muito caras para o Estado Brasileiro ou porque permitirá deslocar as conexões por satélite para regiões realmente remotas onde não é possível utilizar outra tecnologia para o acesso à internet. Atualmente temos antenas de satélite em grandes capitais brasileiras porque temos verdadeiras manchas de apagão de desconexão em cidades como São Paulo, Porto Alegre e em vários locais em que não há uma cobertura suficientemente boa.

Rogério Santanna, Telebrás

A gente chega a 9ª Oficina em um momento histórico, pois todo debate que se desenrolou nestes 10 anos está consolidado enquanto política pública, vários avanços e debates foram superados. Se um telecentro deve ter Internet? Hoje concebemos que o telecentro tem que estar conectado a rede mundial de computadores. A questão da sustentabilidade? Todo o acesso deveria ser gratuito e para quem milita na área da Inclusão Digital esta posição já é consensual. Temos hoje o Telecentros.BR com a Rede Nacional de Formação, o Plano Nacional de Banda Larga que consolidou o debate que foi feito nesta década de Oficinas, nestes 10 anos de ID. Agora o desafio para as entidades que atuam na sociedade civil, que estão nos telecentros comunitários, que estão articuladas com empresas privadas, com o próprio governo, o grande desafio é que temos que avançar deste patamar que nós atingimos... Tenho a impressão que trata-se de se discutir que visibilidade vamos dar ao que fizemos nesta década, que visibilidade vamos dar aos projetos em andamento, que são dos mais diversos, que não se reduzem aos telecentros, podemos falar dos Pontos de Cultura, dos CRC's, de uma rede de atividades e de empreendimentos sociais que estão favorecendo a ID no Brasil. É hora de ampliar novamente este debate, dar visibilidade ao que fizemos, partirmos para uma discussão em rede que flua no País todo, que as novas etapas de discussão dêem conta de uma realidade do País todo, não mais de um setor ou de outro que esteja mais avançado em seus projetos de ID. Agora o desafio está na nossa mão: temos de conseguir um compromisso dos governos de que a política pública está estabelecida e agora precisa avançar e se qualificar. E nós da sociedade civil iremos contribuir com estes avanços e enfrentar os novos desafios.

Beatriz Tibiriçá (Beá)

No caso dos Telecentros.BR, tanto as iniciativas que reuniam programas de telecentros quanto as entidades que receberam a incumbência de comandar os Polos Regionais da Rede de Formação já eram conhecidas e estavam presentes ao evento. No caso da Rede de Formação, projetos e atores que fizeram parte da história dessa década contada neste livro estavam inseridos nesse novo desafio, o maior e mais esperado pelo movimento telecentrista. Para citar alguns exemplos, a Província Marista do Rio Grande do Sul, com sua atuação relevante nesse processo de democratização das TIC e bem conhecida nas Oficinas desde o evento de Porto Alegre, reuniu uma equipe que resgatou atores sociais saídos dos programas de telecentros de Porto Alegre e do Sampa.Org para organizar o Polo Regional Sul. O Coletivo Digital, reunindo boa parte do Governo Eletrônico que comandou os telecentros de São Paulo, e mantendo a mesma atuação e o mesmo ideário de Inclusão Digital, assumiu o Polo São Paulo. A Programando o Futuro, no Centro-Oeste, carregando toda sua experiência com as Estações Digitais, trouxe ainda a coordenadora do projeto Cyberella do Cemina, para as suas fileiras. A Universidade do Pará trouxe consigo a experiência do programa estadual para assumir o Polo Regional Norte.

Para a coordenação dos trabalhos da Rede de Formação, a Escola do Futuro, trazendo consigo a experiência de uma imensa rede de telecentros e usuários, e mostrou que a seleção não poderia ter sido mais feliz: seus coordenadores chegaram trabalhando na própria Oficina, iniciando um método de trabalho cooperativo entre os Polos e iniciativas que terá de ser aplicado durante todo o processo de construção da Rede de Formação de Monitores.

De uma forma ou de outra, todos os atores aqui representados, nestes dez anos de Oficina, participaram ou irão estar intimamente ligados ao Telecentros.BR.

Expectativas

Seja pelo Telecentros.BR ou pela percepção do início de uma nova gestão a caminho, foi perceptível e nítida a sensação de que o movimento telecentrista encarou a 9ª Oficina como o fechamento de um ciclo, fato que iria também transparecer nos Tópicos da 9ª Oficina, documento entregue ao Governo Federal pela sociedade civil ao final do evento. Uma das ansiedades que pairava seria sobre o próprio cerne da Rede de Formação do Telecentros.BR, quando se encontrariam educadores populares e da Universidade, e teriam de conviver intensamente para a criação de um curso de formação à distância para monitores de todo o Brasil. Mais que um cadinho de culturas regionais tão diversas, esse contraste pedagógico prometia embates ideológicos e de práticas educativas que teria de ser intermediado pelo Polo Nacional.

O Telecentros.BR trouxe um grupo da academia que está debruçado sobre educação à distância em espaços informais. Não é exatamente no espaço da escola. Não sei se conseguiremos esta síntese. Acho que estamos distantes mas certamente o programa trará o saber acadêmico que não estava presente. Acho que será muito rico. Acho que a academia está em perfeitas condições de manter uma dúvida aristotélica sobre aquilo que não sabe e aprender com isto. Da mesma maneira os educadores populares tendem a resolver tudo na relação pessoal. E a relação pessoal tem limites. E mesmo com educação à distância conseguimos nos relacionar com 100, 200 pessoas, esse desafio será muito novo para esses especialistas também. Processos massivos são contraditórios para os educadores populares e esse é outro desafio. Os dois lados vão ser profundamente desafiados, incomodados, vão ter uma convivência dura, mas acho que vai ser extremamente produtiva.

Rodrigo Assumpção, Dataprev

A sensação de ciclo cumprido também passava por um compromisso entre Governo Federal e sociedade civil que parecia ter se consolidado no Telecentros.BR e na Rede de Formação. Como frisou Cristina Mori,

O primeiro passo para pensarmos no valor dos telecentros é o aproveitamento das TIC para a melhoria de vida de toda a comunidade do entorno. Então o programa está muito preocupado com a formação desses jovens monitores, e a partir do Ministério do Planejamento passamos a constituir a Rede Nacional de Formação para Inclusão Digital. Temos a expectativa de atender 16 mil bolsistas entre 2010/2011, na primeira fase do programa, das propostas que foram selecionadas

em 2010. Estamos com esse grande desafio e, ao mesmo tempo, sentimos que aglutinamos vários atores que já estavam atuando com ID há muito tempo, que são muito importantes para a história da ID no Brasil. Renimos todos neste mesmo barco do Telecentros.BR. Então o programa traz consigo essa trajetória imensa, comprida – mas ao mesmo tempo ela é curta, pois estamos construindo uma política pública em âmbito nacional. Acreditamos que a política pública deve evoluir, se aperfeiçoar conforme a tecnologia vai evoluindo e se aperfeiçoando. É por isso que é tão importante contarmos com a participação de tantas instituições, tantos parceiros de longa data envolvidos com ID, porque é com a experiência anterior e com as visões de futuro que a gente vai continuar melhorando e construindo melhor esta política.

Cristina Mori (Kiki)

O Telecentros.BR prevê ainda o próprio fornecimento de caras novas às Oficinas: os Polos Regionais serão responsáveis pela ida de um bom número de representantes dos monitores de cada região do Brasil, equilibrando a presença de projetos de todo o Brasil nos eventos, garantindo que todos troquem experiências e mostrem o que está sendo feito em sua iniciativa de Inclusão Digital.

Eu acho que a Oficina tende a mudar, acho que ela terá mais monitores, uma participação de uma outra rede que queremos formar a partir do Telecentros.BR. Mas a Oficina é onde vemos também a militância da ID realmente funcionar. Acho que temos uma ação importante, que a Oficina é muito importante. Penso que é onde talvez se tenham dado os contornos de onde está a política de ID no Brasil. E os Telecentros.BR é um pouco de uma síntese histórica de tudo que aconteceu nestes 10 anos, é um programa que privilegia as ações de grupos, de pessoas, de comunidades que realmente estão interessadas nesta transformação social. É a partir daí que estaremos trabalhando, a partir pensaremos em formação de monitores e na ação do projeto.

Hernani Dimantas, Escola do Futuro

Outra questão que se demonstra desafiadora é a interiorização dos benefícios da Inclusão Digital no Brasil, atingindo territórios até então desprivilegiados, fora dos mapas dos grandes programas sociais.

Depois de patinar um pouco, creio que estão dadas as bases para um grande programa de Inclusão Digital no interior do Brasil e nos buracos negros das grandes regiões metropolitanas - terras sem lei e também sem banda larga... As Oficinas de Inclusão Digital em que participei sempre foram pródigas em projetos demonstrativos de Inclusão Digital nas áreas metropolitanas e nos grotões brasileiros. O problema era, como ironizou a nossa presidente eleita, referindo-se aos projetos de um candidato da oposição, é que se tratava de "pouco para poucos". Faltava escala. Faltavam ações do tamanho do Brasil. Meu sonho era um

dia ver um *kindle* ou um *ipad* na mão de todos os estudantes brasileiros e ver a filhinha do caboclo ribeirinho, longe das cidades, mas guardiã das nossas florestas, no mezzomarajó, por exemplo, lendo jornal, Machado de Assis, A Selva... e integrada nas nossas redes, reportando sua vida e seus desafios. Antes da RITS, trabalhei na FASE. Me lembro até hoje do rosto de uma ribeirinha de Gurupá, remando duas horas para chegar na escola, me olhando do alto da verdade dos seus dez anos, idade da minha filha naquela época, fascinada com aquele brasileiro da cidade, que berrava num celular, fotografava o mundo numa digital e falava de livros e filmes...Qual mariposa, tinha tudo para ser atraída pela luz das cidades, pela sociedade da informação e do conhecimento. Creio que no governo Dilma estão lançadas as bases para um grande salto no plano da inclusão de todos os brasileiros na sociedade da informação: luz para todos; plano nacional de banda larga, ou seja, banda larga decente (rápida e barata) para todos e, acho, o mais fácil, computador para todos... É triste depois de tantas oficinas e depois de bater tanto chão do Oiapoque ao Chuí, ver que a grande reivindicação das comunidades tradicionais ainda é (hoje trabalho no Ministério do Meio Ambiente, que está engajado no programa dos Telecentros BR) educação, educação... Horizontes mais amplos para os jovens, de forma que possam ser felizes nas suas comunidades... Como fazer isso hoje sem luz, sem banda larga e sem acesso a processadores digitais? Que o sonho compartilhado nas oficinas avance bem no próximo governo...

**Luiz Antonio Correia de Carvalho,
Assessor especial do Ministério do Meio Ambiente**

Sou otimista, acho que o Telecentros.BR vai ser central para nossa participação e a recuperação da nossa capacidade de organização e de pressão, e que pode-se fazer com que um projeto como este vire um Programa de Governo que faça sua contribuição permanente, como foi feito pela Telebrás para que o telefone se popularizasse. O Brasil é muito diferente do que vemos nas grandes cidades. A força dos telecentros, dos espaços públicos, dos espaços de gestão coletiva pra ID, pra inserção na Sociedade da Informação, essa força é central, especialmente no interior do País. Então a responsabilidade, como Betinho gostava de dizer, é nossa, somos nós que temos que pressionar para que esse projeto, que é uma conquista, mesmo com as dificuldades originadas de uma relação que está completamente desequilibrada entre Estado e sociedade civil, torne-se central. O que temos que fazer é qualificar essa discussão, criar instrumento de monitoramento e fazer com que ele tenha perenidade de vários anos, porque via satélite no semi-árido brasileiro, estratégias de formação como estas que estão sendo propostas. Senão ficaremos na periferia da economia, voltaremos a falar de Belíndia, um espaço brasileiro completamente desconectado. (...) Definitivamente temos que incentivar esses telecentros, pontos de acessos coletivos, públicos e gratuitos com software livre em grande escala no país. É só o começo...

Paulo Lima, Saúde e Alegria

Por fim, a própria postura da sociedade civil aparentemente promete ser alterada. Enriquecida com articulações de projetos de todo o Brasil, experiente em ações conveniadas com todas as esferas de governo, especialmente com o Governo Federal, garantindo a permanência de espaços de diálogo com o próprio Governo e, principalmente, entre os seus (o Telecentros.BR é um espaço em que esses diálogos internos da sociedade civil será inevitavelmente intenso) e, assim, ganhando estofamento para se reorganizar com mais força e voltar a atuar criticamente, essa instância certamente alterará sua postura e estatura.

Em minha avaliação penso que ao longo deste tempo conseguimos alcançar as metas da 1ª Oficina, de colocar o tema da ID na agenda de organizações que jamais imaginávamos. Hoje Ministérios têm projeto de ID, várias estatais têm projeto de ID, as organizações competem por telecentros. Decidiram que é uma linha de apoio as suas atividades. Nem acreditávamos chegar tão longe. Mas, de certa forma, também perdemos um pouco em qualidade reivindicatória. Conquistamos muitas coisas e, de algumas Oficinas para cá, negociamos a manutenção ou não desses projetos. E a qualidade de nossas reivindicações fica prejudicada com companheiros que estavam do lado de cá, da sociedade civil, e hoje estão no Governo. Isso é um complicador. Acho que nesta 9ª. Oficina a nossa legitimidade precisa ser reafirmada. Temos de firmar pactos impessoais em nossas relações com o poder público para retomarmos a capacidade crítica e de participação que sempre foi a nossa marca. (...) A Oficina de 2011 me parece central. Começaremos um novo ciclo, teremos uma disputa importante para ocupar de uma maneira organizada a possibilidade de ter um Conselho

de Inclusão Digital, de ter efetivamente uma estrutura de debate similar as dos campos da comunicação, educação, saúde. Com estruturas de monitoramento e participação que sejam formalizadas, espaços ocupados pelo setor privado, pelo Governo e pela sociedade civil, com um debate que seja inspirador para a política de ID que queremos. Nos últimos anos sentimos um duro golpe nas relações entre Estado e sociedade. Hoje uma organização pequena, para fazer um convênio com o Estado, tem que passar por um processo que é devorador das suas energias. As ONG's precisam saber utilizar um sistema de convênio do Governo Federal onde quase nada é possível. Toda a criatividade, que era o que todos diziam ser o melhor na relação entre Estado e sociedade civil, vai por água abaixo. Acho que temos agora o desafio de retomar a possibilidade de sermos criativos, a nossa capacidade crítica, um pouco prejudicada por um momento de crise, em que a cooperação internacional está indo embora, em que as entidades da sociedade civil só têm nos projetos com o Governo a possibilidade de manutenção e sobrevivência. Esta crise traz uma certa perda de qualidade em nossa capacidade de reivindicação e crítica.

Paulo Lima

No encerramento da 9ª Oficina, o documento foi lido por Beá Tibiriçá, escolhida pelos demais representantes da sociedade civil para tal. Como pode ser lido nos anexos, este tópico foi abordado:

“Cenário: partimos este ano de um novo patamar. Os debates e posições defendidos por nós nos últimos dez anos, foram consolidados em tres programas do Governo Federal: o Telecentros.Br, a rede nacional de Formação

e o Plano Nacional de Banda Larga.

E os próximos dez anos? Novos desafios e novas lutas se apresentam. Neste sentido, as entidades da sociedade civil apontam os seguintes temas:

1. Garantir, qualquer que seja o governo, a universalização da inclusão digital para o povo brasileiro como direito do cidadão e política pública consolidada;

2. Rever a forma como está se estabelecendo as relações entre o Governo e sociedade civil, qualificando a burocracia governamental para buscar formas diferenciadas de tratamento para as entidades sociais.

Ex 1: complementar os grandes convênios com prêmios menores que não comprometam a continuidade financeira e administrativa das entidades e permitam a realização de ações;

Ex. 2: a criação de uma lei específica para tratar convênios com a sociedade civil;”

Depois de dois anos de Cartas suaves, o comunicado de Brasília parece realmente iniciar um novo ciclo.

VII. OS CENTROS DE RECONDICIONAMENTO DE COMPUTADORES – CRC's

Antecedentes

Se a tônica da Oficina sempre foi dada pelo diálogo entre Governo e sociedade civil, quando a própria SLTI desenhou um novo projeto na área de Inclusão Digital, estruturante e interrelacionado com as iniciativas atuantes no País, a postura de parceria e participação ativa das instituições da sociedade civil mostrou-se mais uma vez importante.

No início de 2006 houve uma série de debates sobre recondicionamento de computadores em Buenos Aires, promovida pelo projeto *Computers for Schools*, do governo canadense. O *Computers for Schools* fornece cerca de 25% dos computadores das escolas canadenses, todos recondicionados. Entre os brasileiros participantes estava Rodrigo Assumpção, à época secretário-adjunto da SLTI.

“O Secretário Rogério Santanna deu muito apoio ao projeto. Este era o momento que havia uma infinidade de projetos chegando até nós, e parecíamos um pouco chatos, já que sempre apontávamos os problemas de cada proposta, mas não tínhamos um desafio concreto para investirmos. O projeto de condicionamento casou muito bem com nossa ideia de que era papel do Governo oferecer insumos para os projetos, muito mais do que realizá-los. Aí unimos a oportunidade de oferecer computadores para programas de Inclusão Digital em um projeto com potenciais educativo e de preservação ambiental, e fomos a luta para tentar criar parcerias”, diz Rodrigo Assumpção.

Diferentemente do Canadá, que há quinze anos mantinha um programa semelhante, as bolsas não foram imaginadas para recém-formados de Escolas Técnicas, preparando-os para o mercado. Aqui o foco foi a qualificação de jovens não formados, de populações em risco, de baixa renda. As diferenças entre os países e suas necessidades marcaram as diferenças nos processos de cá e de lá.

Assim, o CRC nasce dentro do projeto CI – Computadores para Inclusão, envolvendo governo e parceiros da sociedade civil. Nasce como um projeto estruturante: nascedouro de insumos que alimentam telecentros, escolas públicas e bibliotecas com o material básico para o ingresso nas redes de Inclusão Digital, possibilitando novos vôos. Ao mesmo tempo, uma fábrica-escola que forma dezenas de jovens em várias etapas de uma linha de desmonte e condicionamento de equipamentos de informática. Com a rede de CRC's em crescimento e o diálogo com a sociedade civil e administrações municipais, a racionalização dessa distribuição de máquinas também torna-se crescente. Um projeto que guarda características fabris, educacionais, de diálogo com a sociedade civil e de responsabilidade quanto ao descarte. Portanto, os impactos do CI apontam para várias áreas, e de certa forma fazem com que seja o projeto

mais importante de organização de infra-estrutura para Inclusão Digital do Governo Federal.

O desafio também foi grande para as entidades sociais que aceitaram o desafio de abrigar um Centro de Recondicionamento. O ritmo da fábrica, os prazos de entrega e distribuição, a maneira de lidar com os jovens não seriam as mais tradicionais utilizadas por educadores sociais. Por outro lado, permitiu uma variação de conteúdo que gerou uma demanda inédita nas áreas em que os CRC's se instalaram.

Brasília e Rio de Janeiro eram as primeiras opções para os Centros serem instalados. No Rio de Janeiro a parceria não se consolidou, e o Cesmar (Centro de Educação Social Marista) de Porto Alegre saiu na frente com um espaço mais apropriado. Em seguida veio o CRC de Brasília, que teve que praticamente reconstruir um grande espaço físico para adequar-se. Em seguida o de São Paulo, em parceria com a ONG Oxigênio. Em pouco tempo formou-se uma rede.

Com isso e com a Coordenação Nacional do Projeto Computadores para Inclusão, responsável pelo destino dos equipamentos, a SLTI conseguiu realizar a primeira oferta de equipamentos, iniciou a seleção de projetos, elaborou editais nacionais e iniciou diálogo com outros possíveis parceiros para as futuras unidades.

“O impacto do projeto CI (e do CRC propriamente dito) recai sobre as políticas de Inclusão Digital de maneira estruturante, combinando-se a todas elas para fazer crescer o acesso...” está sem espaçamento de parágrafo. Em seguida, há uma citação do Rogério, mas acho que deveria começar em outra página ou se dar um espaço antes dela.

...a penetração da Internet e do número de computadores no país continua aumentando. Pela primeira vez desde que a pesquisa começou a ser realizada, em 2005, atingimos 54 milhões de usuários de Internet e 60 milhões de pessoas já a haviam utilizado no período de três meses anteriores à realização da pesquisa. O

equipamento está presente em 25% dos domicílios brasileiros. Desse percentual, 28% estão nas cidades e 8% na área rural. Com relação ao acesso à Internet, enquanto 20% dos domicílios urbanos estão conectados à rede, a posse de uma conexão está presente em 4% dos lares da área rural.

Esse crescimento atesta a eficiência das políticas públicas que reduziram os preços dos computadores e criaram formas de financiamento para que um conjunto maior da classe C no Brasil tivesse acesso a computadores. Houve uma aceleração expressiva a partir de 2005, propiciada pelo Programa Computador para Todos, já que há claramente um ingresso da classe C nesse universo, sobretudo da população com renda entre três e cinco salários mínimos.

Rogério Santanna, ex-Secretário de Logística e Tecnologia da Informação, atual presidente da Telebrás (17)



O CRC, mais do que prover computadores, foi a grande escola de gestão de processos que culminam no Telecentros.BR. A idéia dos Telecentros.BR tem pouco a ver com o CRC, mas o cotidiano de gestão do Telecentros.BR nasce no cotidiano da gestão do CRC. É a mesma equipe gerenciando e fazendo isso.

Rodrigo Assumpção, Dataprev

O Projeto CI é, ao meu ver, importantíssimo no processo da inclusão digital no Brasil. Além dele recondicionar computadores usados oriundos, principalmente das instituições públicas, dando três anos a mais de vida útil aos computadores, ele qualifica jovens das comunidades de baixa renda onde os CRC's estão inseridos. Outro fator importante é quanto ao descarte ecologicamente correto dos componentes de informática. Todas as peças não utilizadas pelos CRC's são descartadas de forma que não causem problemas ao meio ambiente. Os CRC's recondicionam os computadores e doam para escolas públicas que ainda não receberam computadores do ProInfo, bibliotecas públicas, telecentros e projetos como, por exemplo, da APAE. Os computadores vão devidamente embalados, com os softwares instalados prontos para utilização. A integração das políticas públicas de inclusão digital é outro fator importante. Hoje o Projeto CI atende as demandas do programa Telecentros.BR. Concluindo: o Projeto CI é completo, capacita jovens de baixa renda, aumenta a vida útil de computadores não utilizados e em processo de descarte, ameniza a questão do lixo eletrônico e se integra às políticas de inclusão digital. Muitos dos jovens que são capacitados pelos CRCs integram, com mais facilidade, o mercado de trabalho.

Ana Carina Andrade

Carta de agradecimento de mãe de jovem formado pelo CRC pernambucano: “Recife, 21 de outubro de 2010. Prezados senhores: Venho através desta agradecer, pelo curso do qual meu filho teve a honra de participar desta conceituada estabelecimento pois, foi graças a este curso que abriu as portas para que hoje ele esteja trabalhando no estaleiro sendo ele selecionado entre 17 candidatos por ter feito este conceituado curso. Continuem assim dando oportunidade aos jovens, que Deus vos abençoe e vos recompense. Atenciosamente, Fátima Kang, mãe de Ji Soo Kissajkian Abreu Kang” (sic):

Recife 21 de outubro de 2010.

Prezados Senhores:

Venho através desta agradecer, pelo curso o qual meu filho teve a honra de participar desta conceituada estabelecimento. Pois, foi graças a este curso que abriu as portas para que hoje ele esteja trabalhando no estaleiro, sendo ele selecionado entre 17 candidatos por ter feito este conceituado curso. Continuem assim dando oportunidades aos jovens, que Deus vos abençoe e vos recompense.

Atenciosamente.

Fátima Kang.

mãe de: Ji Soo Kissajkian Abreu Kang.

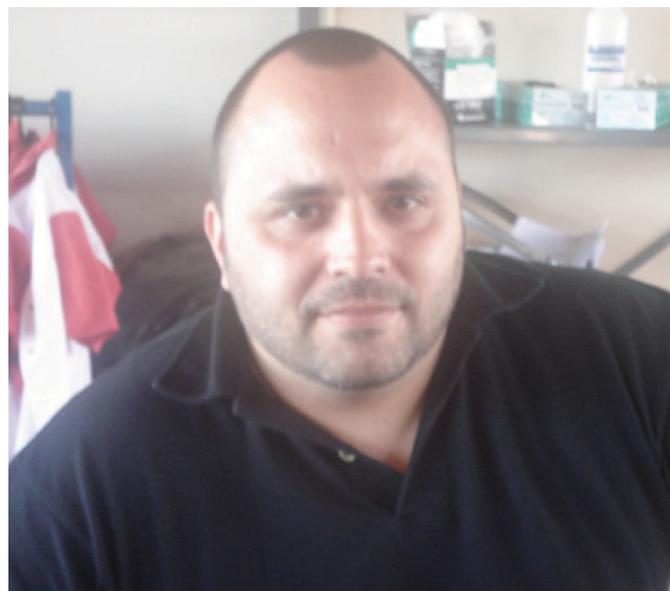
A experiência de Porto Alegre

Em 2006 a Rede Marista de Solidariedade do Rio Grande do Sul implantou o primeiro Centro de Recondicionamento de Computadores do Brasil. Conhecido como CRC – Cesmar, ele nasceu de uma parceria histórica com o Governo Federal, com o apoio da Prefeitura de Porto Alegre, Grupo Hospital Conceição, Fundação Avina e Vonpar. O projeto atende cerca de uma centena de jovens aprendizes em estado de vulnerabilidade social, oferecendo formação em formação de *hardware* e *software* livre.

Como se seguiria em todo o País, o CRC Cesmar está constituído de oficinas com estrutura de gerência, pessoal técnico e instalações, para a realização das atividades de recepção, triagem, recondicionamento, descarte e entrega de equipamentos que serão doados a creches, associações de moradores, escolas públicas e telecentros comunitários espalhados pelo Brasil. Um empreendimento inovador, capaz de aliar geração de renda e emprego, inclusão digital e social, consciência ecológica e cidadania. No caso da instituição que recebe o CRC, pertencente a Rede Marista de Solidariedade, ela se insere em um contexto de ampla mobilização social, com várias escolas e entidades, parceiros privados e governamentais, formando uma rede empenhada na inclusão social plena dos cidadãos e cidadãs atendidos.

Segundo depoimento de Alexandre Siqueira Mesquita, ex-Cidadania Digital e hoje trabalhando para a Província Marista, boa parte da importância da iniciativa para a instituição foi o fato de que “o Projeto CRC construiu com a comunidade um processo de fortalecimento dos agentes locais e inserção de jovens e adultos com baixa competitividade no mundo do trabalho e geração

de renda”. E completa: “Graças aos trabalhos insistentes de Carlson Janes Aquistapasse e do Ir. Miguel Orlandi, conseguimos conformar o Centro de Reciclagem de Computadores como uma verdadeira fábrica-escola, um projeto social inédito na região. Consideramos que essa é a etapa âncora de um projeto maior que se consolidará na efetivação de um Polo Popular de Formação Tecnológica, no qual temos a pretensão de desenvolver uma metodologia de intervenção social que gere qualificação profissional de qualidade, promoção humana, crescimento econômico, justiça social e proteção ambiental”.



*Eloir Rockembach, coordenador pedagógico CESMAR e
Fabiano Flores, coordenador geral CRC CESMAR*

O impacto do CRC-CESMAR na comunidade

por Ir. Miguel Orlandi, Ecônomo, CESMAR

O CRC-Cesmar foi iniciado após longa negociação com os envolvidos da Prefeitura, do Governo Federal e lideranças comunitárias. Nos primeiros momentos, tendo na lembrança que Porto Alegre não havia sido anunciada entre as cidades que receberiam CRC's, foi necessário muito diálogo e estudo do projeto, já que nele não era central a formação de jovens que se encontravam em situação de vulnerabilidade social. A proposta do CESMAR era que não mais se reciclaria apenas equipamentos de informática, mas que passaríamos a reciclar vidas, que através do lixo eletrônico pudessem ser dadas novas chances de inserção social aos adolescentes e jovens que estivessem no CRC. O fato do Centro Social Marista estar numa região de extrema pobreza causou alguns impasses, visto que existiam algumas demandas de espaço físico e mesmo de segurança, mas graças ao bom e franco diálogo, aliados ao apelo popular expresso nas lideranças locais que participaram do processo de construção do projeto CRC – Cesmar, em pouco tempo alcançamos êxito e “povoamos” o Centro de Reciclagem com jovens que podiam agora sonhar com um futuro mais promissor, sem falar na sensação de poder conhecer aquela “mágica” máquina por dentro, em seu funcionamento e ainda com a sensação de poder ajudar centenas, milhares de adolescentes e jovens brasileiros que seriam beneficiados por seu trabalho-aprendizado, lá nos telecentros que estariam espalhados nas mais diversas periferias de nosso País. Aliar Aprendizagem, Inclusão Social, Inclusão Digital, Pedagogia Popular e a certeza de que um sonho começava a se concretizar foi o início do que hoje é uma realidade da periferia com mais baixo IDH de Porto Alegre: o CRC – CESMAR.

A ideia do Projeto Computadores para Inclusão (Projeto CI) é importante sobretudo porque nos permitiu pensar de uma forma mais global sobre o descarte e o desperdício dos computadores que o governo não utilizava mais e que podiam ser reaproveitados nas iniciativas de inclusão digital. Conteí com pessoas muito competentes nesta área, como é caso do Rodrigo Assumpção e da Kiki Mori, cujo envolvimento foi fundamental para o sucesso da iniciativa. Sobretudo para que se consolidasse não apenas como uma ação de recuperação dos computadores descartados, mas especialmente como um projeto que inclui a sociedade na definição dos seus rumos.

Assim, com a ampla participação das organizações sociais foi possível consolidar o Projeto Computadores para Inclusão. Sua importância talvez reside menos no acondicionamento dos computadores em si, mas especialmente no envolvimento de jovens das regiões de periferia das grandes cidades brasileiras que normalmente não teriam acesso ao conhecimento viabilizado pelos Centros de Acondicionamento de Computadores, os CRCs. Esta rede então passa a integrar o processo de resgate social de um conjunto grande de jovens gerando inclusive uma opção profissional para eles.

Rogério Santanna, Telebrás

Outros centros e números atualizados

Para a distribuição de equipamentos acondicionados, em 2006 deu-se a constituição formal da Coordenação Nacional do Projeto Computadores para Inclusão, composta pelos Ministérios do Planejamento, Educação, Meio Ambiente e Trabalho e Emprego, pela Dataprev, SERPRO e Fundação Banco do Brasil, e por um representante de cada CRC, com a responsabilidade

principal de racionalizar a captação de doações para os CRC's e a própria destinação dos equipamentos aos espaços e projetos de inclusão.

A primeira unidade de CRC encontra-se, de Porto Alegre, foi construída e entrou em funcionamento no ano de 2005. No ano seguinte, dois outros CRC's firmaram convênio, Gama-DF e Guarulhos-SP, mediante celebração de convênio em 2006.

Atualmente, o projeto conta com a existência de 5 Centros de Recondicionamento de Computadores:

CRC CESMAR, em Porto Alegre, gerido pela União Sul Brasileira de Ensino e Educação – USBEE (Província Marista do Estado do Rio Grande do Sul;

CRC Brasília/ Gama, em Brasília, gerido pela Associação de Apoio à Família, ao Grupo e à Comunidade - AFAGO-DF;

CRC Oxigênio, em Guarulhos, gerido pela Oxigênio Desenvolvimento de Políticas Públicas e Sociais;

CRC BH Digital, em Belo Horizonte, gerido pela Empresa de Informática e Informação do Município de Belo Horizonte (Prodabel);

CRC Recife, em Recife, gerido pela União Brasileira de Educação e Ensino - UBEE/ Centro Marista Circuito Jovem do Recife.

O projeto distribuiu, até julho de 2010, 9835 computadores, 680 impressoras e 16 notebooks. Minas Gerais aparece como o estado que mais teve projetos aprovados, com 171 projetos contemplados.

VIII. O OBSERVATÓRIO NACIONAL DE INCLUSÃO DIGITAL – ONID

Andei léguas de sombra
Dentro em meu pensamento. (...)

Há um oásis no Incerto
E, como uma suspeita
De luz por não-há-frinchas,
Passa uma caravana.
(Andei léguas de sombra, Fernando Pessoa)

Depois dos Computadores para Inclusão, a SLTI complementou um ciclo de necessidades básicas e estruturantes para a elaboração de políticas públicas com o Observatório Nacional de Inclusão Digital, o ONID. Desde 2003, com o acúmulo de projetos públicos, já havia a idéia de um observatório que acumulasse os dados de iniciativas de Inclusão Digital no Brasil. Essa demanda já havia sido tema de discussões entre representantes de diversas instituições da sociedade civil (RITS, Sampa.Org, Escola do Futuro, IPSO) e mesmo membros de administrações municipais, como o Governo Eletrônico de São Paulo.

Em 2006, surgiam diversas listas com a quantidade de telecentros no Brasil que inevitavelmente cruzavam seus dados. Programas públicos com apoio do Banco do Brasil, com antena do GESAC ou computadores do SERPRO, por exemplo, poderiam manter telecentros que entravam em duas ou três contagens distintas, acumulando-se ao final das contas. Algumas declarações davam conta da existência de mais de 16 mil telecentros, o que certamente não parecia um número real para quem há anos se dedicava com afinco a essa área da Inclusão Digital.

Em 2003, muitos foram os órgãos que começaram a trabalhar com Inclusão Digital. Por exemplo, o Ministério da Pesca começou a montar telecentros para as colônias de pescadores, o Ministério da Cultura estruturou os Pontos de Cultura instalando laboratórios de informática em seus espaços, a Eletronorte montou telecentros no Norte do Brasil, o Programa GESAC modificou sua origem e começou a atender, por meio das antenas satelitais, não só apenas totens com um computador, mas telecentros, escolas públicas e laboratórios abertos a comunidade e sem fins

lucrativos, o Ministério do Desenvolvimento Agrário lançou os telecentros rurais, entre outros projetos. Toda a vez que falavam em quantidade de telecentros no Brasil, não se sabia ao certo quantos telecentros o Brasil possuía, onde estavam instalados, o que o telecentro fornecia para a população, enfim dados básicos sobre os telecentros. O ONID veio para desmistificar a inclusão digital no Brasil.

Ana Carina Andrade

Outro problema recorrente para a consecução dessa soma: as próprias características dos espaços contabilizados. Já se possuía uma noção muito clara do que devia ser um telecentro. Mesmo com flexibilidade de funções e atividades, havia algumas obrigatoriedades em seu perfil definidor: gratuidade dos serviços, conexão à Internet, monitores ou educadores presentes, liberdade de acesso para todos os públicos e não a segmentos da população, horários de uso livre... Nas contas gerais, entravam espaços que não atendiam a esse perfil básico, como telecentros de negócios, lan houses, espaços voltados para públicos específicos ou sem acesso a *web*.

Mapear esses espaços com seriedade e chegar bem mais próximo da realidade era fundamental para o planejamento, implementação e coordenação de novas políticas públicas.



Marcos Amado, Mariane Ottati, Denizart Fazio, Diana Pellegrini, Cauê Thenório, Celissa Nardocci, Mauricio Falavigna, Henrique Ventrin, Cristiane Candido, Marcelo Medina, Mauro Rodrigues. No destaque, Hiran Murbach

O ONID foi absolutamente crucial para o desenvolvimento do Telecentros. BR. Sem os dados, sem a metodologia, sem o cadastro, que o ONID nos ajudou a preparar isso não teria acontecido. Aí tem aquela velha máxima de gestão que se aplica a tudo isso: Quem não mede, não gere, quem não mede não administra. Nós precisávamos medir para poder oferecer e gerenciar esses recursos.

Rodrigo Assumpção, Dataprev

A elaboração do projeto e construção do próprio Observatório foi uma parceria com o IPSO – Instituto de Pesquisas e Projetos Sociais e Tecnológicos –, instituição com mais de uma década de estudos, pesquisas e projetos no âmbito dos desafios político-econômicos que suas relações com as transformações tecnológicas em curso, e principalmente o seu impacto sobre o trabalho, a política e a sociedade. Na área de Inclusão Digital, o IPSO participou desde o início do debate formativo do Sampa. Org, e atuou ativamente desde o início da criação centro da cidade de São Paulo, e elaborando o Mapas da Rede como um Pontão específico, encarregado do mapeamento dos Pontos de Cultura no Brasil.

Hoje o ONID é o grande banco de dados sobre Inclusão Digital no País. Com o cadastramento dos dados relativos a todos os programas de Inclusão Digital do País, foi possível demonstrar que muitas vezes um único telecentro é apoiado por dois ou mais projetos, contabilizando apenas uma unidade de espaço de Inclusão Digital. No ONID temos dados de todos os projetos de Inclusão Digital, apoiado por qualquer esfera governamental, da iniciativa privada ou da sociedade civil. No início de

dezembro de 2010, 8083 telecentros espalhados pelo Brasil figuram no Mapa do Observatório. O Sudeste é a região com mais manchas de unidades, detendo 44% dos telecentros brasileiros, seguido pela região Nordeste que aparece com 25%. O Sul possui 14%, o Centro-Oeste 10% e a região Norte figura com 7% dos centros de Inclusão Digital.

Ainda nesta data, Minas Gerais surge como a unidade da federação que mais possui telecentros mapeados pelo ONID, 1590 unidades. Já Roraima possui apenas 11 telecentros mapeados. A cidade de São Paulo aparece com 424 telecentros no mapeamento, sendo a cidade com o maior número de unidades. Por fim, o programa de inclusão digital do Banco do Brasil lidera a lista dos projetos com o maior número de telecentros no ONID: 1368 espaços disponíveis mapeados.

Para disponibilizar à sociedade essas informações detalhadas, e deixar aberto a todos a avaliação e o acompanhamento das ações de Inclusão Digital no Brasil, o ONID cadastra telecentros, centros de inclusão digital, infocentros ou quaisquer espaços coletivos com função semelhante e sem fins comerciais.

Os três principais critérios levados em conta para o cadastramento são a existência de conexão à Internet, a necessidade de uma rede com mais que três computadores (a não ser em áreas remotas ou com problemas de energia); ser aberto à população, ainda que em tempo parcial (uma escola, por exemplo, pode ser contabilizada como um espaço de Inclusão Digital desde que libere o acesso ao menos nos finais de semanas); não possuir fins lucrativos e, se cobrar por necessidade de sustentabilidade (com ausência de apoio estatal ou privado), é preciso informar o que é feito com os recursos.

O ONID, uma iniciativa articulada pelo Governo Federal em interlocução

com a sociedade civil organizada, com o objetivo de acompanhar e avaliar as ações de Inclusão Digital no Brasil, hoje nos permite a obtenção de números gerais muito mais próximos da realidade, quais os órgãos mais atuantes que se dedicam à Inclusão Digital, qual a distribuição geográfica desses telecentros e suas principais características de serviços. Mantém ainda um mailing atualizado de pessoas e instituições dedicadas ao tema, e um boletim mensal que dá conta das principais notícias de Inclusão Digital e das novidades do próprio ONID.

Como produto final, o ONID georreferencia no mapa do Brasil os telecentros que estão em funcionamento. Essa visão georreferenciada permite que o cidadão visualize e localize em seu Estado, cidade ou região onde estão instalados os telecentros e qual a sua dinâmica de funcionamento. Não é fácil manter esse banco de dados atualizado. Existe um grande trabalho, diário, de captação e checagem das informações constantes na base de dados do ONID. Acredito que o próximo passo será cruzar as diversas informações coletas para traçar, com mais precisão, o perfil da Inclusão Digital no Brasil e lançar um estudo mais aprofundado após os dez anos de trabalho nessa área.

Ana Carina Andrade

A participação do ONID nas Oficinas para Inclusão Digital, para além do trabalho diário de obtenção de dados cadastrais, permitiu tanto a divulgação do Observatório quanto o recolhimento de conteúdos para um Banco de Referências, com mais de 1800 materiais (áudios, apresentações de slides, fotos, vídeos e textos) sobre Inclusão Digital, telecentros, programas públicos, teses e ensaios sobre o tema, reportagens, materiais didáticos para uso em telecentros e conteúdos afins abertos ao público, que inclusive é chamado a contribuir com seus acréscimos, informações ou materiais de seu telecentro ao Banco de Referências.

A evolução do ONID

por Carol Santos, IPSO

O ONID nasceu à partir do desejo de muitos: poder público e sociedade civil, cientes das constantes mudanças ocasionadas com o advento das TIC, perceberam que era chegada a hora de um estudo e de um retrato mais sério sobre o fenômeno que vinha mudando a dinâmica de funcionamento da sociedade, em especial das comunidades mais excluídas do País. Uma vez em execução, passou por todas as etapas que passam os seres que vêm à vida. Ainda recém-nascido, no período em que todos os cuidados são poucos para que vingue e cresça saudável, contou com vários protetores zelosos, cuidando para que a criação pudesse ganhar a energia necessária para se tornar grande. Com as primeiras coordenadora e gerente, Diana Pellegrini e Mariane Ottati, por parte do IPSO, e com Rodrigo Assumpção, Cristina Mori “Kiki e Carina, por parte da SLTI, ganhou sua modelagem inicial. Partindo da idéia de um cadastro dos pontos de inclusão digital existentes no

Brasil, foi tomando proporções muito maiores. Em vez de apenas receber o registro do que é, onde fica e o que faz o telecentro, pudemos ambicionar mostrar a sua cara num mapa georreferenciado, um mapa em que todos pudessem encontrar o seu espaço de acesso à Internet, gratuito e aberto para todo e qualquer cidadão em diversos pontos do território nacional. O filho dileto ganhou também um banco de dados e abriu espaço para que os próprios telecentros o alimentassem. Com sua segunda coordenadora, Lisania Farina, o ONID passou pela infância, aprimorando-se e firmando os passos vacilantes no caminho projetado pelas mãos que o criaram. Do programador responsável pelo projeto, Cauê Thenório, também recebeu os cuidados de quem o desenvolveu desde o princípio. Com esta sua terceira coordenadora, que aqui escreve, o ONID avançou rumo à idade adulta. Cadastro de telecentros concluído e disponível para os usuários, um portal novo, com todos os produtos organizados e disponibilizados no mesmo espaço: banco de referências com mais de mil materiais disponíveis, mapa dos telecentros do Brasil com cada vez mais pontos a serem mostrados, página de visualizações e estatísticas, pesquisas que visavam conhecer melhor a dinâmica de funcionamento dos espaços existentes, boletim eletrônico e um interesse concreto do Governo Federal sobre os dados coletados pelo projeto. Nascia, nesse momento, com dois anos de projeto, o esqueleto de uma política pública capaz de atender às demandas dos atores que lidavam com inclusão digital: gestores de programas públicos e da sociedade civil, coordenadores, gerentes, monitores, agentes e, conseqüentemente, o público atendido, roda propulsora de todas as discussões anteriores e presentes sobre os rumos da inclusão digital no País. O programa teve um enorme sucesso junto ao público que atua com essa esfera. Com sua coordenadora atual, Celissa Nardocci, o ONID encerra seu ciclo no IPSO: fortalecido, saudável, quase adulto. Cumpriu sua função

como coletor e divulgador dos números e práticas da inclusão digital no Brasil, encerrando sua atuação no IPSO como o mais completo banco de dados sobre a pauta. E quem colhe as benesses dos desenvolvimentos do projeto é a sociedade.



CONCLUSÃO

(...) Nunca persegui a glória
Caminhante, são tuas pegadas
o caminho e nada mais;
caminhante, não há caminho,
se faz caminho ao andar

Ao andar se faz caminho
e ao voltar a vista atrás
se vê a senda que nunca
se há de voltar a pisar
Caminhante não há caminho
senão há marcas no mar...

Faz algum tempo neste lugar
onde hoje os bosques se vestem de
espinhos
se ouviu a voz de um poeta gritar
“Caminhante não há caminho,
se faz caminho ao andar”...

Golpe a golpe, verso a verso... (...)

Cantares, Antonio Machado (Tradução de Maria Teresa Almeida Pina)

A experiência possui um valor relativo. Quase sempre “é um carro com os faróis voltados para trás”, como ironizou amargamente Pedro Nava. Enfrenta galhardamente, como se supõe, as dores do dia seguinte, os novos percalços na estrada, os desafios de cada mudança de estação. Mas não os enfrenta sem reconstrução, sem encarar o novo raiar do dia com a disposição de reiniciar a vida com a admissão da ignorância, da erosão que o novo provoca na estrada que se trilha há anos, no solo que se pensa conhecer cada palmo.

Este pequeno ensaio tratou de memórias coletivas, e procurou ser escrito como se gravássemos uma pequena legião de griôs, que olhavam para trás com a certeza de que seu esforço valeu algo, valeu muito, valeu para todos, vale ainda, mas não é tudo. Vale como ponto de partida e Norte, é essencial para imaginarmos nosso destino, mas não dá conta do caminho que se trilha a cada novo dia.

Este texto foi escrito durante os cinco primeiros meses do Telecentros.BR. Portanto, boa parte das expectativas do sexto capítulo já têm suas respostas em curso. O convívio rico e por vezes difícil, mas sempre muito fértil, entre educadores sociais e especialistas da academia, e a elaboração da Rede de Formação vai de vento em popa, graças a um habilidoso processo de condução do Polo Nacional, que vem privilegiando essa diversos saberes e coordenando uma produção coletiva provavelmente inédita no Brasil, certamente inédita para todos os participantes.

As relações das instituições participantes com o Governo no convênio seguem dentro do esperado, mas não falta diálogo nem mesmo tentativas de flexibilidade por parte de pessoas que precisam conviver com uma burocracia obrigatória, que jamais será mudada apenas por forças internas, administrativas.

Surpresas do que se constrói golpe a golpe, verso a verso.

Voltando os olhos para as muitas marcas no mar, há uma ilusória imensidão percorrida. Uma década é um tempo irrisório sob quase todas as perspectivas. E mirando à frente, no horizonte, sempre haverá um caminho sem fim.

Ainda há muito a ser trilhado, e a realidade se altera a cada avanço. Como diz um testemunho neste livro, não imaginávamos que todas as instâncias da sociedade se conscientizassem das demandas relativas à Inclusão Digital. Se compararmos o que havia em 2001 com os dias de hoje, por mais que ausências sejam notadas, um mundo foi construído. Não saiu do nada, não prescindiu de exemplos ou precedentes, mas foi original, coletivo e, principalmente, incessante. Todos as vozes que aqui apareceram, seja na sociedade civil, no Governo ou transitando nas duas áreas, em momento algum desses dez anos mudaram seus objetivos ou foram parar em áreas distintas. Mesmo quando projetos acabavam ou frustrações políticas, financeiras e pessoais abalavam todo um trabalho de anos, convicções nunca foram tocadas, as pegadas seguiram em frente. Movimentos se desorganizaram aqui e voltaram a se encontrar ali, sempre incorporando novas idéias e novas pessoas, mas jamais deixando de seguir em frente. Erros e acertos voltaram a ser cometidos, e as pegadas pessoais e a vivência coletiva voltaram a contar muito, mesmo quando obrigadas a se inovar frente ao que encontraram em suas sendas coletivas.

Mas caminhantes continuamos, a fazer nosso caminho ao andar.

CRÉDITOS DAS IMAGENS

Marta Suplicy, Rádio Biboca e 1ª Oficina - Acervo Sampa.Org

Cido e Carol Santos - Raphael Falavigna

Tabuleiro Digital, 7ª Oficina, Reunião com o Presidente Lula, Telecentro BR - Banco de referências ONID

Equipe Sampa.Org - Prêmio Unicef/Itaú

Equipe ONID - Acervo IPSO

Equipe CRC/CESMAR - Maurício Falavigna

2ª Oficina; Rodrigo Assumpção, Robert Jansen e Sergio Amadeu; 3ª Oficina; Paulo Lima; Silvana Lemos; apresentação cultural andina; Béa Tibiriçá; organizadores da 3ª Oficina; Sergio Amadeu, Integrantes do Governo Eletrônico e telecentristas; Hernani Dimantas; software livre; Hernani Dimantas e Sergio Amadeu; Rodrigo Assumpção; abertura da 5ª Oficina e telecentristas em Porto Alegre - Via Forum

Rogério Santana - Claudio Belli/arquivo pessoal

Cristina Mori - Tainá Frota de Novion - Chá das Duas Photo & Design

Adriana Fetter, Carlos Afonso e Hiran Murbach - arquivos pessoais

NOTAS

(1) Texto de Carlos Afonso produzido para a RNP, em maio de 1999. Pode ser encontrado em www.rnp.br/noticias/imprensa/2005/not-imp-050516.html .

(2), (3) e (4) Entrevista de Carlos Afonso a Flávia Mattar, maio de 2006. Matéria: Brasil: O impacto do Ibase na construção da “sociedade de informação”. Pode ser encontrado em interred.wordpress.com/2007/01/15/o-impacto-do-ibase-na-construcao-da-%E2%80%9Csociedade-de-informacao%E2%80%9D-no-brasil/ .

(5) Em www.nic.br/imprensa/releases/2010/rl-2010-12.htm , “Comitê Gestor da Internet no Brasil completa 15 anos”.

(6) TAKAHASHI, Tadao (org.). Sociedade da Informação no Brasil: Livro Verde. Ministério da Ciência e Tecnologia, Brasília, 2000.

(7) AFONSO, Carlos A. - Internet no Brasil: O Acesso para todos é possível? - Policy Paper nº 26. São Paulo, Friedrich Ebert Stiftung, set. 2000.

(8), (9), (10), (11), (12) e (13) Informações e textos retirados da tese de Rodrigo Assumpção, “Além da Inclusão Digital”. Dissertação de Mestrado, USP/ECA, São Paulo, 2001.

(9) Steve Cisler, no texto Telecentros y bibliotecas: nuevas tecnologias y nuevas colaboraciones. Encontrado em www.home.inreach.com/cisler/telecentros.htm, ago. 1998

(14) e (15) Texto produzido por Maria Teresa Augusti em 2000 para o IFF, e apresentado

durante a 1ª Oficina para Inclusão Digital. Arquivos Sampa.Org.

(16) A maior parte das informações sobre os Infocentros e o ACESSA SP foram retiradas da tese de Adriana Guzzi, “Participação pública, Comunicação e Inclusão Digital”, Dissertação de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica. São Paulo, PUC, 2006; e em entrevista de Hernani Dimantas à revista A Rede, ano 4, no 46, abr. 2009.

(17) SANTOS, Rogério Santanna dos. A tecnologia de banda larga é essencial para o desenvolvimento econômico do país. In: CGI.br (Comitê Gestor da Internet no Brasil). Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e da comunicação 2005. São Paulo, 2006, pp. 39-42

ANEXOS

1ª Oficina para inclusão digital

Relatores:

André Martins

Carlos Alberto Afonso

Rodrigo Assumpção

Sérgio Barcellos

1. Premissas Gerais

- * A exclusão digital aprofunda a exclusão sócioeconômica.
- * O objeto central da inclusão digital é o conjunto de processos de comunicação e processamento de conhecimento relativos à vida do cidadão e da cidadã.
- * A toda a população deve ser garantido o direito de acesso ao mundo digital, tanto no âmbito técnico/físico (sensibilização, contato e uso básico) quanto intelectual (educação, formação, geração de conhecimento, participação e criação).
- * As ações de Inclusão Digital devem promover a inclusão e equiparação de oportunidades para a população brasileira, respeitando os conceitos de Diversidade e Desenho Universal. Cabe especificar que o todo social inclui populações com necessidades especiais muitas vezes invisíveis como é o caso de pessoas idosas, de baixa escolaridade, com impedimentos ou limitações intelectuais e mentais, físicas, sensoriais, motoras e/ou com mobilidade reduzida, pessoas com limitações temporárias, etc.
- * As ações de Inclusão Digital devem alcançar todos os pontos do território nacional e, na medida do possível, comunidades de brasileiros e brasileiras no exterior.
- * A evolução das tecnologias digitais (obsolescência tecnológica, produção da informação

etc.) é mais veloz do que as transformações de valores e atitudes na sociedade.

* Inclusão Digital não se limita ao usufruto de serviços prestados pelos governos eletrônicos, nem a aplicações de comércio eletrônico e nem a capacitação para o trabalho.

* Os esforços de inclusão digital devem ser necessariamente compatíveis com as condições concretas das comunidades a serem integradas.

* A capacitação e treinamento devem ser sempre previstos nos orçamentos das ações de Inclusão Digital.

* A Inclusão Digital deve ser uma política pública, com garantia de destinação orçamentária.

* As ações de Estado referentes à Inclusão Digital devem ser articuladas e integradas nas esferas federal, estadual e municipal bem como nos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

* O uso de recursos e conceitos tecnológicos avançados em comunidades excluídas deve ser considerado um estímulo que favorece a apropriação desses recursos e conceitos pela comunidade.

2. Diretrizes Gerais

* Os esforços de inclusão digital relativos às crianças são prioritários.

* O processo de inclusão digital tem como parceira importante a educação formal. Porém, a liderança do processo cabe à sociedade civil como um todo.

* A Inclusão Digital deve ser parte essencial do processo de escolarização, podendo prosseguir através de instâncias de educação continuada.

* Devem ser elaboradas políticas públicas para utilização de recursos visando integrar as ações nas esferas federal, municipal e estadual.

* Regras e procedimentos claros devem ser estabelecidos para a utilização dos recursos públicos na Inclusão Digital, com a participação efetiva da sociedade civil organizada.

* Deve haver controle social dos recursos alocados nas ações de Inclusão Digital.

* Os serviços prestados através dos governos eletrônicos, as aplicações de comércio eletrônico e os treinamentos para a capacitação profissional são reconhecidos como

elementos importantes para disseminar o domínio dos recursos de tecnologia de informação e comunicação, mas os investimentos públicos realizados neles não devem ser computados sob o título de investimentos em Inclusão Digital.

* Devem-se articular, na ausência de pontos de acesso, parcerias com entidades e empresas que já tenham conectividade local (lotéricas, bancos, associações etc) para prestação, preferencialmente, de serviços públicos.

* Devem ser garantidas a coordenação e regulamentação dos esforços para criação de uma estrutura física de acesso lógico de alto desempenho para ser utilizada também pelas ações de Inclusão Digital.

* Todas as políticas de Inclusão Digital devem observar como estratégia geral evitar o uso de critérios excludentes no que diz respeito à adoção de tecnologias, de modo que possamos manter abertas opções futuras.

* Em uma sociedade do conhecimento cabe distinguir entre a posse do conhecimento e a forma de sua aquisição. Só há sentido no reconhecimento da posse, e não na forma de sua aquisição.

As ações de Inclusão Digital devem:

a. Envolver a comunidade na utilização de equipamentos e programas básicos, bem como na identificação e criação de aplicativos que atendam às suas necessidades.

b. Trabalhar linguagens diversificadas para segmentos, públicos, níveis de acesso e níveis de conhecimento diferentes.

c. Ser também financiadas pelo FUST, FAT e fundos de mesma natureza.

d. Ser realizadas imediatamente, com os recursos disponíveis, sem aguardar soluções consideradas ideais.

e. Fortalecer a presença da língua portuguesa na Internet.

f. Estimular o uso de padrões que garantam acesso universal e simplifiquem a utilização de equipamentos, programas de computador e navegação.

- g. Estimular o uso de soluções tecnológicas de baixo custo (equipamentos, redes e aplicativos).
- h. Estimular parcerias e articulações entre governos, empresas privadas, organizações não governamentais, institutos de pesquisa e universidades para tornar disponíveis equipamentos à população.
- i. Levar em consideração a infraestrutura de redes existentes.
- j. Contar com alternativas de interligação de pontos remotos e de redes esparsas com as espinhas dorsais da Internet.

3. Propostas Gerais

- * Disponibilizar terminais de acesso e correio eletrônico a toda a população.
- * Prover tarifas reduzidas de telecomunicação para as ações de Inclusão Digital.
- * Desenvolver campanhas de mobilização, com fundos públicos e privados.
- * Criar conselhos nacionais, estaduais e municipais reunindo Estado, sociedade civil e empresas para orientar as ações relativas à Inclusão Digital no país.
- * Criar mecanismos de isenção tarifária e fiscal e a desburocratização do processo de importação para o recebimento de doações de microcomputadores e outros equipamentos de infraestrutura.
- * Buscar recursos financeiros (a fundo perdido) e equipamentos em instituições multilaterais, organismos internacionais e empresas privadas.
- * Criar destinação orçamentária para a Inclusão Digital em todos os níveis do poder público (federal, estadual e municipal) e nas instâncias envolvidas com os projetos (educação, saúde, tecnologia, justiça, planejamento, etc).
- * As empresas privadas que se beneficiarem de recursos públicos para ações de Inclusão Digital deverão dar, no mínimo, contrapartida de igual valor.
- * Os pólos de desenvolvimento e tecnologia nos estados e regiões devem contribuir para alavancar projetos de Inclusão Digital.
- * Buscar ampliar a presença de países de língua portuguesa na Internet.

- * Mobilizar buscando a inserção de tradução em português em páginas internacionais.
- * Disponibilizar conteúdos nacionais em outras línguas.
- * Aprimorar e disponibilizar programas de tradução.
- * Criar estrutura de administração descentralizada com a participação igualitária do Estado, das empresas e da sociedade civil para definir e gerir a infraestrutura de rede para as ações de Inclusão Digital.
- * Gerar pontos de acesso à rede utilizada pelas ações de Inclusão Digital em todas as localidades do país.

4. Identidade Cultural

1. Premissas

- * Acesso universal aos conteúdos temáticos relacionados com questões de identidade cultural.
- * A utilização das TIC pelos diversos grupos de identidade cultural específica possibilita o controle e acompanhamento das ações relacionadas a assuntos de seus interesses.

2. Propostas

- * Criar centros de formação, treinamento e acesso às tecnologias de informação e comunicação em grupos de expressão cultural específica, com menores chances de serem incluídos digitalmente.
- * Fomentar a criação de páginas cujo conteúdo trate da identidade cultural de grupos sociais específicos e também de comunidades brasileiras que, sob o ponto de vista cultural, possuam suas peculiaridades.
- * Incluir o financiamento de atividades relacionadas com a preservação, promoção e divulgação de identidades culturais diversas no Fundo de Universalização de Serviços de Telecomunicações FUST.
- * O resgate dos idiomas indígenas e de outras minorias étnicas pode ser grandemente

alavancado pelo uso das novas tecnologias de informação e comunicação. Isso enriquece o patrimônio lingüístico nacional.

* Utilizar as TIC para possibilitar maior coesão e solidariedade entre as diversas etnias, grupos sociais e sociedades regionais do Brasil.

* Estimular, através das TIC, o uso de todas as línguas indígenas, bem como as línguas faladas por afrodescendentes e demais etnias.

5. Redes Públicas

1. Premissas

* As Redes Públicas são o conjunto de atores, instâncias de decisão e processos sociais que promovem a comunicação e a informação entre si (utilizando ferramentas e instrumentos didáticos), controlado e gerido pela sociedade civil.

* As Redes Públicas são instrumentos do direito ao acesso à informação e ao conhecimento, tendo por objetivos promover o desenvolvimento da cidadania, a participação democrática, a participação comunitária e controle do Estado pela sociedade.

* O funcionamento das Redes Públicas deve se dar por meio de regras autoregulamentadas e princípios éticos bem definidos.

* O Estado deve apoiar a constituição das Redes Públicas na implantação de infraestrutura e desenvolvimento dos "nós" comunitários, e as Redes serão geridas pelas comunidades.

2. Diretrizes

* A implantação das Redes Públicas deve prever o uso de interfaces amigáveis, linguagens e instrumentais capazes de superar impeditivos para populações com menor escolaridade e pouco domínio no uso de tecnologias e ferramentas da Internet;

* A implantação das Redes Públicas deve permitir a oferta de meios para produção, absorção e difusão do conhecimento;

* A implantação das Redes Públicas implica na redefinição dos parâmetros de comunicação e de transparência do Estado, bem como na implementação de uma lei de direito à informação para que o Estado se torne permeável à participação e ao controle social.

* Os órgãos institucionais de controle social e promoção da cidadania devem ser fortalecidos e capacitados para serem usuários competentes das tecnologias de Comunicação e Informação em benefício da democratização e da eficácia de sua atuação.

6. Diretrizes para a Elaboração de Páginas Governamentais

1. Premissas

* As páginas governamentais devem garantir a acessibilidade e o funcionamento do Estado a serviço do cidadão.

* Os conteúdos publicados em páginas governamentais devem ter uma clara indicação dos responsáveis sobre as informações publicadas e garantir que todas as informações necessárias para a prestação do serviço estejam disponíveis. Quando não, deve haver um canal alternativo de comunicação disponível.

* As páginas governamentais devem ser sistematicamente avaliadas através de indicadores de qualidade para garantir a satisfação da população e atender suas demandas por serviços públicos.

* As iniciativas federais, estaduais e municipais quanto à elaboração de páginas governamentais devem ser integradas de forma a reduzir a duplicação de esforços e recursos na implementação de projetos.

2. Propostas

* Refinamento e integração dos sistemas de informação de conteúdo na área governamental.

7. Inclusão Digital, Educação Formal e Formação de Educadores.

1. Premissas:

- * A educação formal é um ambiente favorável à Inclusão Digital;
- * A escola faz parte da comunidade e sofre influências da educação informal, por isso não podemos separar as duas realidades.
- * É necessário pensar a Inclusão Digital no âmbito da educação formal, considerando os vários atores envolvidos: professores e professoras, alunos e alunas, especialistas e comunidade.
- * Inclusão Digital não é apenas o ensino de informática na escola, muito menos se restringe ao simples acesso a computadores. Envolve a tarefa de repensar a inserção das TIC no processo de construção de conhecimento através de acesso, colaboração, comunicação, representação e autoria.
- * A formação dos educadores e educadoras, alunos e alunas, deve promover uma aprendizagem continuada para a vida e ao longo da vida.
- * A formação dos educadores e educadoras deve garantir que eles não sejam simplesmente consumidores de informações, bens e serviços, mas também produtores de cultura e conhecimento.

2. Diretrizes:

- * A escola deve ser agente de Inclusão Digital, envolvendo todos os níveis e modalidades educacionais onde há uma normatização por parte do governo ou de competência governamental.
- * As ações de Inclusão Digital na educação formal devem estar integradas aos conteúdos curriculares.
- * Cada escola deve construir o seu projeto pedagógico tendo como referência o processo de Inclusão Digital, contemplando as necessidades da comunidade na qual está inserida.

3. Propostas

- * Alinhar ao programa curricular da formação inicial dos educadores e educadoras (Pedagogia, Licenciatura e cursos similares) o uso de TIC.
- * Viabilizar nas escolas a criação de grupos de estudo tendo em vista a autoformação dos educadores e educadoras em parceria com especialistas que atendam às necessidades específicas, incluindo mecanismos de formação continuada em serviço nas modalidades presencial e a distância.
- * Fornecer acesso à Internet gratuita em todas as escolas.
- * Realizar campanhas de divulgação, comunicação e disseminação do uso da TIC na educação.
- * Potencializar as ações bem-sucedidas das diversas organizações que investem na tecnologia educacional.
- * Incentivar redes cooperativas de formação de educadores e educadoras com a participação de universidades, empresas, organizações de terceiro setor e escolas, usando como base a estrutura já existente do ProInfo/MEC.
- * Desenvolver metodologias de avaliação desde o processo de formação dos educadores e educadoras até a aplicação de TIC na prática pedagógica.
- * A escola deve propiciar o acesso da comunidade aos equipamentos de TIC nos horários "ociosos" de uso dos estudantes.
- * Utilizar os professores e professoras com "experiência" em TIC como alavancadores/multiplicadores do processo de Inclusão Digital na educação formal.
- * Desenvolver atividades contextualizadas e significativas utilizando TIC em que, além do acesso à informação, os estudantes sejam sujeitos e produtores de conhecimento.
- * Estimular o uso de ferramentas que permitam a construção colaborativa do conhecimento.
- * Estimular a utilização de linguagens hipertextuais, iconográficas e hipermediáticas.

8. Inclusão Digital e Autonomia do Aprendizado

1. Premissas

- * Autonomia do Aprendizado significa o aprendizado que ocorre por iniciativa de quem aprende, sem que ele seja obrigado a recorrer à escola ou a outras instituições de ensino.
- * As TIC facilitam a aprendizagem autônoma, isto é, as pessoas aprendem e adquirem autonomia no aprender.
- * Para o aprendizado autônomo é necessário acesso fácil aos meios de aprendizagem, e que este aprendizado autônomo seja validado socialmente.

2. Propostas

- * Fornecer alternativas metodológicas diferenciadas para o acesso, de modo a respeitar diferentes estilos de aprendizagem.
- * Os conteúdos devem ser apresentados com preocupação didática e alternativas diferenciadas de navegação e leitura, favorecendo estilos de aprendizagem diversos.
- * Os conteúdos devem atender às demandas de aprendizado autônomo existentes na sociedade.
- * Deve ser definido em quais áreas a certificação formal é absolutamente indispensável, e que se exclua da exigência de certificação obrigatória as demais, de forma a se certificar a posse do conhecimento, e não as formas de sua aquisição, como ocorre atualmente com os mecanismos de certificação privilegiados pelo sistema escolar.

9. Capacitação da Comunidade e Formação de Monitores e Multiplicadores

1. Premissas

- * Capacitar é tornar a comunidade apta a conhecer sua realidade e identificar os caminhos

para seu desenvolvimento pró-ativo a partir dos princípios da educação comunitária que enfoque os aspectos educativo, de organização e produtivo, desenvolvendo o capital humano e social, promovendo o desenvolvimento local, integrado e sustentável.

- * A formação e desenvolvimento de Agentes de Inclusão Digital deverão ser voltados para a inclusão social.

- * Os Agentes de Inclusão Digital deverão ser escolhidos entre pessoas que tenham interesse e capacidade de articulação no seu contexto social.

- * A formação de Agentes de Inclusão Digital abrange tanto a dimensão tecnológica quanto a formação para ação comunitária.

- * Os Agentes de Inclusão Digital têm como objetivo auxiliar o processo de produção de informação e construção do conhecimento por parte da comunidade.

- * Uma das funções dos Agentes de Inclusão Digital é promover a autonomia das comunidades nas quais ele se insere por meio de metodologias participativas e interativas.

- * A capacitação da comunidade deve chegar ao nível da produção de alternativas tecnológicas para seu próprio benefício e de terceiros.

2. Diretrizes

- * O recrutamento/seleção de Agentes de Inclusão Digital, deverá partir da comunidade ou ser feito em conjunto com esta.

- * O processo de capacitação/formação dos Agentes de Inclusão Digital deverá ser contínuo.

- * As ações de Inclusão Digital têm de garantir o devido financiamento da dimensão de capacitação nos seus orçamentos.

- * Deverá ser definido um mecanismo de controle social e de avaliação dos trabalhos dos Agentes de Inclusão Digital.

- * Deverá sempre existir a contrapartida da comunidade, seja esta contrapartida financeira ou não;

3. Propostas

- * Criar uma comunidade virtual que facilite o processo de troca de experiências entre as comunidades, e que auxilie no processo de aprendizagem dos Agentes de Inclusão Digital.
- * Disseminar as informações dos diversos acervos existentes (universidades, centro de pesquisa etc.).
- * Fomentar a produção de tecnologias e aplicativos específicos para o desenvolvimento comunitário.
- * Criar e incentivar o uso de um banco de dados simplificado de tecnologias e aplicativos de uso gratuito para o desenvolvimento comunitário.
- * Divulgar em diversos meios as ações e resultados do processo de Inclusão Digital na comunidade, bem como na sociedade como um todo.
- * Criar provedor público e gratuito.

10. Capacitação Profissional

1. Premissas

- * A capacitação profissional deve cobrir todo o ciclo de geração e desenvolvimento de TIC para contribuir com modelos de inclusão digital adequados à realidade brasileira.
- * Todo e qualquer programa de capacitação profissional deverá oferecer melhoria da empregabilidade dos trabalhadores.

2. Diretrizes

- * A oferta de cursos de capacitação profissional deverá ser dimensionada por necessidades apontadas por pesquisas de demanda regionalizadas.
- * Avaliação permanente dos conteúdos programáticos dos cursos de capacitação profissional a fim de manter os currículos sintonizados com os avanços da Inclusão Digital.
- * Utilizar também a tecnologia de ensino à distância para formar especialistas em TIC, com

a devida certificação.

3. Propostas

* Disponibilizar ao acesso público informações sobre demandas e programas de capacitação profissional.

* Elaborar planejamento para capacitação profissional, identificando custos, prazos e quantidades de profissionais a serem formados para atender à demanda da Inclusão Digital.

* Desenvolver e estimular a criação de comunidades virtuais para incentivar o autodesenvolvimento dos especialistas em TIC.

* Capacitar gestores no desenvolvimento de projetos de captação de recursos de entidades públicas e privadas para o investimento em cursos de capacitação profissional.

* Capacitar as comissões de emprego para desenvolver atividades de levantamento das demandas do mercado de trabalho.

* Reservar uma parcela dos fundos federais FAT e FUST para investimento na formação de especialistas em TIC.

* Formar parcerias com fundações empresariais para investimento na capacitação profissional de especialistas em TIC.

11. Inclusão Digital, Pessoa Portadora de Deficiência, Equipamentos Especiais e Acessibilidade.

1. Premissas

* A inclusão digital, em função das possibilidades que oferece às pessoas portadoras de deficiência, tem uma importância maior para essas pessoas do que para as demais.

* Acesso deve ser compreendido não apenas como o acesso à rede de informações, mas também como a eliminação de barreiras arquitetônicas, de comunicação e de acesso físico, equipamentos e programas adequados, bem como conteúdo e apresentação da informação em formatos alternativos.

* Todas as normas técnicas e documentos regulamentadores na área de criação e desenvolvimento de equipamentos e programas, sejam eles específicos ou não às pessoas

portadoras de deficiências, deverão contar com a participação de representantes de usuários das diversas áreas de deficiência. O acesso físico dessas pessoas deverá ser garantido pelo órgão regulamentador competente.

2. Diretrizes

- * Equiparação de oportunidades de acesso ao mercado de trabalho através da adequação dos recursos físicos e tecnológicos e humanos.
- * Implementação e manutenção de páginas governamentais que atendam às necessidades especiais dos usuários dentro do conceito de desenho universal e acessibilidade previstos no W3C (Consórcio para a WEB) e WAI (Iniciativa para Acessibilidade na Rede)
- * Disponibilização de conteúdo informativo em formatos alternativos como disquete, fitas de áudio, Braille, CD e outros.
- * Desenvolvimento de conteúdos de interesse específico para a área de deficiência nos setores de serviços e promoção da cidadania.
- * Tradução de documentos internacionais referentes ao tema para o português e tradução de documentos/legislação nacional para outros idiomas.

3. Propostas

- * Fomentar a criação de linhas de produtos especializados (com tecnologia de baixo custo) que atendam aos portadores de necessidades especiais.
- * Estimular projetos de adaptação de equipamentos de informática e desenvolvimento de programas para uso por pessoas portadoras de deficiência e portadoras de necessidades especiais, garantindo a democratização da informação.
- * Estimular o desenvolvimento de projetos em tecnologia de assistência com alto ou baixo custo, tais como: adaptadores de teclados e mouse, cadeiras ergonômicas, adaptação de estação de trabalho, etc.
- * Articular os três setores (Estado, iniciativa privada e sociedade civil) em torno da inclusão

econômica e social através da criação de uma rede de informações sobre o mercado de trabalho, capacitação e oferta de mão de obra para pessoas portadoras de deficiência.

* Colocar à disposição do público, em todas as escolas, após capacitação dos educadores, recursos tecnológicos para pessoas com necessidades especiais.

* Criar, dentro do Ministério da Ciência e Tecnologia, um Centro Nacional de Ajudas Técnicas CNAT para Inclusão Digital. O CNAT será responsável pela promoção e o financiamento de pesquisa e desenvolvimento de programa, equipamento e dispositivos de ajudas técnicas necessárias à inclusão digital de pessoas com necessidades especiais.

* Criar, manter e disponibilizar à sociedade um banco de dados em ajudas técnicas.

* Apoiar e viabilizar a participação de representante brasileiros em organismos internacionais que tratam de normas técnicas para a construção de equipamento e elaboração de programas acessíveis.

* Criar um "Selo de Acessibilidade" .Todo produto deverá ser submetido à aprovação para sua utilização pública.

* Traduzir para o português e para LIBRAS e disponibilizar na rede, inclusive em formatos alternativos (Braille, áudio, tipos ampliados, formato txt etc), as normas técnicas internacionais e documentos relevantes na área de acessibilidade digital.

* Garantir nos equipamentos das ações de Inclusão Digital a possibilidade de conexão de periféricos especiais, bem como recursos de som, vídeo e imagem.

12. Equipamentos de Baixo Custo

1. Premissas

* Os equipamentos de baixo custo utilizados pelas ações de Inclusão Digital:

a. devem permitir a expansão de sua capacidade.

b. devem permitir o uso e/ou reciclagem de periféricos e componentes de outras plataformas.

c. não podem depender apenas da conexão à Internet para realizar tarefas do dia a dia.

2. Diretrizes

* Os equipamentos de baixo custo utilizados pelas ações de Inclusão Digital devem possuir arquitetura aberta que permita o desenvolvimento e aperfeiçoamento de tecnologias.

* Os equipamentos de baixo custo utilizados pelas ações de Inclusão Digital devem possibilitar a instalação de programas.

3. Propostas

* Criar uma página própria com informações (básicas e avançadas) para tirar dúvidas e orientar o uso sobre os equipamentos de baixo custo utilizados pelas ações de Inclusão Digital.

* Facilitar aquisição dos equipamentos de baixo custo utilizados pelas ações de Inclusão Digital.

13. Manutenção e Suporte

1. Premissas

* A manutenção e suporte dos equipamentos são atividades estratégicas para as ações de Inclusão Digital.

* A manutenção e suporte devem solucionar os problemas em tempo mínimo, garantindo a disponibilidade dos equipamentos.

* Os monitores envolvidos nas ações de Inclusão Digital devem ser a primeira linha de manutenção e suporte, sendo capazes de instalar programas e identificar problemas de equipamento.

* As ações de manutenção e suporte devem ser apoiadas por centros operacionais regionalizados.

* As ações de manutenção e suporte devem ser adaptadas às condições de cada iniciativa de Inclusão Digital.

* Manutenção e suporte remotos para as ações de Inclusão Digital devem ser opções garantidas pelo fornecedor, porém não as únicas.

2. Propostas

* Garantir junto às concessionárias de telecomunicações acesso de qualidade nas regiões de exclusão social.

* Garantir que as ações de manutenção e suporte contem com recursos para a formação de recursos humanos e desenvolvimento de suas atividades.

* Garantir às equipes de manutenção e suporte para as ações de Inclusão Digital recursos tecnológicos para controle de patrimônio.

* Garantir às equipes de manutenção e suporte para as ações de Inclusão Digital recursos tecnológicos para registrar e gerenciar suas atividades.

14. Modelos de Telecentros

1. Premissas

* Os Telecentros são iniciativas que utilizam TIC ligadas à Internet, garantindo acesso público e universal para captação, geração, prospecção e distribuição do conhecimento, servindo para facilitar e estimular a participação cidadã da comunidade.

* Os Telecentros devem oferecer mais do que apenas capacitação/treinamento.

* Os Telecentros devem ser geridos com a participação efetiva da comunidade.

* Enquanto proposta de Inclusão Digital, um Telecentro se destina prioritariamente a um público que não tem contato com as tecnologias da informação no trabalho ou escola.

2. Diretrizes

* Os Telecentros devem contar com lideranças da comunidade para sustentar seu funcionamento e dinamização.

* Os Telecentros devem atender aos princípios de desenho e Acesso Universal, ou seja, garantir o acesso de toda a população às suas instalações, ambientes, equipamentos e programas.

15. Programas e Aplicativos para as Ações de Inclusão Digital

1. Premissas

* O uso de programa livre nas ações de Inclusão Digital deve ser avaliado em cada projeto segundo a disponibilidade e integração com outras aplicações necessárias para a comunidade em questão.

* O uso de programa livre nas ações de Inclusão Digital deve levar em consideração a facilidade de manutenção, operação, suporte, disponibilidade de recursos humanos e capacitação da comunidade.

* Deverão ser disponibilizados para as ações de Inclusão Digital todos os programas de base necessários à implementação dos serviços.

* As ações de Inclusão Digital implicam na disponibilização de serviços adequados à inserção da comunidade.

2. Diretrizes

Os sistemas e aplicações utilizados nas ações de Inclusão Digital devem garantir usabilidade (português, interface simples e intuitiva etc.), eficácia eficiência e interatividade. Os sistemas e aplicações desenvolvidos por todas as instâncias do governo para informação, interação e prestação de contas à sociedade devem garantir a acessibilidade e usabilidade, ser de fácil utilização, com informações expostas de maneira clara e simples, facilitando a obtenção das mesmas por parte da comunidade.

3. Propostas

Envolver universidades, institutos de pesquisa, empresas, sociedade civil organizada e governo em projetos de desenvolvimento, implantação, manutenção e capacitação de sistemas e aplicações de interesse específico das ações de Inclusão Digital.

Anexo

O conceito de desenho universal tem como pressupostos:

1. Equiparação nas possibilidades de uso:

O design é útil e comercializável às pessoas com habilidades diferenciadas.

2. Flexibilidade no uso

O design atende a uma ampla gama de indivíduos, preferências e habilidades.

3. Uso Simples e intuitivo

O uso do design é facilmente compreendido, independentemente da experiência do usuário, do nível de formação, conhecimento do idioma ou de sua capacidade de concentração.

4. Captação da informação

O design comunica eficazmente ao usuário as informações necessárias, independentes das condições ambientais ou da capacidade sensorial do usuário.

5. Tolerância para o erro

O design minimiza o risco e as consequências adversas de ações involuntárias ou imprevistas.

6. Mínimo esforço Físico

O design pode ser utilizado de forma eficiente e confortável, com um mínimo de esforço

7. Dimensão e espaço para uso e interação.

O design oferece espaços e dimensões apropriados para interação, alcance, manipulação e uso, independente do tamanho, postura ou mobilidade do usuário.

8. No conceito de acessibilidade para todos, se incluem como beneficiários as pessoas com equipamentos lentos e antiquados ou muito modernos.

Participantes

Ademir Ângelo Castellari, SAMPA ORG / DF (ademir@sampa.org)

Adriana Martinelli, Instituto Ayrton Senna (amartinelli@ias.org.br)

Alba Cristina Magalhães Alves de Melo, UnB (albamm@cic.unb.br)

Alceu Nogueira da Gama, Presidência da República (agama@planalto.gov.br)

Aldo Fábio Costa, Prodesp / SP (aldogarda@sp.gov.br)

Alexandre Valentim, CREA / RJ (valentim@crearj.org.br)

Alice de Oliveira Martins, Caixa / SUREL / ES/ONG Moradia e Cidadania (alice.martins@caixa.gov.br)

Alzira Maria Souza Silva, ENAP (Alzira.silva@enap.gov.br)

Ana Paula Alcântara Gonçalves, Governo Ceará (apaula@gabgov.ce.gov.br)

Ana Paula Dutra Massera, FEPAT Fundação de Educação e Pesquisa Aplicada em Tecnologia (anapauladm@ctis.com.br)

Anatália Ramos, UFRN (anatalia@ufrnet.br)

Andréa Souza, MEC/SEED (andreasouza@mec.gov.br)

Anna Rita Scott Kilson, Secretaria Executiva do Comunidade Solidária (annak@planalto.gov.br)

Antonio Braquehais, Correios/Brasília (braquehais@correios.com.br)

Antonio Menescal Conde, IBC/MEC (amenescal@ibcnet.org.br)

Antonio René Iturra, Instituto Brasileiro de Informação Ciência e Tecnologia IBICT (iturra@ibict.br)

Arquimedes Xavante, Aldeia Xavante (dia.bsb@uol.com.br)

Benicio M. Teixeira Junior, Ministério da Justiça (benicio.teixeira@mj.gov.br)
Bernard Condoret, UFRJ (Bernard@nce.ufrj.br)
Betânia A. Alves Afro Dantas, Correios (betaniadantas@correios.com.br)
Breno Pompeu, Rede Saci (brenopr@SACI.org.br)
Caio B. Rodrigues, Pinheiro Neto Advog. (caioleonardo@pinheironeto.com.br)
Carlos A Bernardi, ABRANET (carlos@cti.com.br)
Carlos Afonso, RITS / RIO (ca@RITS.org.br)
Carlos Fernandes Guarani, Aldeia Guarani (dia.bsb@uol.com.br)
Carlos Seabra, Escola do Futuro/USP (cseabra@futuro.usp.br)
Carmem Lúcia Prata, Secretaria de Educação Espírito Santo (carmem@educacao.es.gov.br)
Carmen Leite Ribeiro Bueno, Rede de Informações sobre Deficiência / SP (carmen@sorri.com.br)
Carolina A. M. Sanches, MPAS (carolina.sanchez@df.previdenciasocial.gov.br)
Célio Luiz Cunha, CORDE/MJ (celio.cunha@mj.gov.br)
Clodoaldo Leite, AVAPE/CEAPPD (clodoaldo_psico@hotmail.com)
Clorisval Júnior, RNP / RJ (cjunior@ncrj.rnp.br)
Cristina Alves, Fundação Selma (mcristinaalves@uol.com.br)
Cristina Garcia, Secretaria de Educação do Paraná (crisha@onda.com.br)
Denise Paulsen, Secretaria de Ciência e Tecnologia / RS (denise@sct.rs.gov.br)
Diana Néri, MEC (dianasilva@mec.gov.br)
Dilthey Pontes Fortes, Sec. Educ. do Ceará (benedito@seplan.ce.gov.br)
Divino Silva Miranda, CEPROMAT/MT (divino@cepromat.com.br)
Eduardo Chaves, Instituto Ayrton Senna e FE.UNICAMP (eduardo@chaves.com.br)
Eliana Aparecida Sampaio de Sousa, Prefeitura do Município de Sto André / SP Projeto Rede Cidadania de Informática (naoliveira@santoandre.sp.gov.br)
Emmanuelle Gutiérrez y Restrepo, SIDAR (emmanuelle@teleline.es)
Ethel Rosenfeld, CVI/Funlar (ethel@rionet.com.br)
Ezequiel Pinto Dias, Projeto RNIS / RJ (ezequiel@datasus.gov.br)
Félix Sanchez, São Paulo (frsanche@uol.com.br)
Fernando Carlos Bortolozzi, Secretaria de Educação do Paraná (fcb@pr.gov.br)
Francesca Vilar do Lóes, MEC/SEED (francescaloes@mec.gov.br)
Francisco Sassi, Secretaria de Estado de Assistência Social (xykw@zipmail.com.br)

Fredric Litto, Pres. da Associação Brasileira de Educação a Distância e USP / Escola do Futuro (frmlitto@usp.br)
Glauco Ferreira, UnB (glaficon@hotmail.com)
Guilherme de Azambuja Lira, INES/IBC (glira@rlnet.com.br)
Hélcio Rizzi, Depto. De Promoção de Direitos Humanos / DPDH / DF (helcio.rizzi@mj.gov.br)
Helena Machado P. de Albuquerque, PUC / SP (helenaalb@uol.com.br)
Hélvio Carvalho de Araújo, Instituto Adventista de Ensino / Sampa.Org (helviao@iaesp.br)
Hiral Moreira Guarani , Aldeia Guarani (dia.bsb@uol.com.br)
Ika Fleury, AACD/SP (IKA@fleuryfilho.com.br)
Jamile Assan Alabi, Prefeitura Municipal de Santo André, Projeto Laboratórios Pedagógico
(,jaalabi@santoandre.sp.gov.br)
Jean Marc G. Mutzig, MEC/SEED (,jeanmutzig@mec.gov.br)
Jesus Tserenhihi, FUNAI/DIA (www.cogirara.com.br)
João Baptista Cintra Ribas, Consultor (,jbcribas@globo.com)
João Gilberto A F dos Santos, Câmara Americana de Comércio (,joaogil@amcham.com.br)
João Gondim, UnB
João Rufino de Sales, Gabinete de Segurança Institucional / Pres. da República (,joao_rufino@hotmail.com)
Jorge Luiz da Silva Correia, TELEMAR (,jorgelsc@telemar.com.br)
Jorge Márcio P. de Andrade, DEFNET/RJ (defnet@defnet.org.br)
Jorge Ruben Biton Tapia, UNICAMP (bitapia@eco.unicamp.br)
Jorge Sampaio, Coordenador do Comitê Gestor do Sampa.org (,jorgesampaio@usa.net)
José Armando Valente, NIED Unicamp / Campinas (,jvalente@unicamp.br)
José Carlos de Souza, Centro de Direitos Humanos e Educação Popular don Campo Limpo-CDHEP/
Sampa.org (carlos@techseal.com.br)
José Murilo Junior, Ministério da Ciência e Tecnologia (,jmjunior@mct.gov.br)
José Serra Neto, CEPROMAT (serra@cepromat.com.br)
José Vilmar de Souza, CVI (vilmar@informal.com.br)
Júlio César Botelho, MP/SP (,jubot@mp.sp.gov.br)
Julio da Silva Dias, UFSC (,jdias@inf.ufsc.br)
Kátia Chagas, Agência de Educação para o Desenvolvimento (katiachagas@aed.org.br)
Laercio Anacleto Silva, Fundação CERTI / SC (las@certi.ufsc.br)
Laurêncio Korbes, Moradia Cidadania (laurencio.korbes@caixa.gov.br)

Lícia Maria Viana Bezerra Dias, SEPLAN.CE (licia@seplan.ce.gov.br)
Lisania Baptista, Consultora em Terceiro Setor (lifar@hipernet.com.br)
Luciana Hahn, CERPOMAT / M (luciana@cepromat.com.br)
Luciana Limpo de Abreu, TELEMAR (llimpodeabreu@telemar.com.br)
Luiz Carlos Furtado, PRODAM.SP (lcfurtado@prodam.sp.gov.br)
Luiz Sales, MINISTÉRIO PÚBLICO/SP (salles@mp.sp.gov.br)
Marcelo Matos de Deus, CORREIOS (marcelo@correios.com.br)
Marcelo Gomes, APAE/SP (saúde@apaesp.org.br)
Marcelo Rocha, SAMPA.ORG (marcelo.rocha@novabase.com.br)
Marcírio Teodoro da Silva, Banco BRB (marcirio.silva@brb.com.br)
Marco Antonio Pelegrini, Metrô / SP (bbboss@uol.com.br)
Marco Aurélio Costa Vieira, Telemar (macosta@telemar.com.br)
Marco Figueiredo, AED (marcofigueiredo@aed.org.br)
Mari Alves, Fundação Selma (alves.mari@uol.com.br)
Maria Angélica Jung Marques, Fundação CERTI (maj@certi.ufsc.br)
Maria da Graça Moreira, PUC (graca@uvb.br)
Maria de Fátima Neves dos Santos, CDHEP (fatneves@uol.com.br)
Maria de Fátima Porcaro, ABDL (fátima@abdl.org.br)
Maria Elizabeth Almeida, PUC/SP (bbalmeida@uol.com.br)
Maria Elizabeth Prado, UNICAMP (bprado@unicamp.br)
Maria Helena S. Bonilla, Universidade Federal da Bahia (bonilla@ufba.br) Maria Rosilene Ferreira Lopez,
IPT (mrosif@ipt.br)
Maria Teresa Augusti, São Paulo (presflorestan@uol.com.br)
Mariângela B. Wanderley, PUC / SP (marilew@uol.com.br)
Marilene de Paula, CEAP (ceap@acp.acp.org)
Mário A R Dantas, UNB (mario@cici.unb.br)
Marta Toledo Dias, São Paulo (martaiiff@uol.com.br)
Martim Tacoshi Jr, SENAC.SP (martim.tacoshi@cei.sp.senac.br)
Mauro Pequeno, UFC/SECITECE (mauro@vdl.ufc.br)
Michael Stanton, UFF (michael@ic.uff.br)
Nara Regina Severo Lucas, MEC/SEED (naralucas@mec.gov.br)

Nauro Scheufler, SERPRO / DF (nauro.scheufler@serpro.gov.br)
Neila Campos, FENAPAE/DF (proinesp@apaebrazil.org.br)
Neusa Antonia Nunes Valamiel, Secret. de Est da Justiça e de Direitos Humanos MG (info.sejdh@mg.gov.br)
Neusa Nunes Valaniel, SEJDH / MG (info.sejdh@mg.gov.br)
Nicolau Reinhard, FEA.USP (reinhard@usp.br)
Niusarete Margarida Lima, CORDE/MJ (niusarete.campos@mj.gov.br)
Noemia Nunes Teixeira, CEPROMAT / MT (nnunes@cepromat.com.br)
Odilon Neves Júnior, Assessor no Ministério da Previdência e Assistência Social
(odilon.junior@df.previdenciasocial.gov.br)
Oswaldo Noman, Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão
(Oswaldo.noman@planejamento.gov.br)
Paulo César de Miranda, Fundação CERTI / Coordenador Projeto Sociedade do Conhecimento
Paulo Henrique Lustosa, IBRAD/DF (fdl@tba.com.br)
Paulo Lima, Rede de Informações do 3º Setor / RJ (plima@RITS.org.br)
Pedro Henrique Monteiro Werneck, TELEMAR (pedrowerneck@brfree.com.br)
Pedro Monteiro Torres Neto, ONG Moradia e Cidadania / Goiânia (pedro.monteiro.neto@caixa.gov.br)
Rachel Trajber, Imagens Educação / SP (rachel@educimagens.com.br)
Raimundo Nonato da Costa, SERPRO / DF (raimundo.costa@serpro.gov.br)
Randro Gomes Batista, Secretaria de Estado de Assistência Social / MPAS
(randro.batista@df.previdenciasocial.gov.br)
Renato Guimarães, Instituto Akatu / SP (renato@akatu.net)
Renausto Alves Amanajai, SEESP/ME (,renaustoamanajas@mec.gov.br)
Ricardo Calaça, FUNAI/DIA (dia.bsb@uol.com.br)
Ricardo H. Teixeira, Fundação CERTI / SC (rht@certi.ufsc.br)
Ricardo H. Teixeira, CERTI (rht@cert.ufsc.br)
Ricardo Jacobi (rjacobi@cic.unb.br)
Ricardo Kobashi, CDI / SP (rkobashi@kobashi.com.br)
Roberta Galasso Nardi, AACD/SP (escolarroberta@aacd.org.br)
Roberto Corrêa da Silva, TELEMAR / RJ (robertcs@telemar.com.br)
Rogério S. Mascarenhas, Ministério da Previdência Social (rogeriosm@domain.com.br)
Roney Alves Horta, Correios (roney@correios.com.br)

Rosa Maria Nader (rosanader@onix.com.br)
Rosana Monteiro, SEC. EST. MT (rosana@vspmail.com.br)
Rosângela Berman Bieler, Instituto Interamericano sobre Deficiência (rbbieler@aol.com)
Sandra Maciel Barreto, MEC/SEMTEC (sandrabarreto@mec.gov.br)
Sergio Amadeu, Coordenador do Governo Eletrônico da Prefeitura do Município de São Paulo (samadeu@osite.com.br)
Sergio de Oliveira e Silva, SENAC / SP (ssilva@sp.senac.br)
Sérgio Henrique Castelo Branco Ferreira, IFF/SP sampa.org (shfeprom@uol.com.br)
Sigfrid Uhde, CEPROMAT / MT (sigfriduhde@mt.gov.br)
Solange Ferrarezi, Secretária Adjunta de Educação e Formação Profissional / Prefeitura de Santo André (sferrarezi@santoandre.sp.gov.br)
Sonia Elizabeth Cardoso Alves, Moradia e Cidadania/SP (sobeh@terra.com.br)
Stela Fontes Ferreira Cunha, MEC/SEED (stelacunha@mec.gov.br)
Tânia Felipe, UPE/FENES/PE (tafelipe@uol.com.br)
Telma Oliveira Faria, EIC/CBTC (telmaofaria@bol.com.br)
Vagner Diniz, Sucesu.SP (nvagner@sucesusp.com.br)
Vânia Maria Ferro, 3 COM do Brasil (Vânia_ferro@3com.com)
Verônica Camisão, CVI RIO (vcamisao@openlink.com.br)
Wagner Antonio de Oliveira, FUNAI/DIA (dia.bsb@uol.com.br)
Wagner Diniz, Diretor do IDETI (nvagner@sucesusp.com.br)
Waldir Macieira da Costa Filho, MP/PA (macieira@amazon.com.br)
Willian Darwin Júnior, MPAS / DF (willianjr@hotmail.com)
Wilma Madeira, Gerente de Projetos da TECHNE (madeira@techne.com.br)
Wilma Madeira, Sampa.org (Comitê Técnico) (madeira@techne.com.br)
Wilson Roberto Caveden, CNM/CUT (caveden@uol.com.br)

Este documento foi elaborado na Plenária Final na Oficina para Inclusão Digital que aconteceu no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, em Brasília, realizado nos dias 14, 15, 16 e 17 de maio de 2001.

Carta de Porto Alegre

Por um compromisso com a Inclusão Digital no Brasil.

Esta carta expressa o consenso e o compromisso de mobilização dos participantes da V Oficina de Inclusão Digital realizada em Porto Alegre entre 5 e 9 de junho de 2006. A carta será entregue aos atuais gestores públicos, aos candidatos e candidatas à Presidência da República, aos governos dos Estados brasileiros e ao Congresso Nacional, solicitando o compromisso público com a Inclusão Digital.

O Plano de Ação da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação de 2003 destaca como objetivo central a construção de uma sociedade da informação que inclua a todos, e que coloque a comunicação como um direito humano fundamental, que mostre o potencial do conhecimento e das tecnologias à serviço do desenvolvimento humano contidos nas Metas do Milênio da ONU.

O Brasil precisa resgatar a coerência entre os acordos firmados e as decisões políticas nacionais. O alcance e a dimensão dos projetos de inclusão digital no País não estão respondendo à complexidade e a enorme demanda em todo o território nacional. Graves problemas de infraestrutura e grandes áreas geográficas sem acesso a serviços de Internet vão criando cidadãos excluídos da sociedade da informação.

Desde a realização da primeira Oficina de Inclusão Digital, em 2001, podemos dizer que alcançamos pequenas metas que propusemos. Avanços se deram na construção do discurso e em algumas iniciativas. O software livre foi compreendido por setores importantes do governo brasileiro como estratégia para a inclusão digital, para economia de recursos públicos e também como ponto de apoio para geração de trabalho e novas oportunidades

para cidadãos, e para pequenas e médias empresas brasileiras. A inclusão digital está em ações pontuais do governo federal, mas com pouca integração entre os projetos em curso.

O Brasil precisa de uma política pública unificada que inclua a cidadania na sociedade da informação. Sendo assim, reivindicamos um conjunto de ações gerais para uma política pública de tecnologias de informação e comunicação a serviço da inclusão digital:

1 – Que os governos municipais, estaduais e federal desenvolvam e implementem Planos de Inclusão Digital como forma de unificar, racionalizar e otimizar os recursos públicos. Para isso, seria fator de importância a criação (especificamente para esse fim) de Órgão ou Secretaria – com recursos garantidos no orçamento. É importante para a sociedade civil uma definição precisa da coordenação governamental responsável pelas ações de inclusão digital;

2 – Que os governos discutam amplamente com as entidades da sociedade civil e implementem marcos regulatórios de políticas públicas que apoiem a sustentabilidade de iniciativas de inclusão digital no contexto das discontinuidades geradas pelas mudanças de gestão;

3 – Parceria institucional com os programas governamentais de assistência social para que os beneficiários sejam incluídos na sociedade da informação por ser parcela considerável do público alvo de uma política nacional de Inclusão Digital;

4 – Liberação dos fundos públicos, em especial do FUST, de fomento para o desenvolvimento social e econômico no campo das Tecnologias de Informação e Comunicação;

5 – O combate da exploração comercial abusiva dos custos de banda de Internet;

6 – A criação em lei do Conselho Nacional de Inclusão Digital, com ampla participação

de entidades da sociedade civil e movimentos sociais. O Conselho participará da definição das principais diretrizes da política pública de inclusão digital do País, bem como no cogerenciamento dos recursos públicos previstos para esse fim. A iniciativa deve ser replicada nos Estados e Municípios;

7 – O uso e a migração do Software Livre para as iniciativas públicas e governamentais de Inclusão Digital;

8 – Uma política industrial de desenvolvimento das Tecnologias de Informação como forma de geração de trabalho e renda, assim como o fortalecimento da autonomia na produção dessas tecnologias;

9 – Garantir recursos públicos que dêem continuidade e priorizem as conexões compartilhadas, redes e telecentros comunitários de acesso público e gratuito;

10 – O monitoramento rigoroso das metas de universalização dos novos contratos de concessão de telefonia fixa, incluindo a instalação dos PST's (Postos de Serviços de Telecomunicações) em parceria com gestores locais para aproveitar a infraestrutura e transformá-los em telecentros comunitários;

11 – Que as iniciativas de Inclusão Digital se aliem a um verdadeiro processo de democratização dos meios de comunicação, reconhecendo e incrementando as rádios comunitárias;

12 – Que as iniciativas de Inclusão Digital garantam a participação da comunidade em que estão localizadas;

13 – Que as políticas de Inclusão Digital fomentem o associativismo, o cooperativismo e as ações de Economia Solidária;

14 – Iniciativas de Inclusão Digital que promovam as línguas, os dialetos, as identidades culturais e étnicas;

15 – A criação de instrumentos de monitoramento de políticas públicas. Que os planos de inclusão digital venham acompanhados com avanços de políticas de governo eletrônico, ocasionando uma maior participação da sociedade na esfera pública;

16 – Que os ambientes de inclusão digital estejam de acordo com o Decreto Lei no. 5296/04 de acessibilidade, que garante às PPD's (Pessoas Portadoras de Deficiência) o acesso aos bens e serviços públicos;

17 – O reconhecimento do Fórum Permanente de Inclusão Digital como representante da sociedade civil organizada na elaboração e discussão de políticas públicas de Inclusão Digital;

18 – O estabelecimento de políticas e ações de acondicionamento de equipamentos e metareciclagem como premissa de uma nova forma de se relacionar com a tecnologia e com o meioambiente;

19 – O incentivo de iniciativas de Inclusão Digital relacionadas à formação, produção e compartilhamento de conhecimento e de conteúdo;

20 – Um sistema brasileiro de TV Digital que garanta a participação, a produção e a difusão de conteúdos livres pela sociedade civil como um serviço de inclusão digital;

21 – Que as políticas públicas de Inclusão Digital incluam as questões de gênero, raça, GLBT (Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros), os povos indígenas, quilombolas, assentamentos

rurais e as comunidades de pescadores artesanais;

Esta carta é assinada pelas seguintes entidades da sociedade civil brasileira:

RITS – Rede de Informações para o Terceiro Setor;

Coletivo Digital;

Sampa.Org;

Cemina;

Cidadania Digital; e,

Intervozes Coletivo Brasil de Comunicação Social.

Obs.: Outras entidades que estiveram presentes Porto Alegre e que são signatárias do documento, favor manifestar o desejo nos comentários, pois não temos o nome de todas.

TÓPICOS da 9ª OFICINA de BRASÍLIA

Na 9ª Oficina de Inclusão Digital as entidades da Sociedade Civil que se reuniram para encaminhar suas conclusões e reivindicações optaram por apresentar tópicos de compromisso.

Cenário: partimos este ano de um novo patamar. Os debates e posições defendidos por nós nos últimos dez anos, foram consolidados em tres programas do Governo Federal: o Telecentros.Br, a rede nacional de Formação e o Plano Nacional de Banda Larga.

E os próximos dez anos? Novos desafios e novas lutas se apresentam.

Neste sentido, as entidades da sociedade civil apontam os seguintes temas:

1. Garantir, qualquer que seja o governo, a universalização da inclusão digital para o povo brasileiro como direito do cidadão e política pública consolidada;

2. Rever a forma como está se estabelecendo as relações entre o Governo e sociedade civil, qualificando a burocracia governamental para buscar formas diferenciadas de tratamento para as entidades sociais.

Ex 1: complementar os grandes convênios com prêmios menores que não comprometam a continuidade financeira e administrativa das entidades e permitam a realização de ações;

Ex. 2: a criação de uma lei específica para tratar convênios com a sociedade civil;

3. O nosso movimento mantém-se autônomo e independente, mas deve continuar a atuar dentro de outros movimentos e outras conferências para que venhamos conquistar capilaridade suficiente para construirmos uma Conferência Nacional de ID;

4. Apropriação, por parte das iniciativas de ID, do Fórum da Cultura Digital Brasileira como um ambiente de construção de políticas públicas para a Cultura e a ID;

5. Construir encontros regionais ou estaduais, para preparar a oficina nacional, elegendo os delegados que serão financiados pela oficina para participar do encontro nacional;

6. Buscar financiamento para a participação dos conselhos gestores e entidades locais que abrigam iniciativas de ID na Oficina Nacional de Inclusão Digital uma vez que estes serão os principais parceiros no debate e nas ações que possam garantir continuidade dos projetos de Inclusão Digital;

7. Rever o formato da oficina, para que as atividades formativas não conflitem com as atividades de discussão política da inclusão digital. Além de ampliar os espaços onde as entidades locais possam expressar suas dificuldades e propor soluções;

8. Dentro do TELECENTROS.BR, propor a descentralização das atividades formativas e a criação

de redes temáticas como uma rede de manutenção e suporte, que será necessária nos próximos meses;

9. eleição de representantes da sociedade civil para o Comitê Técnico de Inclusão Digital e para o Comitê Gestor do Programa de Inclusão Digital, nos moldes da eleição do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.BR). Os representantes da sociedade civil devem ter assegurados de forma permanente direito a voz e voto dentro destes Comitês;

10. Que o Fórum Brasil Conectado (PNBL) transmita em tempo real suas reuniões e tenha estratégias incorporação das propostas advindas da sociedade civil.

11. Buscar a publicação dos código fonte do ONID e permitir o acesso ao seu banco de dados para garantir a governança dos dados em períodos de alternância política;

RITS

Projeto Saúde e Alegria

Pontão de Cultura Digital do Tapajós

Sampa.Org

Cidadania Digital

Coletivo Digital

Fórum Nacional dos Pontos de Cultura

Fórum da Cultura Digital Brasileira

CEDDISP - Comitê de Educação p/a Democratização da
Informática/SP

Programando o Futuro

Pontão de Cultura Minuano

Rede Marista de Solidariedade

IPSO

